

PORTUGAL *em Perspetiva*

Uma Análise Comparada



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospectiva da Administração Pública

FICHA TÉCNICA

Título

Portugal em Perspetiva: Uma Análise Comparada

Autoria

Equipa Multissetorial de Monitorização da REPLAN – Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

Data

outubro de 2026

Índice

Índice de Figuras	4
Índice de Tabelas	5
Lista de Siglas	6
1 Introdução	8
2 Análise Integrada de Resultados	12
2.1 Sustentabilidade	14
2.2 Competitividade	19
2.3 Capital Humano	24
2.4 Qualidade de Vida	28
2.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	33
2.6 Visão Global	35
3 Análise Comparada de Relatórios	41
Sustentabilidade	41
<i>Sustainable Development Report</i>	41
<i>Corruption Perceptions Index</i>	45
<i>Cohesion Report</i>	49
<i>State of World Population</i>	56
Competitividade	61
<i>International Tax Competitiveness Index</i>	61
<i>OECD Compendium of Productivity Indicators – GDP per Hour Worked</i>	66
<i>World Competitiveness Ranking</i>	70
<i>European Innovation Scoreboard</i>	74
Capital Humano	79
<i>Education at a Glance</i>	79
<i>Programme for International Student Assessment (PISA)</i>	84
Qualidade de Vida	89
<i>World Happiness Report</i>	89
<i>Global Peace Index</i>	93
<i>Health at a Glance</i>	97
<i>State of the Global Workplace</i>	102
<i>OECD Affordable Housing</i>	107
<i>Commitment to Reducing Inequality</i>	112
Outros	117
<i>Human Development Report</i>	117
4 Lista de Relatórios	122

Índice de Figuras

Figura 1 – Domínios de análise	9
Figura 2 – Posição Ponderada – Sustentabilidade	15
Figura 3 – Matriz de posicionamento/evolução – Sustentabilidade	16
Figura 4 – Posição Ponderada – Competitividade	20
Figura 5 – Matriz de posicionamento/evolução – Competitividade	21
Figura 6 – Posição relativa normalizada – Capital Humano	25
Figura 7 – Matriz de posicionamento/evolução – Capital Humano	26
Figura 8 – Posição relativa normalizada – Qualidade de Vida	29
Figura 9 – Matriz de posicionamento/evolução – Qualidade de Vida	30
Figura 10 – Posição relativa normalizada – IDH	34
Figura 11 – Conjunto das Posições Ponderadas de Portugal nos diferentes Índices/Relatórios analisados	35
Figura 12 – Matriz de posicionamento/evolução: Todos os Índices / Relatórios	37
Figura 13 – <i>Sustainable Development Goal Index</i> (2014-2024)	42
Figura 14 – <i>Corruption Perceptions Index</i> (2012-2024)	46
Figura 15 – Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) (2016 e 2022)	50
Figura 16 – Índice Sintético de Fecundidade (2010-2025)	57
Figura 17 – <i>International Tax Competitiveness Index</i> (2014-2025)	62
Figura 18 – Produtividade – PIB por hora trabalhada em PPC (2010-2023) [USD]	67
Figura 19 – <i>World Competitiveness Ranking</i> (2014-2025)	71
Figura 20 – <i>European Innovation Scoreboard</i> – Índice de Inovação (2018-2025)	75
Figura 21 – Proporção de Jovens Adultos (25-34 anos) com Qualificação de Ensino Superior (2015-2024)	80
Figura 22 – PISA por área (2009-2022)	85
Figura 23 – <i>World Happiness Ranking</i> (2014-2024)	90
Figura 24 – <i>Global Peace Index</i> (2010-2025)	94
Figura 25 – População satisfeita com a disponibilidade de serviços de saúde na área onde reside (2014 e 2024)	98
Figura 26 – <i>State of the Global Workplace</i> – Envolvimento dos trabalhadores (2012 - 2024)	103
Figura 27 – <i>House-Price-to-Income Ratio Index</i> (2015-2024)	108
Figura 28 – <i>Commitment to Reducing Inequality Index</i> (2017-2024)	113
Figura 29 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2010-2023)	118

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Relatórios por domínio de análise.....	10
Tabela 2 – Posicionamento relativo de Portugal – Sustentabilidade.....	14
Tabela 3 – Posicionamento relativo de Portugal – Competitividade.....	19
Tabela 4 – Posicionamento relativo de Portugal – Capital Humano	24
Tabela 5 – Posicionamento relativo de Portugal – Qualidade de Vida.....	28
Tabela 6 – Posicionamento relativo de Portugal – IDH	33
Tabela 7 – Posicionamento relativo de Portugal nos indicadores que compõem o IDH	33
Tabela 8 – Legenda da Matriz de posicionamento/evolução.....	38
Tabela 9 – Regiões de Portugal no Índice de Competitividade Regional 2.0 (2016 e 2022).....	50

Lista de Siglas

- ACE** – *Allowance for Corporate Equity* (Dedução para capital próprio)
- APD** – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- ARI** – Autorização de Residência para Atividade de Investimento (Vistos Gold)
- BCE** – Banco Central Europeu
- CPI** – *Corruption Perceptions Index*
- CR** – *Cohesion Report* (Relatório de Coesão)
- CRI** – *Commitment to Reducing Inequality*
- CTEM** – Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*STEM*)
- DFI** – *Development Finance International*
- EAG** – *Education at a Glance*
- EIS** – *European Innovation Scoreboard*
- FSE** – Fundo Social Europeu
- GPI** – *Global Peace Index*
- HDR** – *Human Development Report*
- I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- IA** – Inteligência Artificial
- ICR** – Índice de Competitividade Regional
- IDE** – Investimento Direto Estrangeiro
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHD** – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- IEJ** – Iniciativa Emprego Jovem
- IEP** – *Institute for Economics & Peace*
- IMD** – *International Institute for Management Development*
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- IPC** – Índice de Preços no Consumidor
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- IRS** – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- ISCED** – Classificação Internacional Normalizada da Educação
- ISF** – Índice Sintético de Fecundidade
- ITCI** – *International Tax Competitiveness Index*
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- MFP** – *Multifactor Productivity* (Produtividade Multifatorial)
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PISA** – *Programme for International Student Assessment*
- PLANAPP** – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

PMA – Procriação Medicamente Assistida

PME – Pequenas e Médias Empresas

PPC – Paridade de Poder de Compra

RNB – Rendimento Nacional Bruto

RNH – Regime de Residentes Não Habituais

SDGi – *Sustainable Development Goal Index* (Índice dos ODS)

SDR – *Sustainable Development Report*

SDSN – *Sustainable Development Solutions Network*

SGW – *State of the Global Workplace*

SII – *Summary Innovation Index* (Índice de Inovação Sumário)

SMN – Salário Mínimo Nacional

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SWP – *State of World Population*

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UNDP – *United Nations Development Programme*

UNFPA – *United Nations Population Fund*

WCR – *World Competitiveness Ranking*

WHR – *World Happiness Report*

1 Introdução

O relatório “Portugal em Perspetiva: Uma Análise Comparada” visa apresentar um retrato abrangente e comparado sobre o posicionamento de Portugal no cenário internacional, de acordo com diferentes dimensões de análise e tendo por base estudos de referência considerados credíveis e relevantes.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma análise detalhada de relatórios, índices e *rankings* associados a entidades internacionais com reconhecimento e visibilidade (ex.: OCDE, Comissão Europeia, *Transparency International*, *IMD World Competitiveness Center*, *Dublin University Press*, Nações Unidas).

A seleção dos relatórios considerados neste documento teve por base critérios de disponibilidade e atualização dos dados, bem como a consistência metodológica dos índices analisados. O presente relatório foi elaborado com base na informação disponível até dezembro de 2025.

Importa notar que cada um destes relatórios possui a sua própria metodologia, estrutura de ponderação e fonte de dados. Nesta análise respeitam-se estes enquadramentos, sendo apresentada, para cada um dos relatórios de suporte, uma síntese que preserva as suas especificidades. Para uma compreensão mais aprofundada, recomenda-se a consulta das fontes originais e respetiva metainformação.

A informação contida nas análises integrada e comparada que se seguem baseia-se exclusivamente nos conteúdos emanados nos correspondentes documentos de referência, sem qualquer tipo de aditamentos ou comentários adicionais, exceto em casos, nomeadamente no *OECD Affordable Housing Database*¹, por se tratar de uma base de dados da OCDE.

No contexto do presente documento, foram considerados os seguintes quatro principais domínios de análise.

¹ O *OECD Affordable Housing Database* sendo uma base de dados da OCDE reúne informação comparável sobre diferentes dimensões da habitação e da sua acessibilidade. Para efeitos da presente análise, foi utilizado o indicador *house price-to-income ratio*, disponibilizado através do *OECD Data Explorer*. A análise apresentada nessa secção, incluindo a comparação da posição de Portugal com os restantes países considerados e a interpretação da sua evolução, foi desenvolvida no âmbito do presente relatório, com base nos dados disponibilizados pela OCDE.

Figura 1 – Domínios de análise

Dada a sua relevância e natureza multidimensional, de forma suplementar faz-se ainda uma análise dos resultados apresentados no *Human Development Report*, medidos através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, que abarca diferentes domínios.

Dentro de cada um destes domínios de análise, são apresentados resultados de evolução, comparação, pontos fortes e áreas de melhoria de Portugal, obtidos a partir de um conjunto global de 17 estudos e bases de dados internacionais, realizados periodicamente e repartidos do seguinte modo:

Tabela 1 – Relatórios por domínio de análise

 Sustentabilidade	 Competitividade	 Capital Humano
 Sustainable Development Report SDSN (ONU) e Dublin University Press Dados: 2025 / Publ.: jun. 2025	 International Tax Competitiveness Index / Tax Foundation Dados: 2025 / Publ.: out. 2025	 Education at a Glance OCDE Dados: 2025 / Publ.: set. 2025
 Corruption Perceptions Index Transparency International Dados: 2024 / Publ.: fev. 2025	 OECD Compendium of Productivity Indicators / OCDE Dados: 2025 / Publ.: jul. 2025	 PISA OCDE Dados: 2022 / Publ.: dez. 2023
 Cohesion Report Comissão Europeia Dados: 2024 / Publ.: mar. 2024	 World Competitiveness Ranking IMD Dados: 2025 / Publ.: jun. 2025	
 State of World Population UNFPA (ONU) Dados: 2025 / Publ.: jun. 2025	 European Innovation Scoreboard Comissão Europeia Dados: 2025 / Publ.: jul. 2025	
 Qualidade de Vida		 Outros
 Commitment to Reducing Inequality Index / Oxfam/DFI Dados: 2024 / Publ.: out. 2024	 OECD Affordable Housing Database OCDE Dados: 2025 / Publ.: *	 Human Development Report PNUD (ONU) Dados: 2025 / Publ.: mai. 2025
 State of the Global Workplace Gallup Dados: 2025 / Publ.: abr. 2025	 World Happiness Report SDSN (ONU)/Gallup/University of Oxford Dados: 2025 / Publ.: mar. 2025	
 Health at a Glance OCDE Dados: 2025 / Publ.: nov. 2025	 Global Peace Index IEP Dados: 2025 / Publ.: jun. 2025	

(*) Base de Dados da OCDE em constante atualização (trimestral). Todavia, os dados apresentados são os que se encontravam disponíveis até ao final de 2025

Neste relatório sistematizam-se, resumem-se e cruzam-se dados relativos a estes 17 estudos globais, o que permite apresentar uma análise comparada e um diagnóstico multidimensional e integrado do posicionamento e evolução de Portugal. O retrato aqui traçado visa proporcionar uma leitura transversal e fornecer uma visão holística do desempenho nacional face a diferentes conjuntos de países considerados para o efeito.

O relatório encontra-se estruturado em dois capítulos analíticos complementares. O capítulo de Análise Integrada de Resultados apresenta uma leitura transversal e agregada dos resultados dos 17 relatórios e índices, organizada por domínio de análise, permitindo comparar o posicionamento ponderado de Portugal, a sua evolução e os principais pontos fortes e fragilidades. O capítulo de Análise Comparada de Relatórios, por sua vez, aprofunda individualmente cada relatório ou índice, explicitando o respetivo enquadramento e metodologia, a evolução dos resultados de Portugal, a comparação com países de referência e as principais áreas de destaque e de melhoria. Esta sequência permite partir de uma visão global e harmonizada do desempenho nacional para uma leitura mais detalhada das evidências que sustentam o diagnóstico apresentado.

A utilidade desta análise reside também na sua capacidade para ajudar a transformar análises comparadas internacionais em instrumentos operacionais para a formulação, planeamento, monitorização e avaliação de políticas públicas.

Ao funcionar igualmente como uma ferramenta de *benchmarking* e monitorização estratégica, a produção bienal deste relatório permite identificar progressos, vulnerabilidades estruturais e áreas de convergência prioritárias, em linha com as melhores práticas globais.

Pretende-se, assim, que este instrumento de análise sirva não apenas para apoiar decisões informadas por evidências, mas também para aferir o progresso de Portugal face aos seus pares, garantindo que as estratégias de desenvolvimento respondem com eficácia às rápidas transformações registadas do contexto global e correspondentes desafios.

2 Análise Integrada de Resultados

No âmbito do conjunto dos 17 relatórios internacionais enumeram-se de seguida os correspondentes resultados globais alcançados por Portugal de acordo com os valores mais recentes que se encontravam disponíveis até 31 de dezembro de 2025.

Para permitir uma leitura integrada e transversal que descreva a situação atual de Portugal nos diferentes relatórios, bem como a sua tendência de desenvolvimento, utilizou-se um conjunto de métricas a seguir descritas:

- PTR – posição relativa de Portugal no respetivo *ranking*;
- NP – número de países analisados;
- LID – identificação do país no topo do correspondente *ranking*;
- PT% – cálculo da posição relativa normalizada de Portugal numa escala de 0 a 100, correspondendo a um score de 0 o país menos bem posicionado e de 100 o país que lidera o correspondente *ranking*²;
- DPT% – dinâmica de evolução do resultado de Portugal, calculada a partir da variação de duas médias móveis com base na pontuação de Portugal em cada índice, correspondentes à média dos três anos mais recentes com dados disponíveis (N, N-1 e N-2) e a média dos três anos que os antecederam (N-3, N-4 e N-5)³. Esta métrica procura captar a tendência recente do desempenho de Portugal, atenuando o efeito de oscilações anuais pontuais.

A análise integrada de cada dimensão assenta na representação gráfica da posição relativa de Portugal através de um gráfico do tipo radar, construído com base na posição relativa normalizada de Portugal (PT%) no respetivo *ranking*, complementada com uma análise onde os índices/indicadores são posicionados numa matriz que cruza o posicionamento ponderado de Portugal (PT%) com a evolução do respetivo resultado (DPT%).

Esta normalização permite comparar resultados provenientes de *rankings* com diferentes números de países, proporcionando uma leitura harmonizada do posicionamento ponderado de Portugal em cada uma das dimensões analisadas. A representação gráfica é complementada por uma análise interpretativa dos resultados, identificando os principais pontos fortes e as áreas de maior fragilidade.

² Trata-se de uma métrica estritamente posicional, utilizada para harmonizar *rankings* com diferentes números de países. Mede a posição relativa de Portugal no universo específico de cada índice/*ranking*, não constituindo uma medida absoluta de desempenho. Por esse motivo, a comparação dos valores de PT% entre referenciais com universos e coberturas geográficas distintos deve ser devidamente contextualizada. Fórmula de cálculo: $PT\% = 100 - 100 \times (PTR - 1) / (NP - 1)$.

³ Nos índices de periodicidade bienal ou plurianual, são consideradas as três últimas edições publicadas para a janela mais recente e as três edições imediatamente anteriores para a janela de base, sem interpolação dos anos sem observações. Quando não estejam disponíveis três observações para uma das janelas, a média é calculada com base nos valores efetivamente disponíveis. Fórmula de cálculo: $DPT\% = 100 \times (MM3A \text{ recente} - MM3A \text{ anterior}) / MM3A \text{ anterior}$.

No caso da matriz de posicionamento/evolução, os eixos da matriz são definidos pela mediana dos valores de PT% e DPT% da dimensão em análise, pelo que a sua localização varia consoante o conjunto de índices/indicadores considerados. Esta abordagem permite agrupar os índices e indicadores em quatro quadrantes, distinguindo situações de posicionamento ponderado e de dinâmica de evolução forte ou fraca, facilitando a identificação das áreas que evidenciam melhor desempenho e daquelas que requerem maior atenção. Salienta-se, porém, que estas matrizes servem como ferramentas de comparação relativa entre índices/indicadores, não configurando uma classificação absoluta do desempenho nacional.

2.1 Sustentabilidade

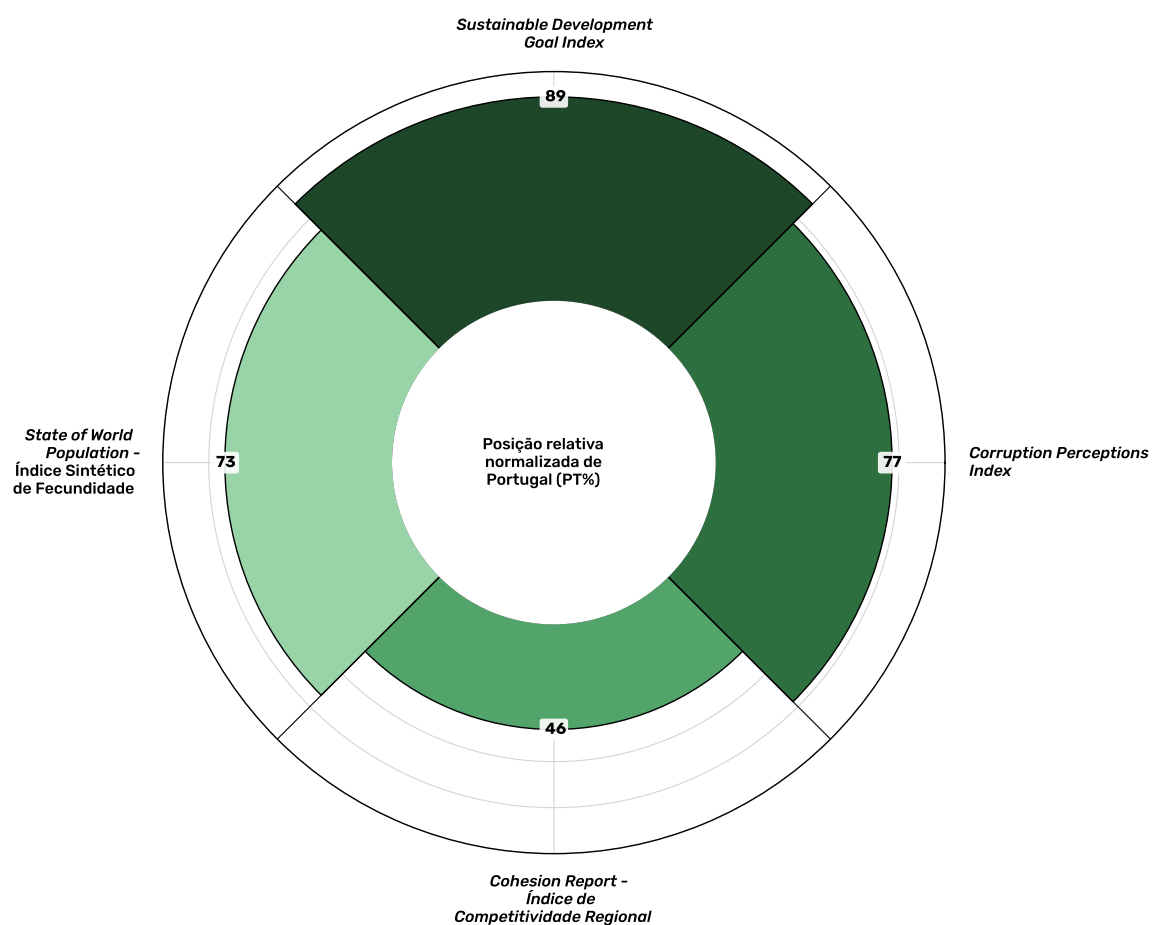
A tabela seguinte apresenta o conjunto de métricas para o domínio da Sustentabilidade:

Tabela 2 – Posicionamento relativo de Portugal – Sustentabilidade

	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	País do topo do <i>ranking</i> (LID)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
<i>Sustainable Development Goal Index</i>	20	167	Finlândia	89	1,1%
<i>Corruption Perceptions Index</i>	43	180	Dinamarca	77	-2,7%
<i>State of World Population - Índice Sintético de Fecundidade</i>	8	27	Bulgária	73	8,4%
<i>Cohesion Report - Índice de Competitividade Regional</i>	15	27	Países Baixos	46	13,6%

Verifica-se que Portugal demonstra um forte alinhamento com as metas globais de sustentabilidade (ODS) e uma recuperação na competitividade regional e na demografia na evolução do seu resultado. No entanto, o retrocesso na perceção da corrupção e a baixa competitividade relativa na UE são os principais desafios para garantir uma sustentabilidade equilibrada e resiliente.

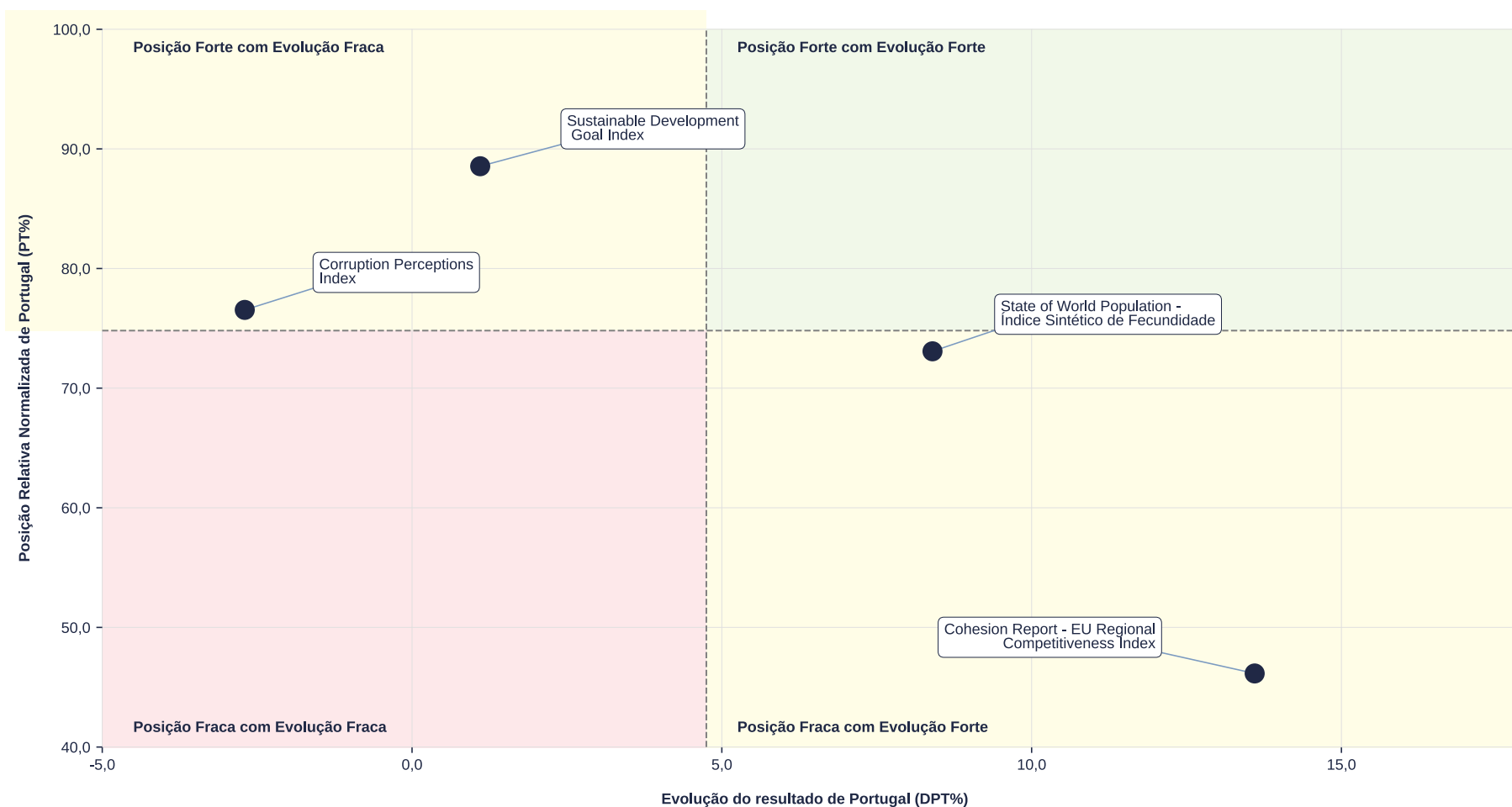
Na figura seguinte apresentam-se de forma integrada os valores apurados de PT%, agrupados na dimensão da Sustentabilidade:

Figura 2 – Posição Ponderada – Sustentabilidade

O desempenho de Portugal no *Sustainable Development Goal Index* constitui um dos seus pontos fortes no contexto internacional. A maior posição relativa normalizada (89) mostra o compromisso do país no cumprimento da Agenda 2030. De igual forma, Portugal apresenta um bom posicionamento nas áreas de fecundidade (*State of World Population*) e na perceção da corrupção (*Corruption Perceptions Index*). Por outro lado, o valor de 46% na posição relativa normalizada do Índice de Competitividade Regional evidencia uma distância relevante face aos melhores desempenhos europeus.

A figura seguinte, a Matriz de Posicionamento/Evolução, combina os valores de PT% e DPT%, definidos em quadrantes, onde é possível confrontar os posicionamentos ponderados de Portugal com as correspondentes dinâmicas de progresso no domínio da Sustentabilidade.

Figura 3 – Matriz de posicionamento/evolução – Sustentabilidade



Desta análise conjunta decorre a identificação das seguintes dimensões de análise que merecem especial destaque:

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Fraca

Sustainable Development Goal Index – Portugal continua a posicionar-se entre os países com melhor desempenho relativo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, a evolução mais moderada sugere uma desaceleração do ritmo do progresso e que o desempenho futuro exigirá intervenções estruturais em áreas mais complexas, como a ação climática, a proteção da biodiversidade, as desigualdades e os desafios demográficos.

Corruption Perceptions Index – o país mantém um posicionamento favorável no contexto internacional, mas sem evidenciar melhorias na perceção de integridade institucional. Este resultado aponta para uma certa estagnação na evolução da confiança nas instituições públicas e na perceção da eficácia dos mecanismos de transparência e responsabilização, fatores cada vez mais relevantes para a competitividade e sustentabilidade das economias.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Forte

State of World Population – o Índice Sintético de Fecundidade apresenta um posicionamento próximo do eixo que separa os níveis mais fortes e mais frágeis de desempenho competitivo. Isto sugere que Portugal não se encontra numa situação particularmente desfavorável em termos comparativos, mas continua a enfrentar desafios demográficos estruturais relevantes, associados ao envelhecimento da população e à baixa renovação geracional. A dinâmica positiva observada indica alguma capacidade de mitigação destas tendências, mas ainda insuficiente para transformar a dimensão demográfica numa verdadeira vantagem competitiva. O indicador revela, assim, sinais de estabilização e melhoria, embora a partir de uma base que permanece vulnerável.

Cohesion Report (Índice de Competitividade Regional) – considerando a agregação nacional utilizada de acordo com o RCI 2.0, o país apresenta o posicionamento ponderado mais baixo na matriz desta dimensão. Este resultado evidencia que a coesão territorial continua a ser uma das principais fragilidades estruturais do país, embora a evolução recente revele uma dinâmica positiva. A leitura deste resultado é particularmente relevante, considerando que, apesar do défice acumulado, existe uma trajetória de convergência e reforço da coesão regional, apesar de persistirem diferenças significativas entre regiões.

Em síntese, Portugal apresenta uma situação em que as áreas mais fortes revelam maior estabilidade do que progresso, enquanto as áreas mais frágeis são precisamente aquelas onde se observam os sinais mais relevantes de melhoria. Os melhores posicionamentos competitivos observam-se no *Sustainable Development Goal Index* e no *Corruption Perceptions Index*, refletindo um desempenho relativamente favorável de Portugal em áreas como desenvolvimento

sustentável, qualidade institucional e governação. Contudo, a evolução recente destes indicadores é mais moderada, sugerindo que os ganhos futuros tenderão a ser mais difíceis de alcançar e dependerão de melhorias incrementais em desafios já identificados. Em contraste, o Índice Sintético de Fecundidade e o Índice de Competitividade Regional apresentam posicionamentos competitivos menos favoráveis, evidenciando desafios persistentes relacionados com o envelhecimento demográfico e as assimetrias territoriais. No entanto, ambos registam dinâmicas de evolução positivas, particularmente no caso da coesão regional, indicando que estas áreas estão a convergir gradualmente para níveis de desempenho mais elevados. Este padrão sugere um país que mantém uma base sólida de sustentabilidade, mas cuja evolução futura dependerá sobretudo da capacidade de transformar os progressos observados na demografia e na coesão territorial em ganhos estruturais duradouros.

2.2 Competitividade

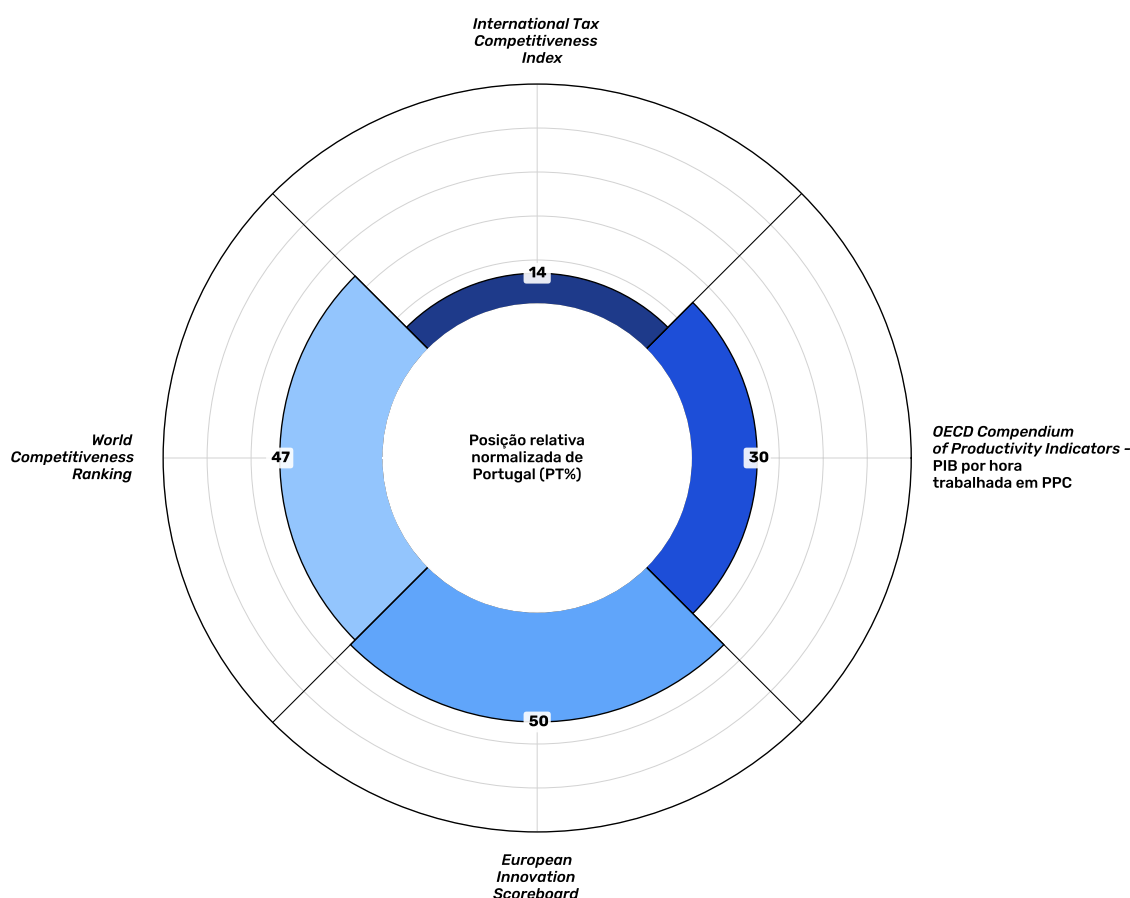
A tabela seguinte apresenta o conjunto de métricas para o domínio da Competitividade:

Tabela 3 – Posicionamento relativo de Portugal – Competitividade

	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	País do topo do <i>ranking</i> (LID)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
<i>European Innovation Scoreboard</i>	20	39	Suíça	50	7,6%
<i>World Competitiveness Ranking</i>	37	69	Suíça	47	0,3%
<i>OECD Compendium of Productivity Indicators - PIB por hora trabalhada em PPC</i>	27	38	Irlanda	30	17,4%
<i>International Tax Competitiveness Index</i>	33	38	Estónia	14	2,5%

Em matéria de Competitividade, a análise evidencia um perfil de competitividade desequilibrado, marcado por um desempenho relativamente mais favorável no domínio da inovação, mas por fragilidades persistentes em áreas estruturais ligadas à produtividade, competitividade fiscal e competitividade global.

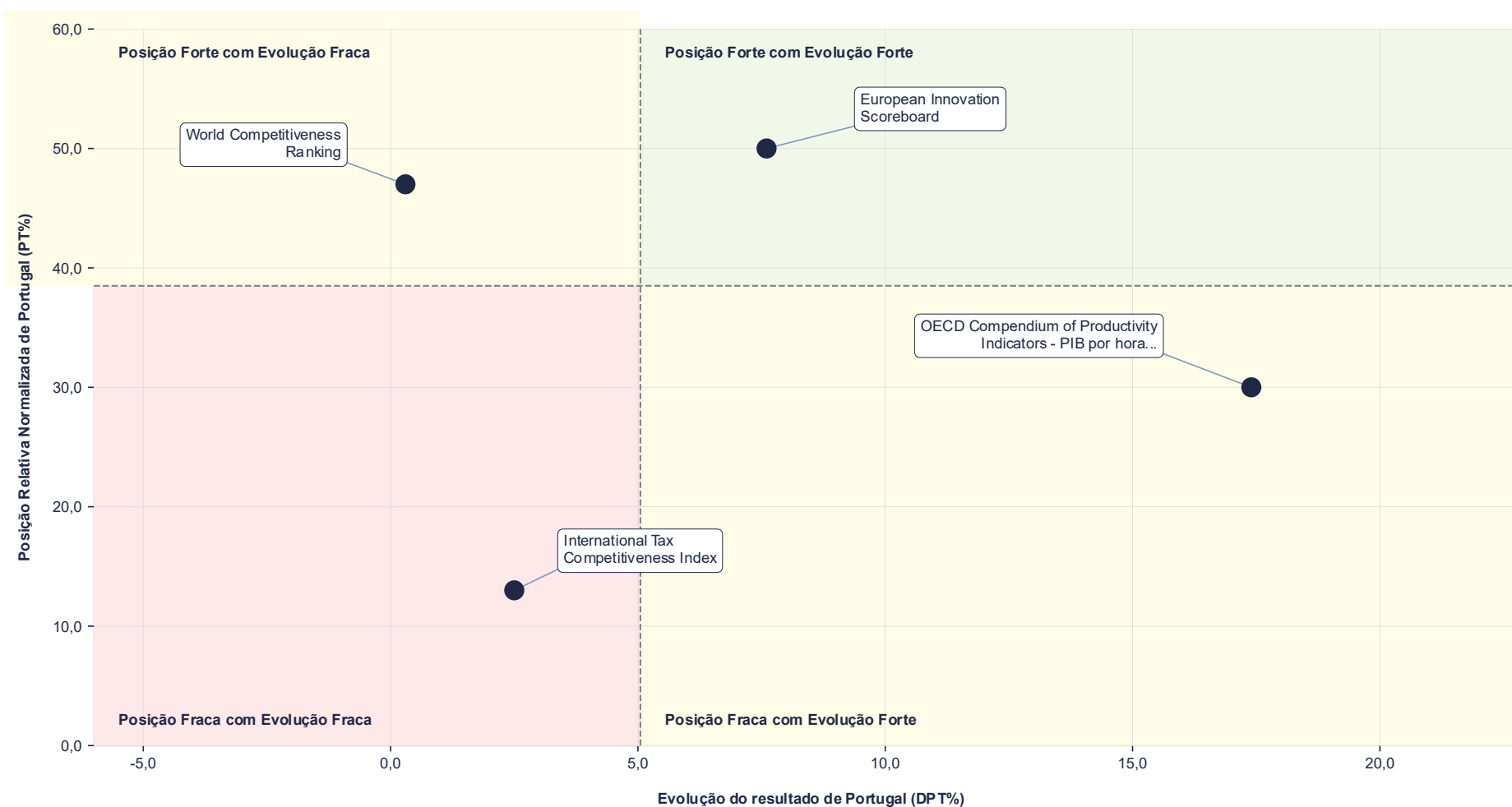
A seguinte figura apresenta os valores apurados de PT%, agrupados na dimensão da Competitividade:

Figura 4 – Posição Ponderada – Competitividade

A análise do posicionamento ponderado de Portugal evidencia um perfil de competitividade marcado por contrastes significativos entre dimensões. O melhor desempenho observa-se na inovação (*EIS*), onde o país alcança um posicionamento intermédio-superior no contexto internacional, refletindo uma maior proximidade aos países melhor classificados. Em contraste, a competitividade global (*World Competitiveness Ranking*) apresenta um posicionamento apenas intermédio (47 pontos), enquanto a produtividade (PIB por hora trabalhada em PPC) revela uma situação menos favorável (30 pontos). A dimensão fiscal (*International Tax Competitiveness Index*) surge como a principal fragilidade competitiva (14 pontos), apresentando um posicionamento claramente inferior aos restantes indicadores analisados.

Em termos agregados, os resultados sugerem que Portugal tem conseguido desenvolver capacidades relevantes em áreas associadas à inovação, mas continua a enfrentar dificuldades na sua tradução em ganhos mais expressivos de produtividade, competitividade económica e atratividade fiscal, fatores determinantes para a convergência com as economias mais competitivas, evidenciando a persistência de constrangimentos estruturais que continuam a limitar o desempenho comparado do país.

Figura 5 – Matriz de posicionamento/evolução – Competitividade



Desta análise conjunta decorre a identificação das seguintes dimensões de análise que merecem especial destaque:

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Forte

European Innovation Scoreboard – o posicionamento relativamente favorável de Portugal no domínio da inovação resulta da evolução consistente do seu desempenho ao longo dos últimos anos (o país mantém-se como “Inovador Moderado”, em trajetória ascendente desde 2018, a par da UE27). Este resultado assenta sobretudo no apoio público à I&D empresarial, na evolução favorável das competências e infraestruturas digitais. O país evidencia ainda resultados particularmente favoráveis na comercialização de novas inovações e em vários indicadores associados à digitalização. Estes fatores ajudam a explicar a razão pela qual a inovação constitui uma das dimensões em que Portugal apresenta atualmente o posicionamento ponderado mais robusto e uma dinâmica de evolução positiva no contexto europeu.

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Fraca

World Competitiveness Ranking – o país apresenta um posicionamento intermédio (47,1%), mas praticamente estagnado em termos evolutivos (0,3%). Portugal continua a beneficiar de infraestruturas fiáveis, bons resultados em educação e de uma perceção favorável quanto à estabilidade institucional e à confiança dos investidores. Contudo, persistem fragilidades em áreas como a carga fiscal, a eficiência do sistema judicial, a burocracia e o ambiente empresarial, que têm limitado a progressão recente. Neste caso, a prioridade passa por preservar os fatores que sustentam a posição atual e, simultaneamente, corrigir os bloqueios que comprometem a melhoria do desempenho global.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Forte

OECD Compendium of Productivity Indicators (PIB por hora trabalhada em PPC) – este posicionamento revela uma situação de convergência ainda incompleta, mas com evolução recente positiva. Portugal permanece abaixo da média da OCDE e distante dos países líderes, o que confirma a fragilidade estrutural da produtividade do trabalho. Ainda assim, o crescimento recente acima da média da OCDE sugere algum progresso relativo. Este resultado sugere que os ganhos de eficiência económica continuam insuficientes para aproximar Portugal dos países mais produtivos.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Fraca

International Tax Competitiveness Index – trata-se do domínio em que Portugal evidencia a situação mais desfavorável, refletindo um sistema fiscal pesado, complexo e pouco competitivo em comparação com os restantes países da OCDE. A elevada tributação sobre empresas e rendimento do trabalho, bem como a complexidade das regras e dos incentivos, constituem limitações significativas na atratividade e eficiência do sistema fiscal quando comparado internacionalmente.

Em síntese, a matriz evidencia uma competitividade ainda assimétrica. Portugal apresenta sinais positivos em áreas associadas à inovação e alguma recuperação e estabilidade em produtividade,

mas também limitações persistentes em áreas como fiscalidade, justiça, burocracia e ambiente empresarial. O desafio principal consiste, assim, em prosseguir a aposta na inovação, mas complementá-la com reformas que reforcem a produtividade das empresas, simplifiquem o enquadramento fiscal e regulatório, promovam o investimento e acelerem a transferência de conhecimento para a economia.

2.3 Capital Humano

A tabela seguinte apresenta o conjunto de métricas para o domínio do Capital Humano:

Tabela 4 – Posicionamento relativo de Portugal – Capital Humano

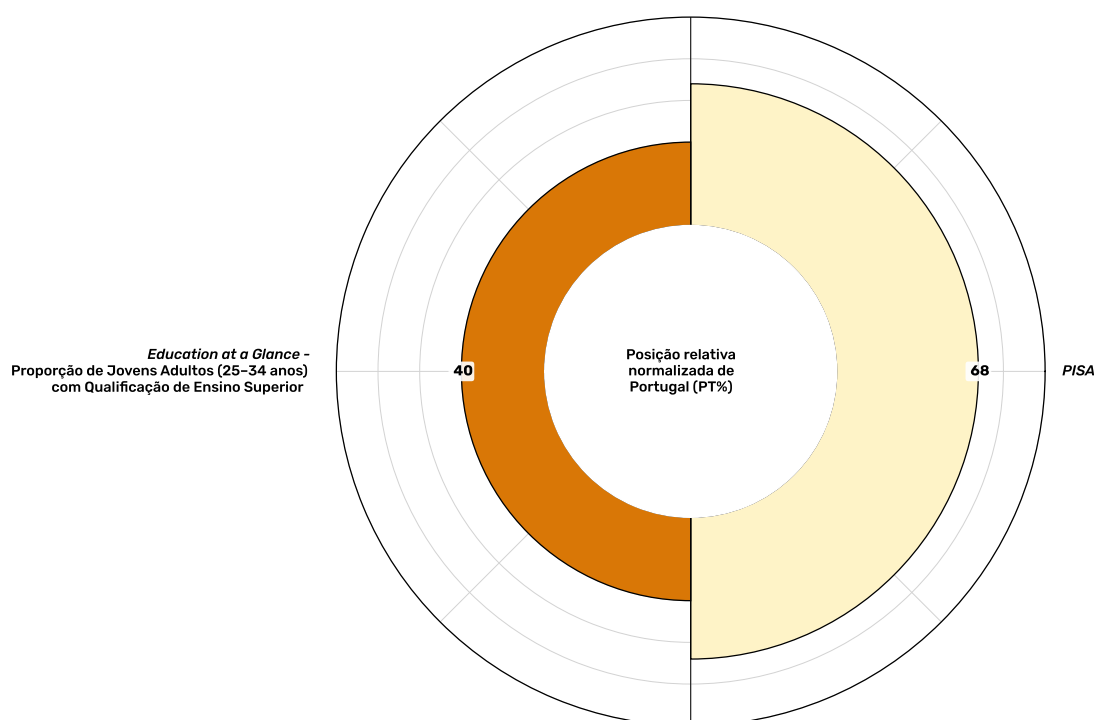
	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	País do topo do <i>ranking</i> (LID)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
PISA ⁽¹⁾	29	81	Singapura	68	1,3%
Education at a Glance – Proporção de Jovens Adultos (25–34 anos) com Qualificação de Ensino Superior	29	48	Coreia do Sul	40	1,5%

Notas: (1) Para efeito de obtenção de um indicador sintético procedeu-se a um cálculo próprio da média da evolução e da posição ponderada de Portugal nas três áreas que compõem o *PISA* (Ciências, Leitura e Matemática). Esta abordagem permite acompanhar a evolução de Portugal face à média da OCDE e aos restantes países participantes.

Com base nos dados apresentados, o desempenho de Portugal no eixo do Capital Humano revela um cenário de crescimento dinâmico consistente, mas com desafios acentuados na comparação internacional direta.

O país apresenta uma evolução positiva em todos os indicadores analisados (com taxas de crescimento entre 1,3% e 1,5%), o que demonstra que as competências e qualificações tiveram uma evolução positiva. Contudo, há uma clara dualidade entre a qualidade do ensino básico/secundário (*PISA*) e a da população jovem (25–34 anos) com ensino superior quando comparada com outras economias desenvolvidas.

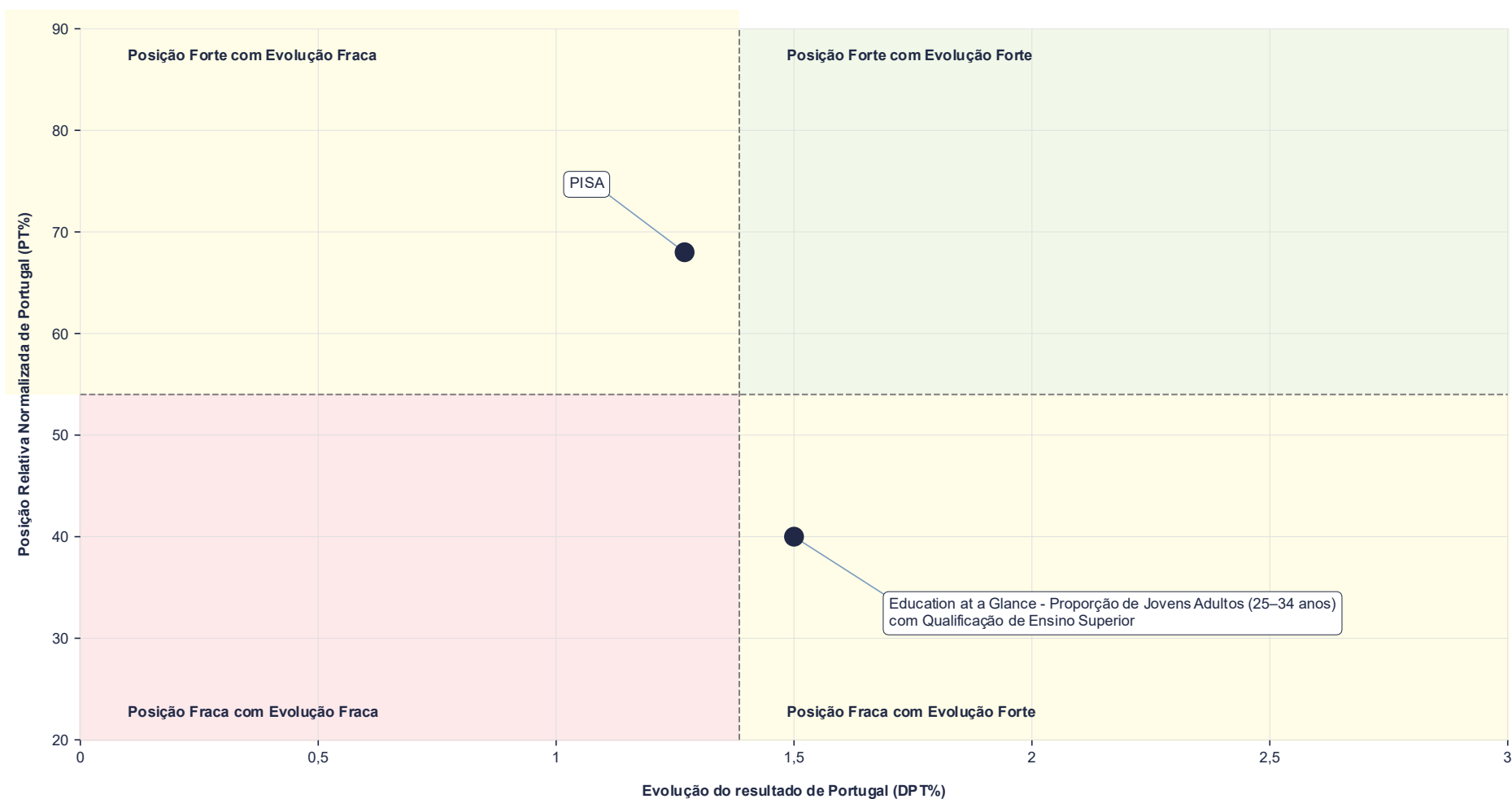
Seguidamente, apresentam-se os valores de PT%, agrupados na dimensão Capital Humano:

Figura 6 – Posição relativa normalizada – Capital Humano

A análise da posição ponderada evidencia um desempenho desigual de Portugal no domínio do capital humano. O melhor posicionamento observa-se no desempenho dos alunos, refletindo a evolução registada na qualidade das aprendizagens e a aproximação aos padrões internacionais. Em contraste, a proporção da população jovem com ensino superior apresenta um posicionamento menos favorável, apesar da trajetória de convergência observada na última década. No conjunto, os resultados sugerem que Portugal alcançou progressos relevantes na qualidade do sistema educativo, mas continua condicionado por um défice histórico de qualificações que limita o seu posicionamento comparativo.

A figura seguinte combina os valores de PT% e DPT%, definido em quadrantes, onde é possível confrontar o posicionamento ponderado de Portugal com a correspondente dinâmica de progresso.

Figura 7 – Matriz de posicionamento/evolução – Capital Humano



Desta análise conjunta destaca-se:

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Fraca

*PISA*⁴ – Portugal apresenta um posicionamento relativamente favorável no desempenho dos alunos, refletindo os progressos alcançados nas últimas décadas ao nível da qualidade do ensino e da redução das desigualdades educativas. Contudo, os resultados obtidos colocam o país abaixo da média da OCDE⁵, apesar do sistema educativo se encontrar mais consolidado do que no passado. A evolução recente (cerca de 1,3%) revela uma desaceleração, em linha com a tendência observada internacionalmente após a pandemia, refletindo as dificuldades em manter o ritmo de melhoria das competências dos alunos.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Forte

Education at a Glance (Proporção de Jovens Adultos (25–34 anos) com Qualificação de Ensino Superior) – o país evidencia uma trajetória positiva na qualificação das gerações mais jovens, registando um crescimento sustentado da proporção de jovens com ensino superior e aproximando-se progressivamente dos padrões internacionais. Esta evolução traduz o impacto das políticas de expansão do acesso ao ensino superior e de redução do abandono escolar. Contudo, o posicionamento ponderado (cerca de 40%) continua condicionado pelo atraso histórico nas qualificações da população adulta e pela distância face aos países líderes, onde a conclusão do ensino superior se encontra mais disseminada. O desafio consiste em consolidar esta trajetória de convergência, reforçando simultaneamente a qualificação da população adulta e o alinhamento das competências com as necessidades da economia.

⁴ O *PISA* avalia estudantes que completam 15 anos no ano da aplicação do teste.

⁵ Na edição de 2022, o desempenho de Portugal comparativamente à média da OCDE registou a seguinte pontuação: 472 vs. 480 pontos em matemática, 477 vs. 482 pontos na leitura e 484 vs. 491 pontos em ciências.

2.4 Qualidade de Vida

A tabela seguinte apresenta o conjunto de métricas para o domínio da Qualidade de Vida:

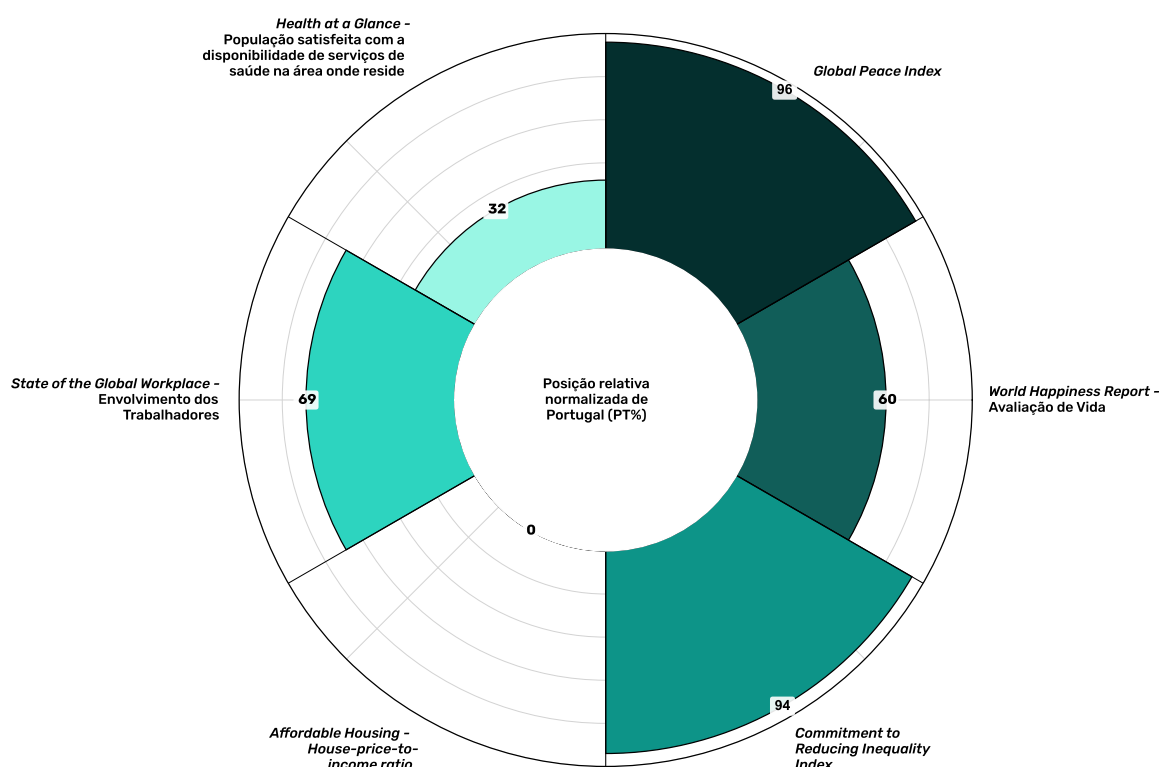
Tabela 5 – Posicionamento relativo de Portugal - Qualidade de Vida

	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	País do topo do ranking (LID)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
<i>Global Peace Index</i>	7	163	Islândia	96	1,5%
<i>Commitment to Reducing Inequality Index⁽⁴⁾</i>	11	164	Noruega	94	3,2%
<i>State of the Global Workplace - Envolvimento dos Trabalhadores⁽²⁾</i>	9	27	Roménia	69	2,6%
<i>World Happiness Report - Avaliação de Vida</i>	60	147	Finlândia	60	0,9%
<i>Health at a Glance - População satisfeita com a disponibilidade de serviços de saúde na área onde reside⁽¹⁾</i>	27	39	Suíça	32	6,9%
<i>Affordable Housing - House-price-to-income ratio⁽³⁾</i>	33	33	Coreia do Sul	0	-10,2%

Notas: (1) só existem dois anos de histórico | (2) os valores de cada ano para este indicador já são calculados com base em médias móveis dos últimos três anos, aplicando-se diretamente o valor dos respetivos anos | (3) valores mais elevados e posições mais altas no indicador correspondem a um pior desempenho, a posição relativa normalizada e a evolução do resultado foram invertidas para efeitos de normalização, assegurando a comparabilidade com os restantes índices/indicadores da matriz | (4) face à periodicidade do índice (bienal) consideraram-se apenas dois anos para as médias móveis.

A análise agregada dos indicadores de qualidade de vida evidencia um posicionamento globalmente favorável de Portugal, embora marcado por fortes assimetrias entre domínios. A leitura conjunta das posições ponderadas mostra que o país apresenta desempenhos particularmente robustos em áreas relacionadas com segurança, coesão social e redução da desigualdade, contrastando com fragilidades mais evidentes no acesso à habitação, satisfação com os serviços de saúde e bem-estar subjetivo.

De forma integrada, a seguinte figura apresenta os valores apurados de PT%, agrupados na dimensão da Qualidade de Vida:

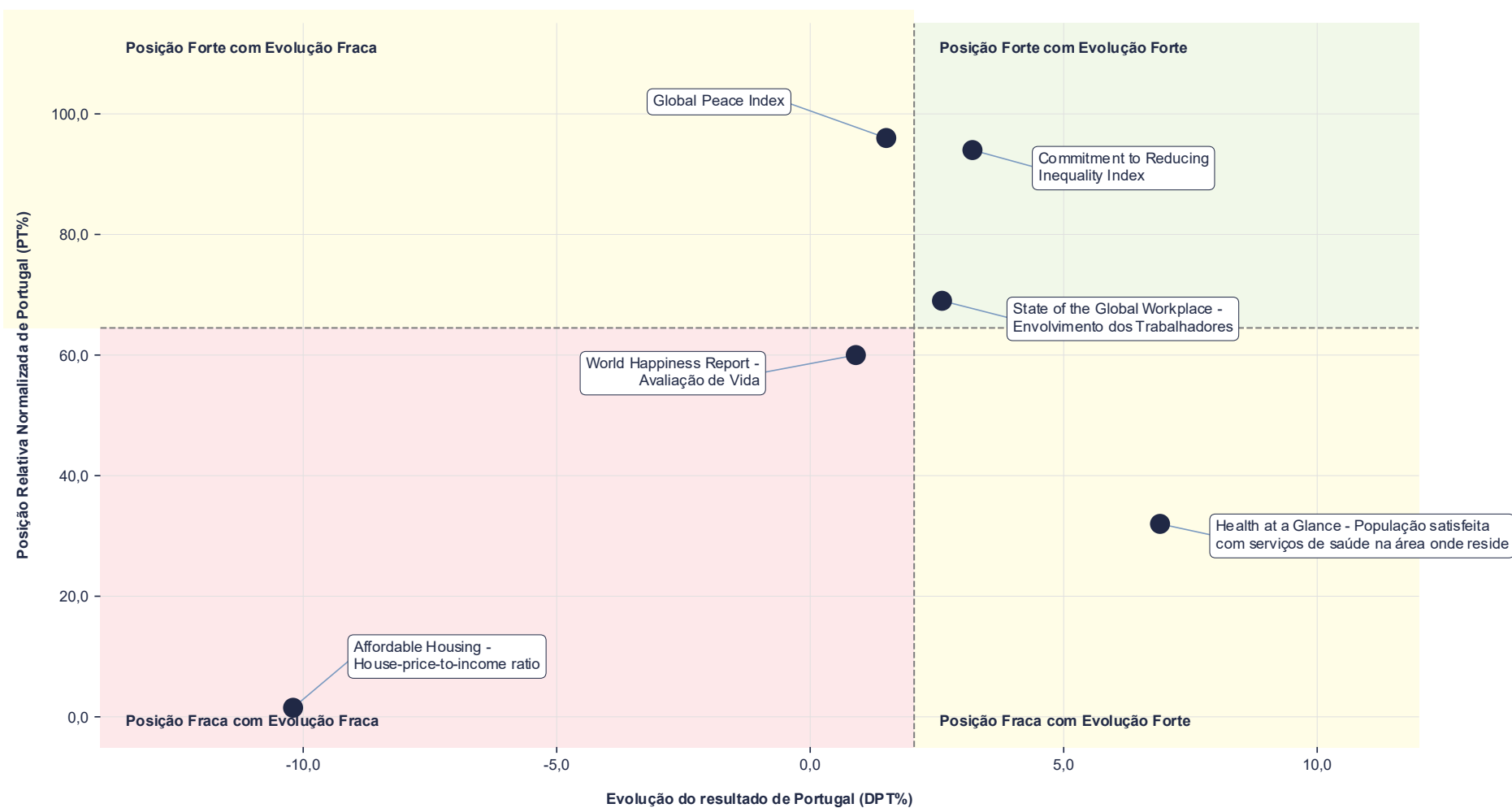
Figura 8 – Posição relativa normalizada – Qualidade de Vida

Portugal apresenta um posicionamento globalmente favorável em qualidade de vida, mas com assimetrias relevantes entre dimensões. Os melhores resultados surgem no *Global Peace Index* (96%) e no *Commitment to Reducing Inequality Index* (94%), refletindo elevados níveis de paz, segurança, baixa militarização e compromisso com políticas redistributivas. O indicador de envolvimento dos trabalhadores também apresenta um desempenho relativamente positivo (69%).

As fragilidades concentram-se nas dimensões mais diretamente sentidas no quotidiano: bem-estar subjetivo (60%), satisfação com os serviços de saúde (32%) e, sobretudo, acessibilidade da habitação (0%), onde Portugal surge como o país com pior desempenho relativo no indicador analisado.

Em conjunto, os dados sugerem que Portugal combina elevados níveis de segurança, coesão social e resiliência institucional com constrangimentos persistentes relacionados com capacidade económica, acessibilidade habitacional e perceção subjetiva de qualidade de vida. O padrão observado aproxima o país de modelos sociais relativamente protetores, mas ainda com dificuldades em traduzir essa estabilidade em níveis de prosperidade e satisfação comparáveis aos países europeus mais desenvolvidos.

Figura 9 – Matriz de posicionamento/evolução – Qualidade de Vida



Desta análise conjunta decorre a identificação das seguintes dimensões de análise que merecem especial destaque, estruturadas de acordo com o seu posicionamento no plano matricial:

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Forte

Commitment to Reducing Inequality Index - representa uma das dimensões mais sólidas do posicionamento internacional de Portugal em matéria de qualidade de vida. O país combina uma posição relativa muito elevada no contexto internacional (próxima dos 94%) com uma evolução recente robusta (acima de 3%), sugerindo não apenas estabilidade, mas também a eficácia e o reforço das políticas redistributivas e de proteção social. Este desempenho é particularmente relevante num contexto internacional marcado pelo aumento global das desigualdades.

State of the Global Workplace (Envolvimento dos Trabalhadores) - o país situa-se neste quadrante positivo, registando níveis de envolvimento laboral e posicionamento competitivo fortes no cenário europeu (cerca de 69%), acompanhados por uma dinâmica de evolução positiva (superior a 2,5%). Este padrão parece refletir uma base sólida de compromisso laboral, embora a sustentabilidade futura deste indicador dependa criticamente da melhoria contínua das condições de trabalho, gestão do *stress* e do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Fraca

Global Peace Index - Portugal continua a integrar o grupo dos países mais pacíficos do mundo, exibindo uma posição relativa normalizada elevada (cerca de 96%), sustentada por baixos níveis de violência, reduzida militarização e elevada estabilidade institucional e social. A posição alcançada continua a constituir uma vantagem estrutural relevante para a qualidade de vida, especialmente num contexto internacional marcado pelo agravamento de conflitos geopolíticos, polarização e aumento da insegurança. Contudo, a sua evolução situa-se abaixo da linha de corte (numa zona de evolução mais negativa/moderada), o que sugere que o país poderá ter atingido um "limite de maturidade" nesta dimensão, onde melhorias adicionais são marginais e difíceis de conquistar, exigindo esforços acrescidos para blindar este resultado contra pressões geopolíticas externas.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Forte

Health at a Glance (População satisfeita com a disponibilidade de serviços de saúde na área onde reside) - o país apresenta um posicionamento competitivo vulnerável e marcadamente abaixo da linha mediana (próximo dos 32%), refletindo níveis de satisfação inferiores aos de vários países europeus e da OCDE. Porém, o indicador destaca-se pela sua forte dinâmica de evolução positiva (superior a 7%), sinalizando que, apesar da perceção pública condicionada (tempos de espera, pressão sobre profissionais e dificuldades de acesso em algumas especialidades e regiões), o posicionamento neste quadrante parece indicar um sistema que mantém níveis técnicos de desempenho relativamente robustos em várias dimensões clínicas e de saúde pública.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Fraca

World Happiness Report (Avaliação de Vida) – a posição portuguesa, ligeiramente abaixo da linha de transição de posição (nos 60%), sugere uma situação comparativamente mais desafiante do ponto de vista da qualidade de vida percebida. O país apresenta um posicionamento internacional intermédio ou relativamente baixo no contexto europeu e desenvolvido, acompanhado de uma evolução recente inferior à mediana, o que sugere dificuldades em acelerar ganhos adicionais de bem-estar subjetivo.

Affordable Housing (House-price-to-income ratio) – o posicionamento reflete uma deterioração muito acentuada da acessibilidade à habitação no contexto internacional, situando-se no extremo mais crítico de toda a matriz (última posição e com uma evolução negativa de -10%). O país surge entre os casos mais extremos da OCDE em termos de divergência entre preços da habitação e rendimentos das famílias.

A análise integrada dos diferentes indicadores de qualidade de vida posiciona Portugal como um país com níveis globalmente positivos de bem-estar e coesão social, mas marcado por fragilidades estruturais que limitam a convergência com os países europeus de melhor desempenho. O país destaca-se sobretudo em dimensões associadas à segurança, estabilidade social, saúde e proteção social, refletindo a existência de instituições relativamente resilientes, baixos níveis de violência e um modelo social que continua a assegurar níveis relevantes de proteção e redistribuição.

Contudo, persistem fragilidades relevantes nas dimensões mais sentidas no quotidiano: acesso à habitação, rendimento disponível, satisfação com os serviços públicos e bem-estar subjetivo. Estes fatores limitam a perceção global de qualidade de vida e a convergência com os países de referência.

Em síntese, Portugal combina coesão e resiliência social com pressões estruturais sobre as condições materiais de vida.

2.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A tabela seguinte apresenta o conjunto de métricas para o domínio transversal que é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

Tabela 6 – Posicionamento relativo de Portugal – IDH

	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	País do topo do <i>ranking</i> (LID)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
Índice de Desenvolvimento Humano	40	193	Islândia	80	1,5%

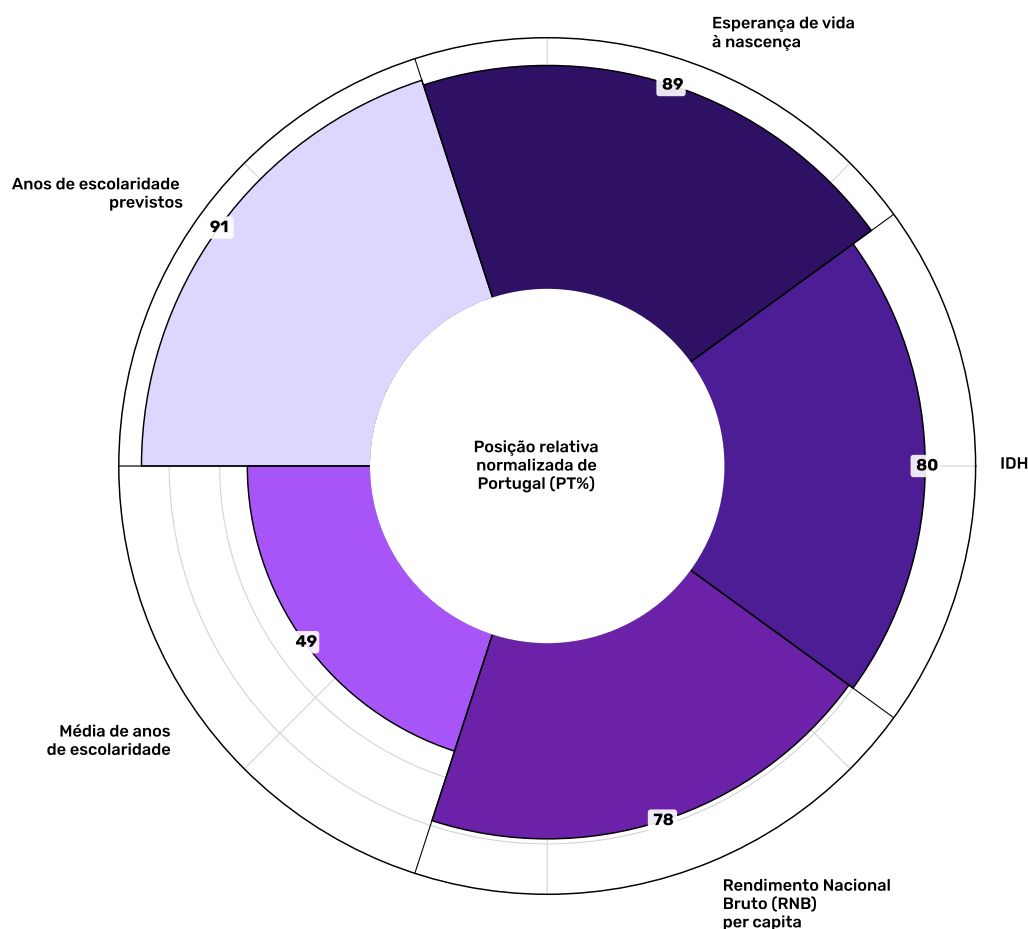
Como o IDH é composto por quatro indicadores, é possível calcular a posição relativa e a dinâmica de evolução de Portugal em cada um dos indicadores que compõem o índice:

Tabela 7 – Posicionamento relativo de Portugal nos indicadores que compõem o IDH

IDH Portugal	Posição relativa de Portugal (PTR)	Número de países analisados (NP)	Posição relativa normalizada de Portugal (PT%)	Evolução do resultado de Portugal (DPT%)
Anos de escolaridade previstos	19	193	91	3,02%
Esperança de vida à nascença	22	193	89	0,24%
Rendimento nacional bruto (RNB) per capita	43	193	78	17,10%
Média de anos de escolaridade	99	193	49	2,85%

Portugal apresenta um desempenho sólido no IDH, caracterizado por um crescimento gradual e disparidades entre alguns dos indicadores analisados.

De forma integrada, a seguinte figura apresenta os valores apurados de PT%, por indicador do IDH:

Figura 10 – Posição relativa normalizada – IDH

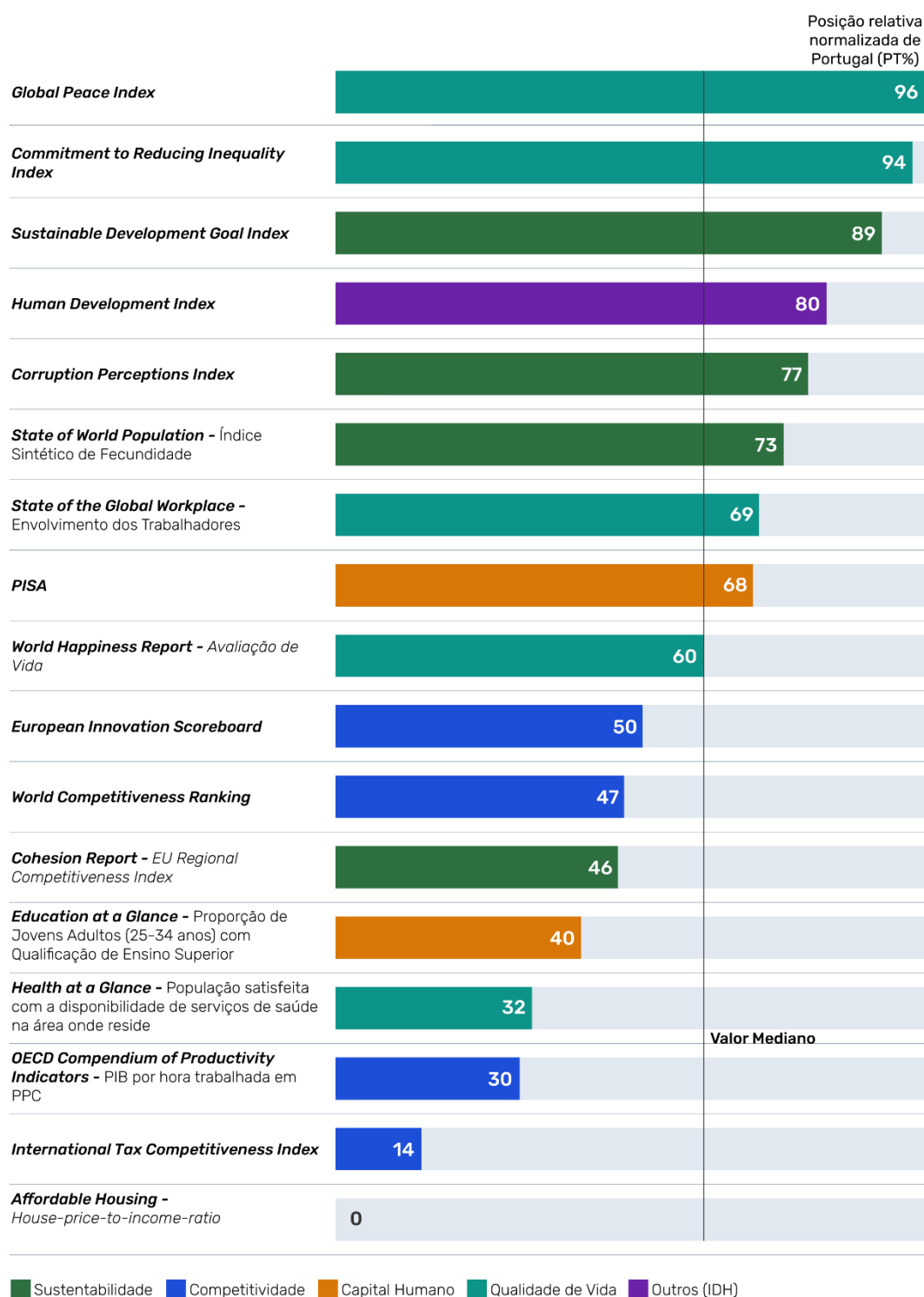
A posição de Portugal no IDH é, no geral, positiva. Com efeito, os melhores posicionamentos relativos verificam-se nos anos de escolaridade previstos (91%) e na esperança de vida à nascença (89%), refletindo um elevado potencial educativo das gerações mais jovens e bons resultados em saúde. O RNB *per capita* apresenta igualmente um posicionamento favorável (78%), embora inferior às duas dimensões anteriores. Em contraste, a média de anos de escolaridade da população adulta constitui a principal fragilidade (49%), evidenciando o efeito persistente do défice histórico de qualificações. Como resultado deste desempenho combinado, Portugal alcança uma posição relativa normalizada de cerca de 80% no IDH, situando-se entre os países com desenvolvimento humano mais elevado.

No conjunto, os resultados revelam um país que apresenta fortes capacidades sociais, sobretudo em saúde e educação das novas gerações, mas cuja convergência para os países líderes continua condicionada pelo legado histórico das qualificações da população adulta e por níveis de rendimento ainda inferiores aos das economias mais desenvolvidas.

2.6 Visão Global

A análise conjunta das posições ponderadas dos 17 índices evidencia um perfil heterogéneo (Figura 11).

Figura 11 – Conjunto das Posições Ponderadas de Portugal nos diferentes Índices/Relatórios analisados



Portugal apresenta um posicionamento ponderado mais favorável em áreas associadas à paz, redução das desigualdades, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e qualidade institucional, todas acima do valor mediano de 60%. Também o envolvimento dos trabalhadores, os resultados do *PISA* e a avaliação da vida se situam na metade superior da distribuição, embora com menor distância face à mediana.

Em posição intermédia encontram-se a inovação, a competitividade global e a coesão regional, revelando desempenhos comparativos moderados e margem de convergência.

As principais fragilidades concentram-se nas qualificações superiores da população jovem, na satisfação com a disponibilidade de serviços de saúde, na produtividade do trabalho e, de forma mais acentuada, na competitividade fiscal e na acessibilidade à habitação.

Em síntese, Portugal apresenta melhores resultados relativos nas dimensões sociais, institucionais e de desenvolvimento humano do que nos fatores diretamente associados à produtividade, à competitividade económica e às condições materiais de acesso à habitação. Este padrão sugere que os progressos sociais alcançados ainda não se traduzem de forma uniforme em maior capacidade produtiva, atratividade económica e melhoria do poder de compra das famílias.

Figura 12 – Matriz de posicionamento/evolução: Todos os Índices / Relatórios

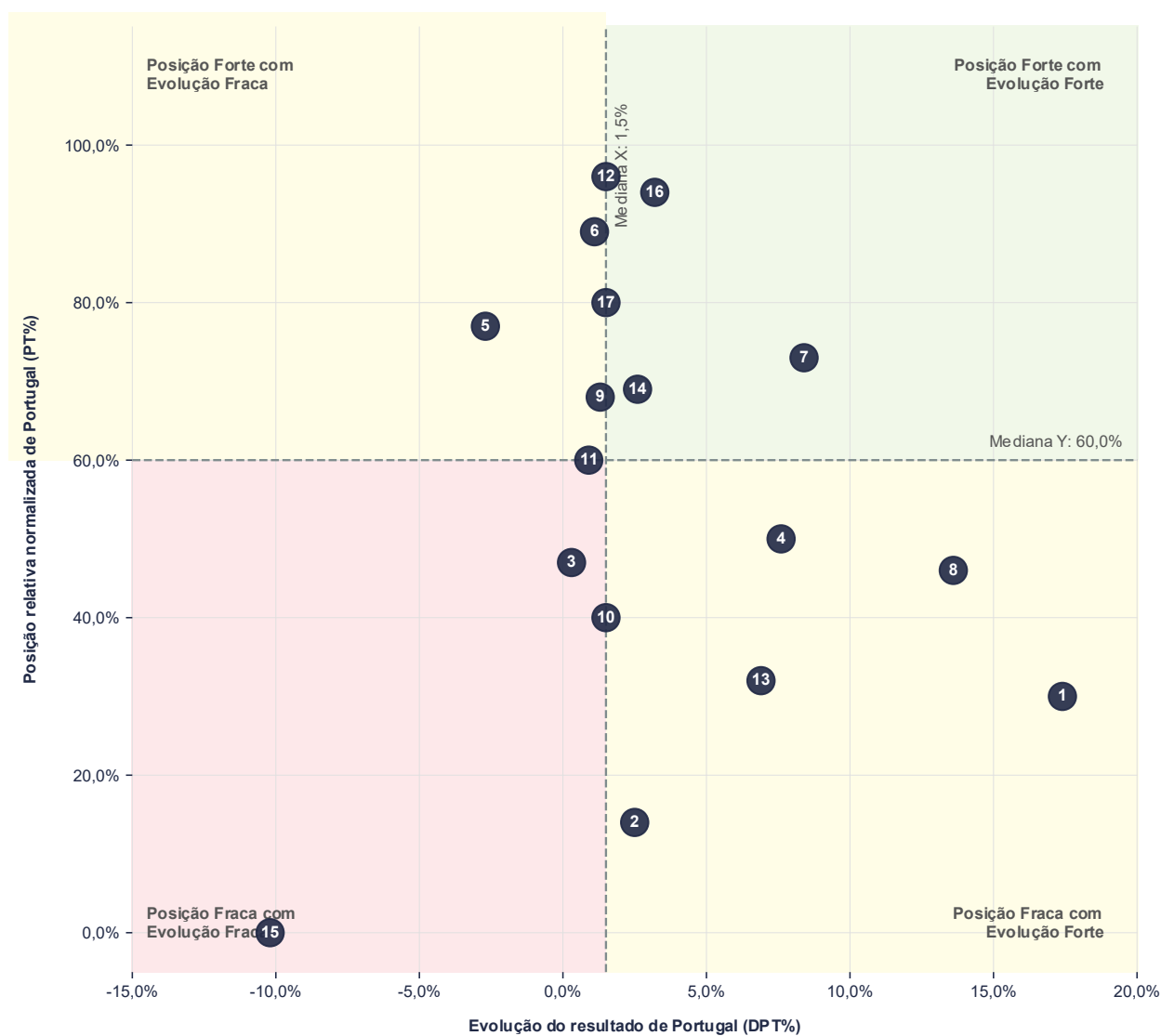


Tabela 8 – Legenda da Matriz de posicionamento/evolução

N.º	Índice / Relatório	PT% (Y)	Evolução DPT% (X)
1	<i>OECD Compendium of Productivity Indicators</i>	30,0%	17,4%
2	<i>International Tax Competitiveness Index</i>	14,0%	2,5%
3	<i>World Competitiveness Index</i>	47,0%	0,3%
4	<i>European Innovation Scoreboard</i>	50,0%	7,6%
5	<i>Corruption Perceptions Index</i>	77,0%	-2,7%
6	<i>Sustainable Development Goal Index</i>	89,0%	1,1%
7	<i>State of World Population</i>	73,0%	8,4%
8	<i>Cohesion Report</i>	46,0%	13,6%
9	PISA	68,0%	1,3%
10	<i>Education at a Glance</i>	40,0%	1,5%
11	<i>World Happiness Report</i>	60,0%	0,9%
12	<i>Global Peace Index</i>	96,0%	1,5%
13	<i>Health at a Glance</i>	32,0%	6,9%
14	<i>State of the Global Workplace</i>	69,0%	2,6%
15	<i>Affordable Housing</i>	0,0%	-10,2%
16	<i>Commitment to Reducing Inequality Index</i>	94,0%	3,2%
17	<i>Human Development Index</i>	80,0%	1,5%

A matriz de posicionamento/evolução evidencia um padrão global de evolução moderadamente favorável para Portugal. Observa-se uma concentração dos 17 indicadores em torno da mediana do eixo da evolução (DPT%), fixada em 1,5%, verificando-se que a maioria apresenta melhorias de reduzida magnitude. Dos 17 índices analisados, apenas dois registam uma evolução negativa, enquanto os restantes evidenciam progressos face ao período anterior, sugerindo uma trajetória de melhoria gradual, mais do que alterações estruturais expressivas.

Em contraste, a distribuição ao longo do eixo da Posição relativa normalizada de Portugal (PT%) é mais heterogénea, coexistindo indicadores com desempenhos relativos muito favoráveis e outros onde Portugal continua a apresentar posições menos competitivas. Este padrão revela que o país dispõe de áreas de desempenho consolidado, mas também de domínios onde persistem desafios estruturais relevantes.

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Forte

Este quadrante reúne os indicadores em que Portugal combina um posicionamento internacional favorável com uma evolução positiva. Destacam-se o *Commitment to Reducing Inequality Index* (N.º 16), o *Global Peace Index* (N.º 12), o *State of the World Population* (N.º 7), o *State of the Global Workplace* (N.º 14) e o *Human Development Index* (N.º 17). Em conjunto, estes resultados evidenciam um desempenho consistente em domínios relacionados com a coesão social, o desenvolvimento humano, a estabilidade institucional, a paz e as condições de trabalho. A presença destes indicadores neste quadrante sugere que Portugal tem conseguido consolidar políticas públicas nestas áreas, mantendo simultaneamente uma trajetória de melhoria. O conjunto destes resultados reforça a perceção de um país com níveis elevados de desenvolvimento social e institucional, capaz de transformar esse desempenho em ganhos graduais ao longo do tempo.

Posicionamento Ponderado Forte e Dinâmica de Evolução Fraca

Neste quadrante encontram-se indicadores que apresentam um posicionamento consolidado, mas cuja evolução recente foi limitada. Destacam-se o *Sustainable Development Goal Index* (N.º 6), o *PISA* (N.º 9) e o *Corruption Perceptions Index* (N.º 5). Embora Portugal mantenha um desempenho relativamente favorável nestes domínios, a reduzida evolução e, no caso do índice de perceção da corrupção, a ligeira regressão, sugerem que os progressos alcançados nas últimas décadas tendem a estabilizar. Em conjunto, estes indicadores remetem para áreas estruturantes da sustentabilidade, da educação e da qualidade das instituições, onde o principal desafio deixa de ser alcançar bons níveis de desempenho e passa a ser manter a capacidade de inovação, reforçar a confiança nas instituições e evitar perdas de competitividade relativamente aos países de referência.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Forte

Aqui são integrados indicadores cujo posicionamento relativo permanece abaixo da mediana, mas que evidenciam uma evolução positiva superior à mediana do conjunto analisado. Destacam-se o *OECD Compendium of Productivity Indicators* (N.º 1), o *Cohesion Report* (N.º 8), o *European Innovation Scoreboard* (N.º 4), o *Health at a Glance* (N.º 13), o *Education at a Glance* (N.º 10) e o *International Tax Competitiveness Index* (N.º 2). Em conjunto, estes resultados apontam para áreas diretamente relacionadas com a competitividade económica, o capital humano, a inovação, a saúde e a confiança dos agentes económicos, nas quais Portugal continua a apresentar um posicionamento menos favorável, mas evidencia sinais consistentes de convergência. A evolução observada sugere que as políticas implementadas têm produzido resultados positivos, embora ainda insuficientes para aproximar o país dos desempenhos mais avançados. Este quadrante concentra, assim, algumas das principais oportunidades de melhoria estrutural, onde a manutenção do ritmo de evolução poderá traduzir-se em ganhos relevantes de competitividade e produtividade.

Posicionamento Ponderado Fraco e Dinâmica de Evolução Fraca

Este quadrante identifica os indicadores que conjugam um posicionamento ponderado menos favorável com uma evolução limitada ou negativa. Destacam-se o *Affordable Housing* (N.º 15) e o *World Competitiveness Ranking* (N.º 3). Embora reflitam domínios distintos, ambos evidenciam desafios estruturais relacionados com a competitividade da economia portuguesa. O indicador *Affordable Housing* constitui o caso mais crítico da análise, apresentando simultaneamente a posição relativa normalizada mais baixa e a maior deterioração entre todos os indicadores considerados, refletindo o agravamento das dificuldades de acesso à habitação face ao rendimento das famílias. Por sua vez, o *World Competitiveness Ranking* evidencia que Portugal continua a apresentar limitações em fatores determinantes para a competitividade internacional, nomeadamente ao nível da eficiência económica, do ambiente de negócios e da capacidade para atrair investimento. Em conjunto, estes indicadores apontam para desafios estruturais cuja resolução depende de políticas de longo prazo, capazes de reforçar simultaneamente a competitividade da economia e as condições de vida da população.

No seu conjunto, os resultados desta análise comparada evidenciam que Portugal apresenta desempenhos consistentes em diversos domínios, coexistindo, contudo, com desafios estruturais que continuam a limitar a sua convergência face a países mais competitivos. A evolução futura dependerá da capacidade de reforçar a qualidade das instituições, melhorar a competitividade económica, fiscal e regulatória, investir no desenvolvimento do capital humano e tecnológico e prosseguir políticas públicas orientadas para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e gerador de produtividade.

Nas secções seguintes procede-se a uma análise individual dos 17 relatórios e índices internacionais considerados, estruturada de acordo com os principais domínios temáticos identificados nesta análise integrada, os quais, em conjunto, oferecem uma visão abrangente do posicionamento relativo de Portugal.

A análise inicia-se pelo domínio da **Sustentabilidade**, reunindo relatórios que avaliam a capacidade do país para responder a desafios de longo prazo, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento sustentável, da coesão social e das tendências demográficas. Segue-se o domínio da **Competitividade**, centrado em fatores como a produtividade, a inovação, o ambiente de negócios e o enquadramento fiscal. A terceira secção dedica-se ao **Capital Humano**, analisando o sistema educativo, as qualificações, as competências e o mercado de trabalho. A **Qualidade de Vida** constitui o quarto domínio de análise, integrando indicadores relacionados com a saúde, a habitação, a desigualdade, a segurança e o bem-estar.

Por fim, apresenta-se o **Índice de Desenvolvimento Humano**, que constitui uma síntese transversal do desempenho de Portugal nas dimensões da saúde, da educação e do rendimento, funcionando como um indicador agregador do nível de desenvolvimento do país.

3 Análise Comparada de Relatórios



Sustentabilidade

Sustainable Development Report

O “*Sustainable Development Report*” (SDR), publicado pela *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)* e *Dublin University Press*, classifica e monitoriza o progresso nos 17 ODS com base no *SDG Index*.

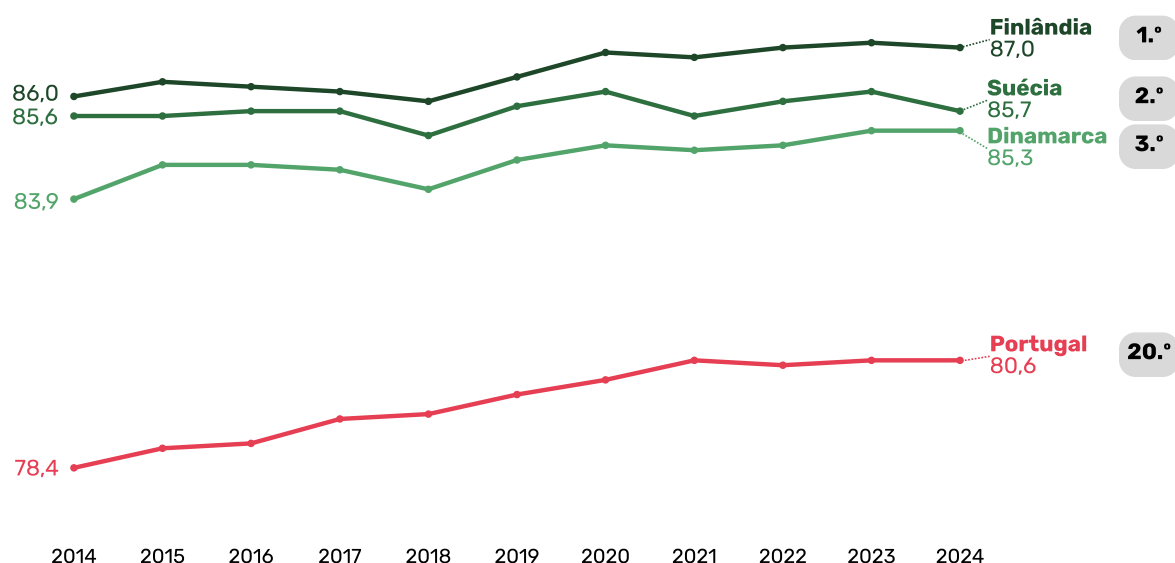
A edição de 2025 classifica 167 países, recorre a 126 indicadores e introduz o *Sustainable Development Goal Index (SDGi)*, que permite observar tendências desde 2015.

A metodologia adotada combina dados provenientes de fontes oficiais e não oficiais, integrando informações de organizações internacionais (Banco Mundial, OCDE, OMS, FAO, OIT, UNICEF, entre outras) e de fontes complementares, como inquéritos aos agregados familiares (*Gallup World Poll*), organizações e redes da sociedade civil (*Oxfam*, *Tax Justice Network*, *World Justice Project*, Repórteres Sem Fronteiras), revistas científicas e sistemas de informação geográfica (SIG).

Para tornar os dados comparáveis entre os indicadores, as variáveis são redimensionadas para a escala 0-100, representando 0 o pior desempenho e 100 o melhor desempenho.

Para Portugal, o SDR, com base na análise dos vários ODS e ao sintetizar, através do *SDGi*, a contribuição dos múltiplos ODS, permite monitorizar o alinhamento de políticas públicas com metas concretas e comparar resultados com outros países.

A posição de Portugal (20.º) coloca o país no grupo de países com melhor desempenho, mas com margem para progresso em áreas institucionais e ambientais mais específicas, nomeadamente indicadores de justiça, desigualdade e sustentabilidade dos recursos marinhos.

Figura 13 – Sustainable Development Goal Index (2014-2024)⁶

Fonte: Sustainable Development Report – Dados disponíveis em: [Sustainable Development Report 2025](#)

No índice de 2025, Portugal alcançou uma pontuação de 80,64, ocupando a 20.ª posição entre 167 países. Este valor representa praticamente uma manutenção da pontuação referente a 2024, mas com uma tendência de evolução positiva registada ao longo da última década.

Os países nórdicos continuam a destacar-se na prossecução dos ODS, de acordo com esta análise, nomeadamente na qualidade de saúde, educação e instituições, esforço internacional e execução consistente em vários ODS.

Análise Integrada

Portugal apresenta um desempenho sólido no *SDR 2025*, com progressos face a 2015, e uma posição estável e interessante a nível internacional.

Os serviços básicos encontram-se devidamente consolidados, com boa cobertura de água e saneamento, acesso universal a energia e resultados consistentes em saúde infantil e materna. O perfil digital e científico é equilibrado, com utilização ampla da *internet* e uma base de investigação relevante.

Persistem, contudo, fragilidades que ajudam a explicar a distância existente em relação aos países líderes. Ao nível das instituições, o acesso à justiça, a morosidade processual e a elevada taxa de reclusão penal penalizam o cumprimento do ODS 16. A intensidade de investimento em I&D e a transferência de conhecimento para as empresas continuam sem o desempenho encontrado noutros países. No domínio social e urbano, desigualdades e elevados custos da habitação

⁶ Apesar do relatório identificar o *SDGI* como de 2025, a consulta dos dados históricos indica que se trata de dados relativos ao ano anterior ao da emissão do relatório.

influenciam negativamente o posicionamento de Portugal. No que se refere ao ambiente e recursos, destacam-se pressões relacionadas com a qualidade do ar, exportações de resíduos, proteção dos oceanos e da biodiversidade. No ODS 17, o esforço de cooperação internacional permanece reduzido face a outras nações europeias.

No *International Spillover Index*⁷, Portugal encontra-se acima da média da OCDE (71,4 face a 70,1), sendo um bom indicador da capacidade de Portugal para influenciar positivamente outros países na prossecução das metas dos ODS, nomeadamente através de contributos relacionados com comércio e cooperação.

Benchmarking

Comparativamente aos líderes globais do índice – Finlândia (87,02), Suécia (85,74) e Dinamarca (85,26) –, Portugal evidencia ainda uma distância com alguma expressão. Estes países apresentam no geral estruturas de governação mais sólidas e consolidadas, preocupações e medidas ambientais mais estabelecidas e melhor qualidade nos sistemas de saúde e educação.

Portugal, comparativamente com estes países, apresenta fragilidades em relação ao ODS 3, nomeadamente no que se refere à mortalidade materna, e no ODS 10, relativamente ao coeficiente de Gini e à taxa de pobreza da população mais idosa.

Os indicadores institucionais mostram acesso e custo da justiça elevados, processos administrativos morosos e uma perceção de corrupção que permanece elevada, o que pesa no ODS 16.

Outro fator diferenciador é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)⁸, frequentemente apresentada como percentagem do Rendimento Bruto Nacional (RNB). A referência internacional é 0,7 % do RNB e Portugal situa-se nos 0,2 %.

De salientar também que, no que se refere ao ODS 14, os líderes nórdicos mostram padrões mais consistentes, nomeadamente no Índice de Saúde Oceânica, com águas mais limpas e capturas em *stocks* de pesca sobreexplorados mais baixos do que em Portugal.

O contraste com países vizinhos, como Espanha, na 14ª posição (81,04), aponta, neste caso, para um desempenho globalmente superior ao português. Apesar da diferença ser relativamente reduzida na pontuação, o relatório indica melhorias incrementais que se têm vindo a registar em Espanha na qualidade do ar, competências digitais e igualdade de género.

⁷ O *International Spillover Index* mede o impacto de um país na capacidade de afetar o progresso de outros países a alcançarem os ODS. Uma pontuação mais alta indica que um país é uma força mais positiva, causando efeitos de propagação mais benéficos e menos negativos em categorias como comércio, finanças, segurança e meio ambiente, enquanto uma pontuação mais baixa significa um impacto negativo maior no progresso do desenvolvimento de outros países em termos de ODS.

⁸ Mede fluxos financeiros oficiais que têm como objetivo principal promover o desenvolvimento económico e o bem-estar de países em desenvolvimento. Inclui doações e empréstimos.

Pontos Fortes de Portugal:

- Pobreza extrema residual e baixa mortalidade infantil;
- Cobertura elevada de serviços essenciais em saúde, apesar de existir algum desequilíbrio regional no acesso à mesma;
- O acesso energético da população é elevado e integração positiva de energias renováveis no consumo final de energia;
- Perfil de *spillovers* relativamente favorável no contexto da OCDE.

Áreas de Melhoria para Portugal:

- No âmbito da justiça e instituições, melhorar o acesso à justiça, previsibilidade e tempo processual;
- Apesar do progresso registado, subsistem desigualdades, nomeadamente na igualdade de género, na distribuição de rendimentos e na percentagem de população idosa pobre e em risco de pobreza;
- Redução de pressões sobre pesca e reforço da proteção marinha;
- Portugal pode diminuir a sua taxa de mortalidade materna para se aproximar dos líderes europeus⁹;
- No que se refere ao esforço internacional, elevar a APD, com trajetória faseada e avaliação de impacto.

⁹ Salienta-se que este ponto tem como referência a comparação deste indicador com os países de topo no *SDGi*, já que a nível mundial Portugal tem um resultado positivo face ao resto do mundo como se poderá verificar na análise ao “*State of World Population*”.

Corruption Perceptions Index

O “*Corruption Perceptions Index*” (CPI), elaborado pela *Transparency International*, classifica cerca de 180 países relativamente a perceções de corrupção. Permite acompanhar trajetórias desde 2012 com uma metodologia estável e transparente.

A edição de 2024 destaca, numa análise temática de âmbito global, que a corrupção pode constituir um obstáculo à ação climática, nomeadamente através da influência indevida sobre políticas públicas e de riscos associados à utilização de financiamento climático.

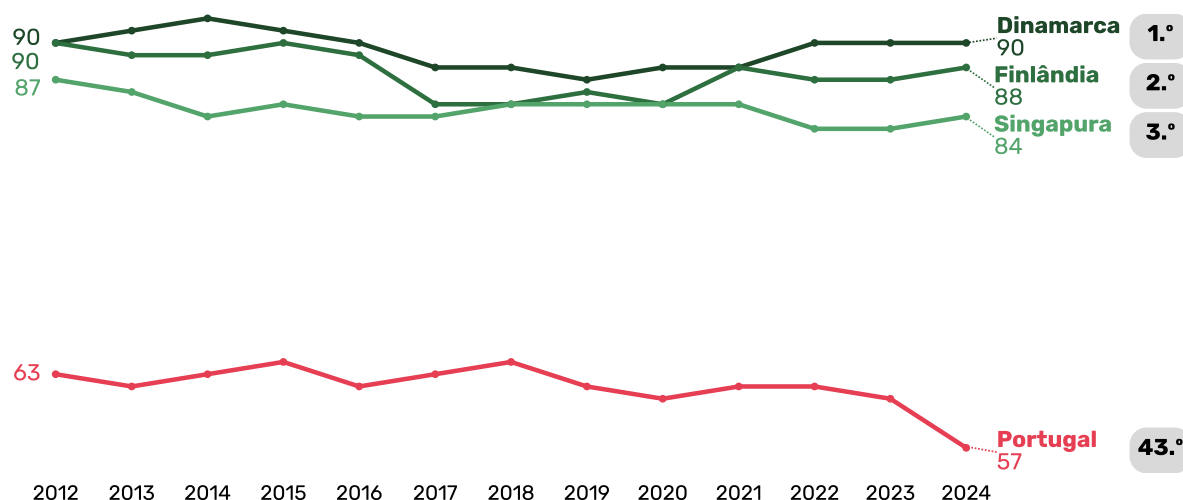
A metodologia adotada combina dados de 13 fontes, incluindo *IMD*, *WEF*, *World Justice Project*, *V-Dem*, *PRS*, *EIU*, entre outras. Cada fonte é padronizada numa escala de 0 a 100, e os resultados são depois agregados. O valor agregado do índice global varia, portanto, entre 0 (perceção muito elevada de corrupção) e 100 (perceção muito baixa de corrupção).

O *CPI*, ao sintetizar perceções de múltiplas fontes independentes, fornece um retrato sobre a perceção existente quanto à integridade do setor público e o funcionamento das instituições nacionais.

Os resultados referentes a Portugal mostram que, apesar da estabilidade democrática e de mecanismos formais de controlo, a perceção de riscos de corrupção permanece elevada, sobretudo em áreas ligadas à justiça, à contratação pública e à transparência das decisões políticas.

A posição de Portugal, abaixo da média europeia, evidencia que reformas institucionais continuam por consolidar e que a confiança dos cidadãos e dos investidores no Estado ainda é limitada.

Esta análise contribui não apenas para comparar Portugal com outros países, mas também para identificar domínios em que a falta de transparência e responsabilização pode limitar o desenvolvimento económico, a qualidade da governação e a credibilidade internacional do país.

Figura 14 – Corruption Perceptions Index (2012-2024)

Fonte: Transparency International – Dados disponíveis em: [Corruption Perceptions Index 2024 - Transparency.org](https://www.transparency.org/en/cpi/2024)

No que diz respeito aos valores deste índice para 2024, Portugal alcançou 57 pontos, ocupando a 43.ª posição entre 180 países.

Este valor representa uma descida de quatro pontos e de nove posições face ao ano anterior (34.ª), sinalizando um retrocesso no que se refere à perceção existente sobre o controlo da corrupção.

Os resultados obtidos indicam que existem níveis de perceção intermédios no que se refere à integridade do setor público.

O relatório destaca que democracias plenas apresentam médias mais altas no controlo da corrupção, reforçando a importância de instituições independentes e transparência efetiva para que as correspondentes perceções possam evoluir positivamente.

Análise Integrada

A descida de Portugal para 57 pontos em 2024 traduz igualmente um recuo no posicionamento relativo e reforça a perceção de que as medidas adotadas na última década podem não ter sido suficientes para consolidar uma cultura de integridade pública percecionada como tal pelos cidadãos.

O valor do índice para Portugal confirma que as instituições democráticas continuam a ser valorizadas, mas a eficácia da justiça, a transparência na contratação pública e a (falta de) regulação do *lobbying* permanecem como vulnerabilidades.

Este resultado é também relevante para um país que procura reforçar a sua atratividade internacional, pois investidores e organismos multilaterais recorrem frequentemente ao CPI para

avaliar riscos e tomar decisões. Uma pontuação abaixo da média da União Europeia (UE) coloca Portugal em desvantagem competitiva face a outras economias alternativas.

A queda registada na pontuação coloca Portugal entre as democracias cuja eficácia dos mecanismos de controlo da corrupção pode ser questionada, algo frequentemente associado a escândalos políticos e à morosidade judicial, que o relatório aponta como fatores críticos para uma diminuição da perceção de corrupção no nosso país.

Algumas das prioridades apontadas incluem maior rigor nos mecanismos de fiscalização, criação de registos de *lobbying*, reforço da proteção a denunciante e maior transparência nas interações entre setor público e interesses privados.

O relatório destaca ainda, nesta sua edição, a interligação entre corrupção e crise climática, nomeadamente a influência sobre políticas públicas, riscos de desvio de fundos climáticos e de fragilidade na proteção ambiental¹⁰.

Benchmarking

Comparado com os líderes globais deste índice – Dinamarca (90 pontos), Finlândia (88) e Singapura (84) –, Portugal apresenta uma distância estrutural significativa. Os países mais bem posicionados demonstram que instituições sólidas, sistemas judiciais eficazes e mecanismos de fiscalização independentes são determinantes para alcançar níveis elevados de confiança pública.

Portugal, embora vivendo num contexto democrático e com alguma estabilidade política, continua a enfrentar desafios como a lentidão judicial, falhas na aplicação da lei e perceções de captura por interesses económicos.

Comparando com outras nações da Europa do Sul, Espanha (56 pontos) mantém-se próxima, mas ligeiramente abaixo de Portugal, enquanto Itália (54 pontos) e Grécia (49 pontos) permanecem um pouco mais afastados. Esta posição intermédia, dentro do contexto geográfico referido, coloca Portugal numa situação de charneira, entre duas realidades geográficas dentro da Europa com resultados bastante diferenciados.

A análise realizada sugere que o problema português não reside na ausência de estruturas democráticas ou de mecanismos formais, mas na falta da sua plena eficácia prática. Enquanto Dinamarca ou Finlândia conseguem traduzir políticas anticorrupção em resultados tangíveis, Portugal enfrenta ainda dificuldades em transformar normas em práticas consistentes. Este desfasamento explica em parte porque é que, apesar de avanços legislativos, a perceção de corrupção permanece alta.

¹⁰ Como o relatório destaca na sua edição de 2024 (Figura 2, página 14), embora a proteção ambiental seja um fenómeno multifacetado com muitos fatores contribuintes, os países com melhor controlo da corrupção tendem a ter um desempenho melhor na preservação ambiental.

Pontos Fortes de Portugal:

- Instituições democráticas estáveis, com eleições livres e um sistema democrático consolidado, sustentando níveis de confiança que mantêm Portugal acima dos 50 pontos no CPI;
- Quadro legal anticorrupção mais abrangente, fruto de nos últimos anos terem sido criados mecanismos legais relevantes, como regras de prevenção de conflitos de interesse e canais formais de denúncia, que aproximam Portugal das boas práticas europeias;
- Integração europeia e compromissos internacionais de combate à corrupção que impõem padrões e escrutínio que funcionam como barreiras contra potenciais retrocessos institucionais.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Reforço das regras de transparência e conflitos de interesse, como a implementação do registo de *lobbying*, declarações públicas e auditáveis de interesses e de agendas de decisores;
- Execução e sanção com reforço dos recursos e autonomia funcional das entidades de investigação e inspeção, com aceleração dos processos por forma a garantir a recuperação de ativos;
- Proteção de denunciante, através de canais seguros, proteção contra retaliação e acesso à justiça;
- Contratação e compras públicas mais transparentes, com maior expansão da informação disponível, incluindo dados abertos dos contratos, beneficiários e desempenho;

Cohesion Report

O “*Ninth report on economic, social and territorial cohesion*” (CR), publicado pela Comissão Europeia, analisa as disparidades e a convergência económica, social e territorial na UE, avaliando em que medida a Política de Coesão tem promovido o crescimento, emprego e competitividade e onde persistem bloqueios.

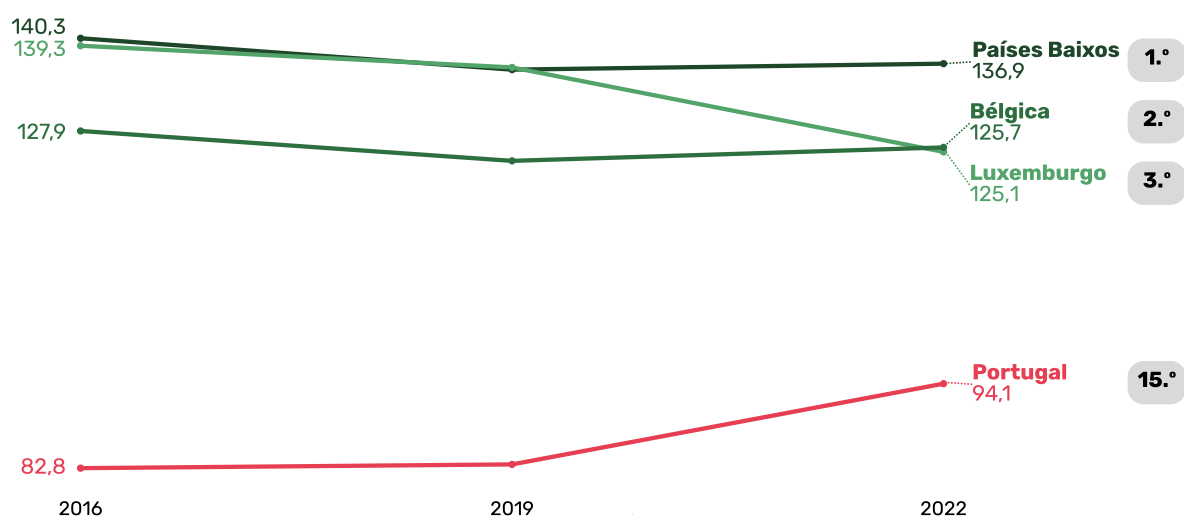
O relatório analisa os 27 Estados-Membros da União Europeia e na sua 9.ª edição usa indicadores harmonizados com dados disponíveis até final de 2023, como o PIB *per capita* em PPC¹¹, produtividade, emprego, pobreza e acessibilidade territorial (sendo o ano disponível no relatório referente a 2022).

As principais fontes de dados incluem o Eurostat (contas nacionais e regionais), a base JRC ARDECO (séries regionais), AMECO, DG REGIO, Agência Europeia do Ambiente, *Cambridge Econometrics* e OCDE. A análise realizada toma como referência a EU-27, com índice 100, por forma a facilitar a leitura dos resultados face à média europeia.

No que diz respeito à coesão territorial, o relatório apresenta Portugal como um caso singular. Enquanto em muitos países da Europa de Leste as disparidades internas aumentaram após a adesão à UE27, devido ao acentuar do hiato entre as capitais e as restantes regiões, em Portugal verificou-se uma redução das disparidades regionais. Contudo, o relatório salienta que esta evolução não resultou apenas de um crescimento mais acelerado das regiões menos desenvolvidas, mas também de um desempenho relativamente modesto das regiões mais desenvolvidas, em particular da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que revelou dificuldades em manter o dinamismo face a outros polos urbanos europeus.

A coesão territorial em Portugal é analisada tendo em conta a diversidade do território, que abrange desde centros urbanos densamente povoados até às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (RAA e RAM). O país continua a enfrentar o desafio da polarização territorial, em que a competitividade das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto contrasta com a vulnerabilidade demográfica e económica das regiões do interior. O relatório identifica ainda que Portugal, à semelhança de outros países do Sul da Europa, foi fortemente afetado pela crise financeira de 2008, mas evidenciou uma recuperação mais resiliente no período pós-pandemia de COVID-19, apoiada pela rápida mobilização da Política de Coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

¹¹ Produto Interno Bruto per capita em Paridades de Poder de Compra. Permite comparar níveis de rendimento e de bem-estar material entre países sem a distorção dos preços locais.

Figura 15 – Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) (2016 e 2022)¹²

Fonte: EU regional and urban development – Dados disponíveis em: [RCI 2.0 Regional competitiveness index](#)

O Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) é uma ferramenta multidimensional que mede a capacidade de uma região oferecer um ambiente atrativo e sustentável para empresas e residentes, baseando-se em 68 indicadores. O RCI 2.0 é relevante, porque permite comparar regiões com níveis de desenvolvimento semelhantes e identificar as causas estruturais da competitividade. A tabela seguinte apresenta o desempenho das regiões ao nível das NUTS II ¹³ de Portugal no RCI 2.0:

Tabela 9 – Regiões de Portugal no Índice de Competitividade Regional 2.0 (2016 e 2022)

Região	2016	2022	Rank
Alentejo	73.3	79.1	179
Algarve	77.5	81.9	174
Área Metropolitana de Lisboa	101.7	110.0	68
Centro	78.1	89.0	148
Norte	75.8	92.1	135
Região Autónoma da Madeira	71.9	77.9	182
Região Autónoma dos Açores	65.5	66.2	206

Entre 2016 e 2022, todas as regiões portuguesas registaram uma evolução positiva no RCI 2.0, com destaque para a AML, que consolidou a sua liderança ao atingir os 110 pontos, sendo a única região

¹² O resultado nacional de Portugal no RCI 2.0, disponibilizado pela UE27 em conjunto com os dados subnacionais (NUTS II) é obtido pela média ponderada pela população de cada região NUTS II.

¹³ NUTS 2013

nacional acima da média europeia (ocupando a 68.ª posição), distanciando-se significativamente das restantes regiões portuguesas.

Por outro lado, os dados revelam disparidades regionais acentuadas. Enquanto o Norte apresentou o crescimento mais expressivo (+16,3 pontos), a RAA registou uma progressão residual, mantendo-se no 206.º lugar do *ranking*. Este cenário evidencia um país a diferentes velocidades, onde o forte dinamismo do eixo Norte-Centro contrasta com as dificuldades estruturais de convergência das regiões ultraperiféricas e do interior.

Para integrar a análise das regiões na pontuação nacional de Portugal, utilizou-se o desvio-padrão como estatística descritiva. A pontuação de Portugal (82,80 e 94,10) reflete a média ponderada do país. O desvio-padrão será utilizado para medir a dispersão das regiões em torno da realidade global do país. Para isso, na fórmula tradicional, a média (μ) é substituída diretamente pelo valor nacional, resultando na seguinte fórmula:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (x_i - \text{Pontuação Nacional})^2}{N}}$$

Onde:

- x_i = Pontuação de cada uma das 7 regiões.
- Pontuação Nacional = 82,80 (para 2016) ou 94,10 (para 2022).
- N = Número de regiões (7).

Assim, para o ano de 2016, tem-se:

Região	Pontuação	Diferença	Quadrado da Diferença
Alentejo	73,3	-9,5	90,25
Algarve	77,5	-5,3	28,09
Área Metropolitana de Lisboa	101,7	+18,9	357,21
Centro	78,1	-4,7	22,09
Norte	75,8	-7,0	49,00
Região Autónoma da Madeira	71,9	-10,9	118,81
Região Autónoma dos Açores	65,5	-17,3	299,29

Como resultado: Desvio-Padrão (σ_{2016}) = $\sqrt{137,82} \approx 11,74$.

Já para o ano de 2022:

Região	Pontuação	Diferença	Quadrado da Diferença
Alentejo	79,1	-15,0	225,00
Algarve	81,9	-12,2	148,84
Área Metropolitana de Lisboa	110,0	+15,9	252,81
Centro	89,0	-5,1	26,01
Norte	92,1	-2,0	4,00
Região Autónoma da Madeira	77,9	-16,2	262,44
Região Autónoma dos Açores	66,2	-27,9	778,41

Como resultado: Desvio-Padrão (σ_{2022}) = $\sqrt{242,50} \approx 15,57$

O aumento do desvio-padrão de 11,74 para 15,57 indica que as assimetrias regionais em Portugal aumentaram no que diz respeito à competitividade regional entre 2016 e 2022. Embora quase todas as regiões tenham subido a sua pontuação absoluta, o distanciamento (dispersão) face à média nacional acentuou-se, impulsionado principalmente pelo facto de algumas regiões (como a AML e o Norte) terem registado um crescimento acentuado, enquanto outras, como a RAA, estagnaram, ficando consideravelmente mais distantes do desempenho global do país.

Análise Integrada

Para além da competitividade medida pelo RCI, a análise integrada do 9.º Relatório identifica várias áreas em que Portugal deve reforçar o investimento para evitar o agravamento das assimetrias territoriais e melhorar a coesão global.

Um dos principais riscos para a coesão em Portugal é a transição demográfica. O país enfrenta um declínio da população em idade ativa, num contexto em que se projeta uma redução do mercado de trabalho da UE em 15 milhões de pessoas até 2040. Em Portugal, as regiões do Centro e do Alentejo, bem como algumas zonas do Norte, podem ficar expostas à “armadilha do desenvolvimento de talento”, que ocorre quando uma região combina uma população jovem em declínio com estagnação do número de pessoas com ensino superior, limitando a capacidade de atrair atividades de maior valor acrescentado.

Para mitigar este risco, o relatório sugere que Portugal deve investir não apenas na formação, mas também na retenção de diplomados. A diferença educativa entre cidades e zonas rurais permanece relevante: nas cidades portuguesas, a taxa de ensino superior entre os 25 e os 64 anos é mais elevada, enquanto nas áreas pouco povoadas os valores são inferiores à média europeia, condicionando o potencial de inovação desses territórios.

Embora Portugal tenha feito progressos na conectividade de banda larga, o relatório sublinha que a adoção de tecnologias digitais avançadas pelas empresas, como inteligência artificial, computação em nuvem e análise de dados, continua desigual. O *Regional Innovation Scoreboard 2023* classifica a maioria das regiões portuguesas como “Inovadores Moderados”, sendo a AML a única classificada como “Inovador Forte”.

O investimento de coesão deve, por isso, reforçar a transferência de conhecimento entre universidades e PME, em particular em regiões como o Norte e o Centro. O relatório assinala que regiões com bases industriais relevantes precisam de se modernizar para se integrarem em cadeias de valor mais complexas e reduzir a dependência de setores de menor produtividade, mais expostos à concorrência externa.

A coesão territorial em Portugal está também associada à adaptação climática. O relatório identifica as regiões costeiras e mediterrânicas como particularmente vulneráveis a fenómenos extremos, como secas prolongadas, incêndios florestais e subida do nível do mar. Estes riscos podem ter impactos económicos relevantes, incluindo custos económicos adicionais anuais superiores a 1% do PIB em regiões como o Algarve e o Alentejo, num cenário de aquecimento global de +2 °C, em 2050.

Neste contexto, a gestão da água surge como uma prioridade de investimento para a coesão. A escassez hídrica afeta a agricultura, o turismo e a qualidade de vida das populações, podendo gerar novas desigualdades territoriais. Paralelamente, Portugal dispõe de potencial em energias renováveis, nomeadamente solar e eólica, que pode apoiar uma nova dinâmica industrial no interior, desde que acompanhada por infraestruturas de armazenamento e redes inteligentes.

Por fim, em Portugal, a percentagem de investimento público gerida a nível subnacional é inferior à de países como a Dinamarca ou Espanha. Esta centralização pode limitar a implementação de estratégias territoriais diferenciadas (*place-based*), uma vez que as autoridades locais dispõem de menor autonomia financeira para responder a necessidades específicas ou ajustar os investimentos ao contexto regional.

Benchmarking

As regiões neerlandesas de Utrecht e Zuid-Holland lideram o *ranking* da UE. O modelo dos Países Baixos assenta num sistema urbano policêntrico, suportado por uma forte conectividade entre cidades, permitindo o funcionamento integrado do território. Este modelo evidencia a importância do investimento em redes de transporte e mobilidade regional, aspeto que poderá contribuir para reforçar a articulação entre os principais centros urbanos portugueses e promover uma ocupação mais equilibrada do território.

A região de Hovedstaden (Copenhaga) constitui uma referência europeia em inovação e qualidade de vida. A Dinamarca combina um mercado de trabalho dinâmico com um sistema de proteção social robusto, favorecendo simultaneamente a mobilidade laboral e a requalificação contínua dos

trabalhadores. O relatório evidencia a importância de investir em mecanismos de atualização de competências, particularmente em regiões sujeitas à transformação ou ao declínio de atividades económicas tradicionais.

Estocolmo e as regiões do Norte da Suécia destacam-se pelo elevado investimento em investigação e desenvolvimento (mais de 3% do PIB) e pela adoção de tecnologias limpas. O relatório evidencia que a articulação entre investigação, inovação e tecido empresarial tem permitido conciliar crescimento económico com a redução das emissões de CO₂. Neste contexto, o reforço de ecossistemas regionais de inovação, através da ligação entre instituições de ensino superior, centros de investigação e empresas, constitui uma referência relevante para o desenvolvimento regional.

O relatório identifica ainda que, após a recessão de 2009, várias regiões do Sul da Europa registaram um crescimento mais lento da produtividade e do PIB *per capita*, atrasando o processo de convergência. Apesar da recuperação observada nos últimos anos, Portugal continua a apresentar uma estrutura de competitividade regional concentrada nas áreas urbanas. O relatório associa esta situação a fatores como a menor qualidade institucional, níveis mais reduzidos de qualificações e aprendizagem ao longo da vida e um menor impacto dos investimentos públicos em algumas regiões, contribuindo para a persistência de assimetrias territoriais.

Pontos Fortes de Portugal:

- Na qualificação, Portugal registou progressos na redução do abandono escolar precoce e no aumento das taxas de ensino superior entre as gerações mais jovens, reforçando o capital humano necessário para sustentar a transição para uma economia assente no conhecimento;
- No setor da transição energética, a maturidade do setor das energias renováveis constitui uma vantagem competitiva para Portugal, criando condições para atrair investimento direto estrangeiro para territórios com elevado potencial de produção de energia solar e eólica e contribuindo, simultaneamente, para um maior equilíbrio territorial;
- No âmbito da integração social e igualdade, o país apresenta níveis de participação feminina no mercado de trabalho superiores à média da União Europeia e dispõe de um sistema de proteção social que, apesar das pressões a que tem estado sujeito, tem contribuído para mitigar os impactos das sucessivas crises económicas;
- Quanto ao potencial das regiões autónomas, os Açores e a Madeira apresentam um potencial estratégico relevante em domínios como a economia azul, a ciência do espaço e o turismo sustentável, constituindo territórios particularmente favoráveis ao desenvolvimento e à experimentação de soluções inovadoras nestas áreas.

Áreas de Melhoria de Portugal:

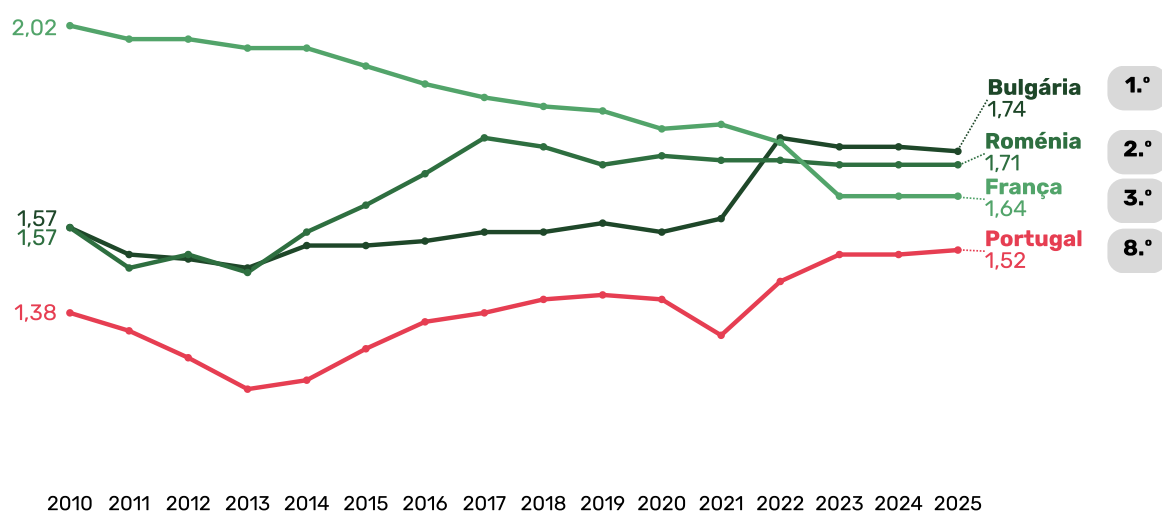
- Persistência de assimetrias territoriais significativas entre a AML e grande parte do restante território;
- Reforçar o investimento com massa crítica nas regiões menos desenvolvidas, potenciando maiores impactos no crescimento económico e na redução das disparidades regionais;
- Reduzir os obstáculos ao ambiente de negócios identificados pelas empresas, nomeadamente no funcionamento da administração fiscal, com particular incidência na região Centro;
- Ultrapassar o histórico de menor crescimento do PIB *per capita* nas regiões do Sul após 2009, reforçando a produtividade e acelerando o processo de convergência regional.

State of World Population

O relatório *State of World Population 2025 (SWP)*, publicado pelo *United Nations Population Fund (UNFPA)* e intitulado “A Verdadeira Crise de Fecundidade: A busca pela autonomia reprodutiva num mundo em mudança”, conclui que a atual crise da fertilidade resulta sobretudo da incapacidade de muitas pessoas concretizarem as suas preferências reprodutivas, devido a fatores económicos, sociais e institucionais, e não apenas da diminuição das taxas de natalidade.

Baseia-se na análise de indicadores demográficos, sociais e económicos provenientes de fontes das Nações Unidas e de outras bases de dados internacionais. A informação estatística abrange 193 Estados-Membros das Nações Unidas. A metodologia combina estes indicadores com um inquérito internacional realizado em 14 países, representativos de diferentes contextos geográficos e níveis de rendimento, que analisou as intenções reprodutivas, os obstáculos à concretização do número desejado de filhos e os fatores que condicionam a autonomia reprodutiva.

Para Portugal, o relatório assume particular relevância devido ao envelhecimento demográfico, à baixa fecundidade e ao declínio da população em idade ativa. O documento evidencia que fatores como o custo da habitação, a insegurança económica, a dificuldade de conciliação entre vida profissional e familiar e a desigual distribuição das responsabilidades de cuidado podem limitar a concretização dos projetos familiares. Neste contexto, o relatório defende que as respostas às dinâmicas demográficas devem privilegiar políticas que reforcem a autonomia reprodutiva, promovam a igualdade de género e criem condições económicas e sociais que permitam às pessoas tomar decisões livres e informadas sobre a constituição da família.

Figura 16 – Índice Sintético de Fecundidade (2010-2025)¹⁴¹⁵¹⁶

Fonte: UN Population Division – Dados disponíveis em: [ISF - UN Data Portal](https://data.un.org/DataPortal/)

A análise do Índice Sintético de Fecundidade a nível mundial evidencia a tendência global de queda da fecundidade, com a taxa de fecundidade global a cair cerca de 32,4%, passando de 3,31 em 1990 para 2,24 em 2025, aproximando-se do nível mínimo de reposição demográfica (2,1).

Na União Europeia, nenhum dos Estados-Membros apresenta taxa de fecundidade acima do nível de reposição, o que implica, ao longo do tempo, uma diminuição do saldo natural de população. No entanto, países como Bulgária, Roménia e França conseguem fazer com que estes efeitos na balança demográfica sejam suavizados.

A taxa de fecundidade em Portugal atingiu o seu ponto mais baixo da série em 2013, com 1,21. Esta queda coincide com um período de austeridade, que geralmente resulta num adiamento das decisões reprodutivas. Após 2013, em Portugal observa-se uma recuperação na taxa de fecundidade, elevando-se consistentemente até cerca de 1,52 em 2025.

Análise Integrada

¹⁴ Este indicador retrata o *Total fertility rate, per woman* apresentado no SWP 2025. Contudo, para a construção da série histórica, foi utilizada a base de dados da UN data Portal, que é a mesma que alimenta o relatório.

¹⁵ Tal como indicado pelo SWP 2025, o nível de fecundidade de um país resulta da interação de múltiplos fatores individuais, sociais, económicos e institucionais. Por esse motivo, o Índice Sintético de Fecundidade não deve ser interpretado como um *ranking* normativo, em que um valor mais elevado corresponde necessariamente a um melhor desempenho, mas à luz das condições que permitem às pessoas concretizar as suas intenções reprodutivas e ter o número de filhos que desejam. Para efeitos da presente análise comparativa, foi considerado o universo dos países da UE27.

¹⁶ Os dados do *Population Data Portal* da ONU baseiam-se nas revisões do relatório *World Population Prospects*. Esta última fonte da ONU emprega uma metodologia global harmonizada que ajusta a população de referência de forma retroativa para consistência internacional e adota modelos estatísticos probabilísticos de projeção (variante mediana) para os períodos mais recentes e futuros.

O relatório *SWP* sublinha que a atual crise de fertilidade não reside nos níveis de fecundidade em si mesmos, mas nas limitações à agência reprodutiva, ou seja, na incapacidade de muitas pessoas concretizarem livremente as suas intenções reprodutivas, seja ter mais ou menos filhos, não ter filhos ou tê-los no momento desejado. Neste sentido, as políticas públicas devem partir das necessidades reais da população, atuando sobre as barreiras que dificultam tanto a prevenção de gravidezes não intencionais como a constituição de família.

Entre os principais obstáculos identificados encontram-se a instabilidade económica e o custo de vida. Em Portugal, a habitação, pelo custo e pela disponibilidade de espaço, constitui uma barreira relevante, em particular para os jovens adultos que procuram autonomizar-se e constituir família.

A distribuição desigual do trabalho doméstico e da prestação de cuidados não remunerados continua também a influenciar as decisões reprodutivas, levando muitas mulheres a adiar ou limitar a maternidade. Neste domínio, o relatório aponta para a importância de medidas que reforcem o acesso a cuidados de infância de qualidade e a preços acessíveis, bem como de instrumentos que incentivem uma partilha mais equilibrada das responsabilidades familiares, incluindo licenças parentais mais equilibradas.

Para Portugal, as áreas de atuação mais relevantes passam, assim, por políticas que reforcem a segurança económica e a estabilidade dos jovens adultos, reduzam a precariedade laboral e os constrangimentos no acesso à habitação, promovam a conciliação entre vida profissional e familiar e avancem na igualdade de género na repartição do trabalho doméstico e de cuidados. Esta abordagem permitiria responder ao desafio da baixa fecundidade, reforçando simultaneamente o bem-estar e a autonomia reprodutiva da população.

Benchmarking

As políticas de apoio à família constituem um dos principais instrumentos para responder aos desafios demográficos e promover a igualdade de género. Os países nórdicos, em particular a Suécia, constituem uma referência internacional por combinarem licenças parentais alargadas, maior flexibilidade na sua utilização e incentivos à partilha das responsabilidades parentais.

O sistema sueco prevê até 480 dias de licença parental remunerada por criança, permitindo uma presença prolongada dos pais nos primeiros anos de vida. Em Portugal, apesar dos progressos registados, o período inicial de licença parental mantém uma duração máxima de 180 dias, quando partilhada. A possibilidade de maior flexibilidade na utilização da licença, bem como o envolvimento da família alargada em algumas situações, constitui uma das diferenças identificadas entre os dois modelos.

A Noruega e a Islândia reforçam igualmente a participação dos pais através da atribuição de períodos de licença intransmissíveis a cada progenitor, promovendo uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades familiares. Portugal dispõe já de licença obrigatória para o pai, embora exista margem para reforçar esta componente.

Outra característica comum aos países nórdicos é a ampla cobertura de serviços de educação e cuidados na primeira infância, com custos reduzidos para as famílias, favorecendo o regresso ao mercado de trabalho e a conciliação entre a vida profissional e familiar. Em Portugal, a gratuidade das creches representa um avanço neste domínio, permanecendo como desafio assegurar uma oferta suficiente e um acesso efetivo em todo o território.

O apoio à saúde sexual e reprodutiva constitui igualmente uma componente relevante destes modelos. Em vários países nórdicos, o financiamento público da procriação medicamente assistida apresenta uma cobertura alargada, abrangendo diferentes modelos familiares e, em alguns casos, mais do que um ciclo reprodutivo.

O modelo francês constitui igualmente uma referência no contexto europeu. Durante vários anos, França registou uma das mais elevadas taxas de fecundidade da União Europeia, apoiada por um conjunto de políticas de apoio às famílias, designadamente o acesso universal e gratuito à educação pré-escolar a partir dos três anos e um sistema fiscal que ajusta a tributação ao número de dependentes através do quociente familiar. Estas medidas reduzem o custo económico associado à constituição de família e reforçam a capacidade das pessoas para concretizarem as suas intenções reprodutivas.

No seu conjunto, estes exemplos evidenciam que políticas públicas consistentes de apoio à família, à conciliação entre vida profissional e familiar, à igualdade de género e à redução dos custos associados à parentalidade podem contribuir para criar condições mais favoráveis à concretização dos projetos familiares, em linha com as conclusões do SWP 2025.

Pontos Fortes de Portugal:

- Taxa de mortalidade materna reduzida, comparativamente com os demais países das Nações Unidas, refletindo a qualidade dos cuidados maternos e obstétricos;
- A esperança de vida à nascença situa-se acima da média mundial, evidenciando resultados favoráveis em matéria de saúde e condições de vida;
- A baixa taxa de natalidade na adolescência traduz um desempenho positivo na prevenção da gravidez precoce e no acesso à saúde sexual e reprodutiva.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- O envelhecimento demográfico continua a constituir um dos principais desafios estruturais do país (percentagem mais elevada no conjunto dos países mais desenvolvidos), exigindo respostas sustentadas ao nível dos cuidados de saúde, dos sistemas de proteção social e da sustentabilidade das finanças públicas;

- A persistência de baixos níveis de fecundidade evidencia a necessidade de reforçar políticas que permitam às pessoas concretizar as suas intenções reprodutivas, contribuindo para uma evolução mais sustentável da estrutura demográfica.



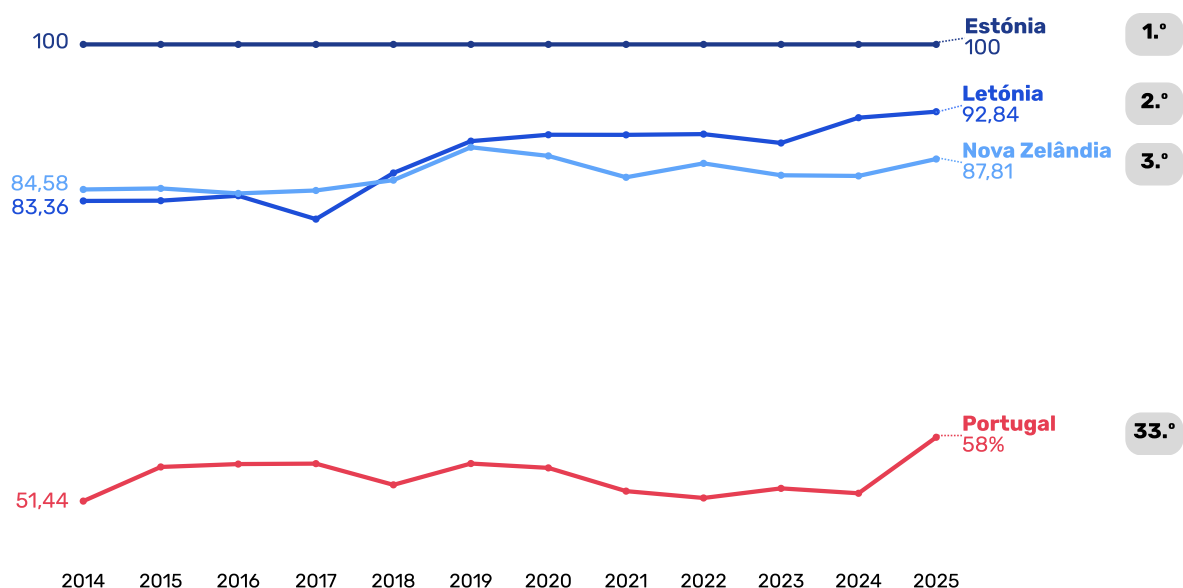
Competitividade

International Tax Competitiveness Index

O *International Tax Competitiveness Index (ITCI)*, elaborado anualmente pela *Tax Foundation*, analisa e classifica os sistemas fiscais dos 38 países da OCDE com base em dois princípios fundamentais: competitividade e neutralidade. O índice agregado assenta em mais de 40 variáveis, distribuídas por cinco pilares: impostos sobre as empresas, impostos sobre as pessoas singulares, impostos sobre o consumo, impostos sobre a propriedade e regras fiscais internacionais.

A competitividade refere-se à manutenção de taxas marginais reduzidas, sobretudo sobre o rendimento das empresas e do trabalho. A neutralidade avalia a capacidade do sistema fiscal para arrecadar receita com o mínimo de distorções económicas, evitando incentivos fiscais complexos ou regimes diferenciados que criem assimetrias entre setores ou atividades.

Para Portugal, a relevância do *ITCI* é particularmente evidente, uma vez que a classificação alcançada continua a refletir um sistema fiscal pouco competitivo no contexto da OCDE. Em 2025, Portugal melhorou a sua posição, mas permanece no grupo de países com pior desempenho relativo, evidenciando fragilidades estruturais associadas à tributação das empresas, à complexidade do sistema e às regras fiscais internacionais.

Figura 17 – International Tax Competitiveness Index (2014-2025)

Fonte: Tax Foundation – Dados disponíveis em: [International tax competitiveness index](https://www.taxfoundation.org/international-tax-competitiveness-index/)

No *ranking* de 2025, Portugal ocupa o 33.º lugar entre os 38 países da OCDE, com uma pontuação de 58,2 subindo duas posições face a 2024. Esta melhoria decorre, segundo o relatório, da redução da taxa sobre mais-valias de longo prazo de 28% para 19,6%, da redução da taxa máxima combinada de imposto sobre o rendimento das empresas de 31,5% para 30,5% e do reforço da dedução para capital próprio. Ainda assim, Portugal mantém uma posição desfavorável no conjunto da OCDE, sobretudo devido ao fraco desempenho no pilar da tributação das empresas, onde ocupa o 36.º lugar, e nas regras fiscais internacionais, onde ocupa o 32.º lugar

Análise Integrada

A situação de Portugal nas cinco categorias que compõem esta análise pode ser resumida da seguinte forma:

Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Corporate Taxes)

Portugal apresenta um dos sistemas de tributação empresarial menos competitivos da OCDE, ocupando o 36.º lugar neste pilar. Apesar da redução da taxa máxima combinada de imposto sobre o rendimento das empresas, esta permanece elevada, situando-se em 30,5%, acima da média da OCDE de 24,2%.

O sistema caracteriza-se ainda por elevada complexidade, refletida na existência de múltiplos escalões de tributação das empresas e de incentivos fiscais diferenciados. Apesar de Portugal apresentar uma posição relativamente favorável na recuperação de custos de investimento, essa vantagem é limitada pelo peso da taxa estatutária e pela complexidade do sistema.

Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (*Individual Taxes*)

No pilar dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, Portugal ocupa o 21.º lugar. A tributação do rendimento do trabalho permanece elevada, em particular nos escalões superiores, condicionando a competitividade do sistema na atração e retenção de talento.

Ainda assim, a descida da taxa aplicável às mais-valias de longo prazo contribuiu para melhorar parcialmente o desempenho de Portugal nesta dimensão, reduzindo o nível de tributação sobre determinadas formas de rendimento de capital.

Impostos sobre o Consumo (*Consumption Taxes*)

Portugal ocupa o 21.º lugar no pilar dos impostos sobre o consumo. A taxa normal de IVA mantém-se em 23%, relativamente elevada no contexto da OCDE. A base tributável, embora não seja das mais estreitas, continua a limitar a neutralidade do sistema.

Esta categoria apresenta um desempenho intermédio face aos restantes pilares, mas a combinação entre uma taxa elevada e uma base não totalmente abrangente continua a reduzir a eficiência e a neutralidade do imposto.

Impostos sobre a Propriedade (*Property Taxes*)

No sistema de tributação sobre a propriedade, Portugal ocupa o 20.º lugar, apresentando características semelhantes às observadas noutros países da OCDE.

O regime permite a dedução dos impostos sobre a propriedade, como o IMI, à matéria coletável das empresas, reduzindo o custo do investimento em ativos fixos.

Além disso, Portugal não aplica impostos sobre heranças, doações ou património líquido, o que reduz alguns potenciais desincentivos à poupança e ao investimento de longo prazo. Esta continua a ser uma das áreas em que Portugal apresenta menor desvantagem comparativa.

Regras Fiscais Internacionais – Impostos Aduaneiros (*Cross-Border Tax Rules*)

Portugal ocupa o 32.º lugar no pilar das regras fiscais internacionais, uma das suas dimensões mais frágeis. O país adota um sistema territorial de tributação que isenta, em determinados casos, dividendos e mais-valias obtidos no estrangeiro, constituindo um elemento favorável para empresas com atividade internacional.

Contudo, este regime é limitado por regras e condições de elegibilidade que reduzem a sua simplicidade e neutralidade. Acresce que a rede portuguesa de convenções para evitar a dupla tributação permanece abaixo da média da OCDE, o que pode limitar a competitividade de empresas com presença em mercados sem acordo fiscal com Portugal.

Benchmarking

A comparação internacional evidencia que Portugal se encontra distante dos sistemas fiscais mais competitivos da OCDE.

A Estónia mantém, pelo 12.º ano consecutivo, o 1.º lugar do *ITCI*. O seu desempenho assenta num modelo fiscal simples e neutral, com tributação dos lucros empresariais apenas quando são distribuídos, uma taxa única sobre o rendimento das pessoas singulares e um imposto sobre a propriedade que incide apenas sobre o valor do terreno. Este modelo contrasta com o sistema português, mais complexo e com maior carga sobre o rendimento das empresas.

A Letónia, 2.ª classificada, adotou um modelo próximo do estónio na tributação empresarial, assente na tributação dos lucros distribuídos. Este regime favorece o reinvestimento e reduz distorções associadas à tributação tradicional dos lucros. Face a Portugal, a principal diferença reside na maior simplicidade e neutralidade da tributação empresarial.

A Nova Zelândia destaca-se pela simplicidade do seu sistema fiscal e pela menor utilização de impostos que geram distorções económicas. O país não tributa heranças, transferências de propriedade, ativos, mais-valias ou transações financeiras, e aplica um IVA com base muito ampla. Apesar de apresentar uma taxa de imposto sobre empresas relativamente elevada, o sistema compensa esse fator com elevada simplicidade e neutralidade.

Em síntese, os países líderes combinam sistemas fiscais mais simples, bases tributáveis mais amplas, menor dependência de incentivos específicos e menor penalização do investimento. Para Portugal, a comparação reforça a necessidade de reduzir a complexidade fiscal, melhorar a competitividade da tributação empresarial e rever os elementos que continuam a limitar a neutralidade do sistema.

Pontos Fortes de Portugal:

- Redução da taxa máxima combinada de imposto sobre o rendimento das empresas de 31,5% para 30,5%;
- Redução da taxa sobre mais-valias de longo prazo de 28% para 19,6%;
- Reforço da dedução para capital próprio, contribuindo para reduzir o enviesamento fiscal em favor do endividamento;
- Desempenho intermédio nos impostos sobre a propriedade, beneficiando da inexistência de impostos sobre heranças, doações ou património líquido.

Áreas de Melhoria de Portugal:

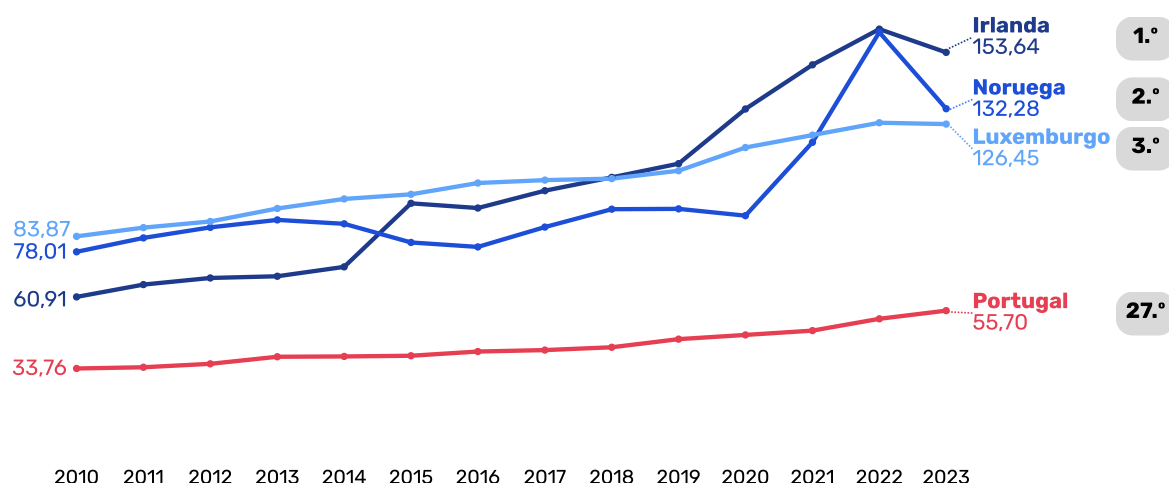
- A taxa máxima combinada de imposto sobre o rendimento das empresas permanece elevada, situando-se em 30,5%, acima da média da OCDE;
- A complexidade do sistema fiscal, marcada por múltiplos escalões, incentivos e regras diferenciadas, continua a aumentar a carga administrativa e os custos de cumprimento;
- A tributação do rendimento das pessoas singulares permanece elevada nos escalões superiores, condicionando a competitividade na atração e retenção de talento;
- As regras fiscais internacionais continuam a apresentar limitações, refletidas no 32.º lugar neste pilar;
- A base do IVA continua a não ser plenamente abrangente, reduzindo a neutralidade do sistema de tributação do consumo.

OECD Compendium of Productivity Indicators – GDP per Hour Worked

O relatório *OECD Compendium of Productivity Indicators (OECD CPI)*, publicado pela OCDE, analisa 38 países-membros da OCDE e três outros países (Bulgária, Croácia e Roménia). Reúne estatísticas comparáveis sobre produtividade do trabalho (PIB por hora trabalhada), produtividade multifatorial (MFP), investimento e componentes de capital e trabalho, com base em dados de 2023.

As fontes utilizadas são, de um modo geral, a Base de Dados da Produtividade da OCDE, Contas Nacionais dos países, Estatísticas do Mercado de Trabalho e o *Dashboard* de Produtividade da OCDE, sendo que os indicadores e respetivas séries utilizam Paridade do Poder de Compra (PPC) e seguem metodologias harmonizadas entre sistemas estatísticos nacionais.

No caso de Portugal, e no que concerne ao PIB por hora trabalhada em PPC, medida de referência para a competitividade, rendimento e bem-estar, permitindo comparações diretas entre países com níveis de preços distintos, Portugal surge abaixo da média da OCDE e do grupo de referência da Europa Ocidental. O relatório associa este resultado a contributos fracos da produtividade multifatorial e do aprofundamento do capital, fatores que limitam o ritmo de convergência e permite perceber que a necessidade do reforço da produtividade depende de investimento em ativos intangíveis, difusão tecnológica e eficiência institucional.

Figura 18 – Produtividade – PIB por hora trabalhada em PPC (2010-2023) [USD]¹⁷

Fonte: OCDE – PIB por hora trabalhada; USD por hora convertido em PPC; Preços Correntes – Dados disponíveis em: [OECD Data Explorer](#)

No relatório de 2025, com referência a dados de 2023, Portugal registou um PIB por hora trabalhada em PPC de 55,70 USD, ocupando a 27.ª posição entre os 38 países da OCDE. Face a 2022, este valor representa um crescimento de cerca de 6%, superior ao ritmo médio da OCDE no mesmo período (cerca de 3%, de 68,45 USD para 70,60 USD). Embora este resultado evidencie alguma aproximação à média da OCDE, Portugal continua a apresentar um diferencial significativo face aos países com níveis de produtividade mais elevados.

Análise Integrada

A evolução da produtividade em Portugal deve ser analisada num contexto internacional marcado por um crescimento moderado. Em 2023, enquanto a produtividade do trabalho na zona euro diminuiu 0,9%, a média da OCDE registou um crescimento de 0,6%. O relatório conclui que as diferenças observadas entre países resultam sobretudo de fatores estruturais, como o ambiente de negócios, o investimento e a capacidade de inovação, mais do que de fatores conjunturais. A estagnação da produtividade multifatorial (MFP) na maioria das economias da OCDE indica que os ganhos de produtividade não decorreram, em geral, de melhorias na eficiência global dos fatores de produção.

Portugal evidencia alguns sinais de convergência, mas continua abaixo da média da OCDE em produtividade do trabalho, cerca de 55,70 USD de PIB por hora trabalhada em PPC para Portugal e 70,60 USD da média para a OCDE. Em 2023, o crescimento registado resultou sobretudo de ganhos

¹⁷ O indicador de produtividade apresentado neste relatório reflete o PIB por hora trabalhada, expresso em preços correntes e convertido através da Paridade de Poder de Compra (PPP) em Dólares Americanos (USD), extraído diretamente da base de dados da OCDE. A métrica da OCDE utiliza o Dólar Americano e indexa o poder de compra à economia dos EUA (onde o referencial base é igual a 1).

de eficiência dentro dos próprios setores de atividade, enquanto a realocação de recursos entre setores teve um contributo reduzido. O relatório refere ainda que o investimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC) e em produtos de propriedade intelectual diminuiu na maioria dos países da OCDE, limitando um dos principais motores de crescimento da produtividade.

Neste contexto, o relatório identifica como fatores prioritários para Portugal o reforço da difusão tecnológica, a melhoria da qualidade do investimento, o aumento da produtividade multifatorial e a redução de barreiras regulatórias, considerados determinantes para acelerar o processo de convergência com as economias mais produtivas da OCDE.

Benchmarking

Comparativamente aos países com maior produtividade do trabalho – Irlanda (153,64 USD/h), Noruega (132,28 USD/h) e Luxemburgo (126,45 USD/h) –, Portugal apresenta um valor significativamente inferior (55,70 USD/h). Estes países distinguem-se por uma forte especialização em atividades de elevado valor acrescentado, nomeadamente nos setores farmacêutico, tecnológico e financeiro. O relatório refere ainda que estes resultados são influenciados pela presença de empresas multinacionais e por fatores estruturais, incluindo regimes fiscais e condições favoráveis ao investimento.

A comparação com países da mesma região revela igualmente diferenças relevantes. Portugal permanece abaixo de Espanha (73,42 USD/h) e Itália (77,09 USD/h), uma diferença de cerca de 18 a 21 USD por hora face a Portugal, respetivamente, mas acima da Grécia (44,88 USD/h). Embora o crescimento registado em 2023 indique alguma convergência, Portugal continua a apresentar um diferencial significativo face às economias da Europa do Sul com maior intensidade de capital e maior peso de atividades de elevado valor acrescentado.

Pontos Fortes de Portugal:

- O crescimento da produtividade registado em 2023, superior à média da OCDE, evidencia uma evolução positiva e contribui para o processo de convergência com as economias mais desenvolvidas, desde que sustentado por ganhos estruturais de produtividade;
- O mercado de trabalho manteve-se resiliente em 2023, com níveis elevados de emprego, preservando a capacidade produtiva e o rendimento das famílias, apesar do efeito moderador que o aumento do emprego pode ter exercido sobre a produtividade média no curto prazo.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Reforçar o investimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC) e ativos intangíveis, nomeadamente em *software*, dados, propriedade intelectual e capital organizacional, em particular nas PME;
- Melhorar a produtividade multifatorial, através do reforço da concorrência, da simplificação regulatória, da eficiência da justiça económica e da difusão tecnológica;
- Promover o desenvolvimento de setores de maior intensidade tecnológica e exportadora, reforçando a modernização da indústria transformadora e dos serviços intensivos em conhecimento.

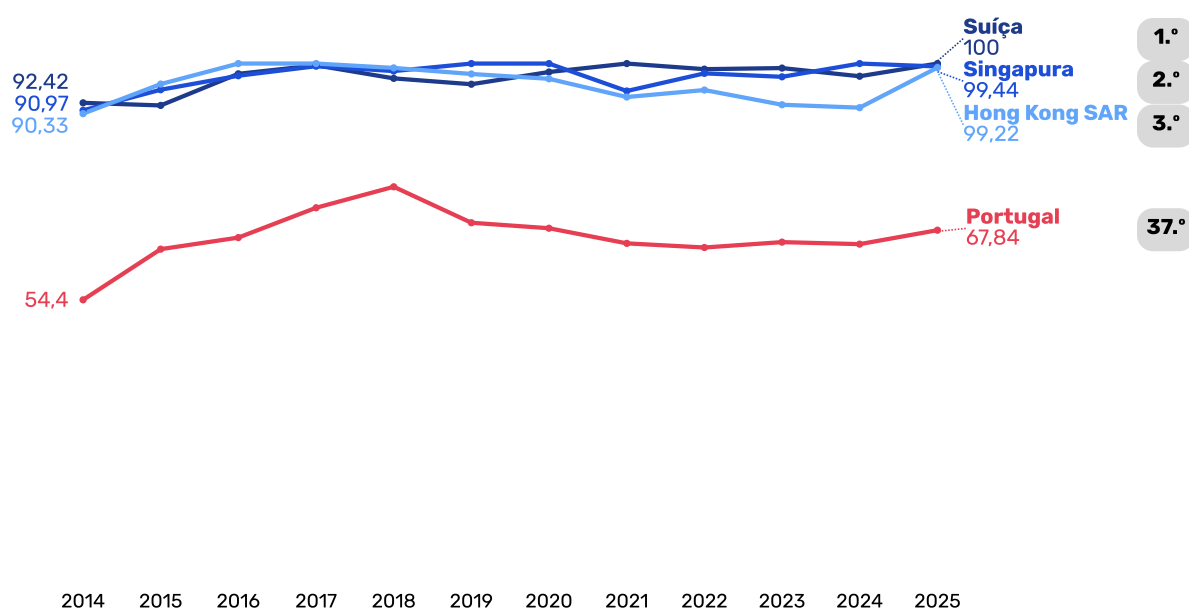
World Competitiveness Ranking

O *World Competitiveness Ranking (WCR)*, elaborado pelo *IMD World Competitiveness Center*, é um dos relatórios mais abrangentes para avaliar a competitividade das economias nacionais, sendo a 37.ª edição desta análise relativa a 2025.

O *WCR* avalia a competitividade enquanto conceito complexo, que engloba uma matriz de dimensões políticas, sociais e culturais, reconhecendo que tanto os governos quanto as empresas desempenham papéis igualmente cruciais neste domínio.

A metodologia empregue combina dados estatísticos de fontes oficiais com os resultados obtidos junto de executivos seniores em 69 economias globais. Tal permite construir uma análise multifacetada, considerando perspetivas globais, regionais e, principalmente, o impacto da competitividade sobre as pessoas e empresas.

Ao analisar centenas de critérios, agrupados em grandes fatores (como desempenho económico, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura), este *ranking* ajuda a identificar áreas em que Portugal se destaca e onde precisa de melhorar para se tornar mais atrativo para investimento e retenção de talentos.

Figura 19 – World Competitiveness Ranking (2014-2025)¹⁸

Fonte: IMD World Competitiveness Ranking – Dados disponíveis em: [World competitiveness rank](https://www.imd.ch/world-competitiveness-ranking/)

No *ranking* de 2025, Portugal ocupa a 37.^a posição, uma posição intermédia, entre os 69 países analisados. Apesar do recuo de uma posição (36.^a posição em 2024), o país mantém-se à frente de Espanha (39.^o) e Itália (43.^o). O desempenho nacional é sustentado por resultados positivos em infraestruturas e eficiência governamental, embora persistam fragilidades económicas e empresariais.

Análise Integrada

A análise detalhada dos indicadores evidencia uma evolução diferenciada entre os vários domínios da competitividade. No capítulo das infraestruturas, Portugal subiu para a 25.^a posição, sustentado por resultados favoráveis na educação (21.^o lugar) e nas infraestruturas científicas e básicas (16.^o lugar). Persistem, contudo, fragilidades em indicadores como o desperdício alimentar (61.^o lugar) e a taxa de dependência da população (56.^o lugar).

Na eficiência do governo, Portugal ascendeu seis posições, passando a ocupar o 35.^o lugar, refletindo melhorias na política fiscal, nas finanças públicas e no enquadramento institucional. Neste domínio, o país ocupa o 1.^o lugar nos indicadores relativos à confiança dos investidores estrangeiros e à existência de um governo democraticamente eleito. Mantêm-se, porém, desafios associados à carga fiscal efetiva (66.^o lugar) e à eficiência do sistema judicial (59.^o lugar).

¹⁸ Hong Kong é uma *Special Administrative Region (SAR)* da China

Em contrapartida, registou-se um recuo nas dimensões da eficiência empresarial e do desempenho económico, com Portugal a descer para a 42.ª posição. Apesar desta evolução, os investidores continuam a identificar como principais fatores de atratividade a qualidade da mão de obra, a fiabilidade das infraestruturas, os custos competitivos e as infraestruturas disponíveis, enquanto a política fiscal permanece como o fator menos atrativo.

Benchmarking

A comparação com a Suíça, líder global do *WCR*, permite identificar uma distância relevante entre Portugal e os países mais competitivos. A Suíça ocupa a primeira posição em Eficiência Governamental e Infraestruturas, sustentada por instituições sólidas, políticas públicas previsíveis e infraestruturas físicas e sociais de elevado desempenho. Portugal apresenta fragilidades associadas à perceção de burocracia, à eficiência dos serviços públicos e a algumas limitações em saúde e logística, embora mantenha resultados favoráveis em domínios como educação e infraestrutura básica.

Singapura, que ocupa o 2.º lugar, representa um modelo distinto, assente numa economia pequena, aberta e fortemente integrada nas cadeias globais de valor. O seu desempenho decorre de exportações dinâmicas, forte formação de capital e elevada eficiência empresarial. Portugal, embora também seja uma economia aberta e integrada em fluxos internacionais, apresenta uma estrutura de competitividade diferente, mais dependente do enquadramento europeu e de uma base empresarial que ainda enfrenta desafios de escala, financiamento e internacionalização.

Hong Kong, que ocupa o 3.º lugar, destaca-se enquanto plataforma global de investimento, finanças e serviços internacionais. A principal diferença face a Portugal reside no modelo económico: enquanto Hong Kong funciona como um centro de intermediação de capitais e serviços globais, Portugal procura reforçar a criação de valor interno através da inovação, digitalização e qualificação. Em ambos os casos, o setor privado identifica desafios relevantes: em Hong Kong, associados à qualidade das práticas de auditoria; em Portugal, relacionados sobretudo com burocracia e acesso ao financiamento.

Em conjunto, estes exemplos evidenciam que os países mais competitivos combinam estabilidade institucional, previsibilidade regulatória, abertura internacional, eficiência empresarial e capacidade de atrair investimento. Para Portugal, a comparação reforça a necessidade de melhorar o ambiente de negócios, reduzir obstáculos administrativos, reforçar o financiamento às empresas e transformar os progressos em educação, digitalização e infraestruturas em ganhos mais amplos de competitividade.

Pontos Fortes de Portugal:

- Portugal apresenta um posicionamento favorável em dois subfatores da dimensão Infraestruturas: educação e infraestrutura básica;

- A disponibilidade de mão de obra qualificada e o nível de educação são identificados como fatores de atratividade para investidores;
- A fiabilidade das infraestruturas e os custos competitivos continuam a ser elementos positivos no posicionamento do país.

Áreas de Melhoria de Portugal:

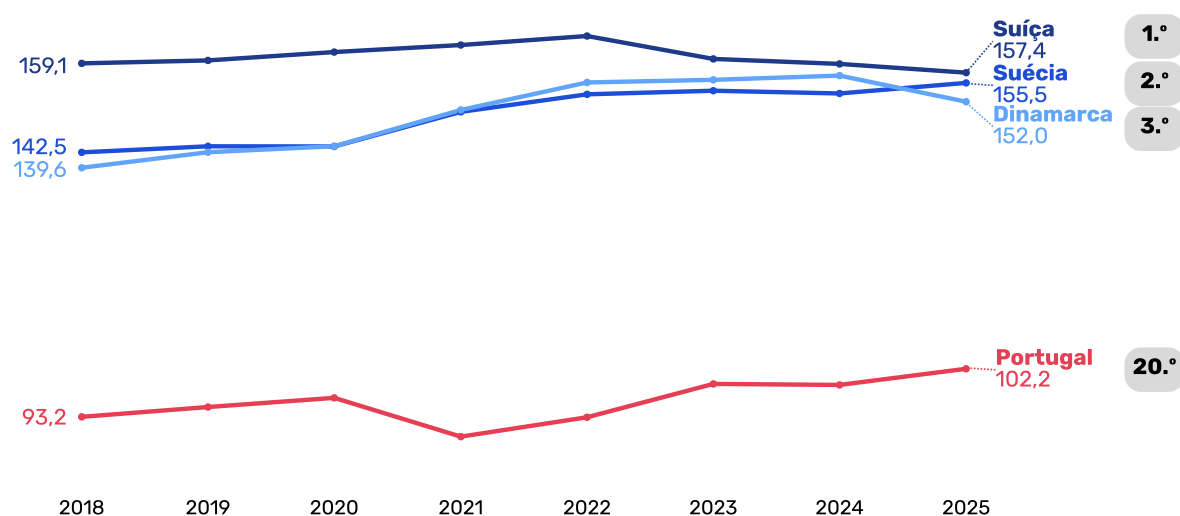
- Reforçar a diversificação económica, reduzindo a exposição a choques externos e a alterações na política comercial global;
- Desenvolver competências associadas à gestão, à transição digital e verde e aos empregos de maior valor acrescentado;
- Melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, em particular nas áreas da saúde, justiça, educação e segurança social;
- Responder ao envelhecimento demográfico e à baixa natalidade, incluindo políticas de imigração que promovam integração social e resposta às necessidades do mercado de trabalho;
- Atualizar os mecanismos de falência e reestruturação da dívida, reduzindo o peso do endividamento das PME e facilitando processos de consolidação empresarial.

European Innovation Scoreboard

O *European Innovation Scoreboard (EIS)* é uma iniciativa da Comissão Europeia que avalia o desempenho em inovação dos países da UE e de outras regiões, oferecendo uma análise objetiva dos respetivos ecossistemas de inovação e identificando pontos fortes e fragilidades que podem orientar políticas públicas e decisões de investimento.

O quadro analítico do EIS assenta em 32 indicadores, organizados em torno de quatro grandes domínios – condições de contexto, investimentos, atividades de inovação e impactos –, cuja síntese é expressa através do *Summary Innovation Index (SII)*. Este índice sintetiza estes dados, permitindo fazer comparações entre países e classificá-los nas categorias de Inovadores Líderes, Fortes, Moderados ou Emergentes. A metodologia do EIS é revista de forma regular, de modo a incorporar novas tendências e dimensões relevantes, nomeadamente as associadas às transições verde e digital

Portugal encontra-se classificado como Inovador Moderado, apresentando uma trajetória de melhoria sustentada nos últimos anos. O relatório identifica progressos em áreas como o apoio público à investigação e desenvolvimento (I&D), as competências e a digitalização, mantendo, contudo, desafios em indicadores como as exportações de produtos de alta tecnologia e a capacidade de transformar inovação em valor económico. O posicionamento do país, próximo da média da União Europeia, evidencia potencial de convergência para o grupo dos Inovadores Fortes, desde que se mantenha o reforço do investimento em I&D, da qualificação dos recursos humanos e da colaboração entre o sistema científico e o tecido empresarial.

Figura 20 – European Innovation Scoreboard – Índice de Inovação (2018-2025)

Fonte: Comissão Europeia – *European Innovation Scoreboard* – [EIS interactive tool 2025](#)

Na edição de 2025 do *European Innovation Scoreboard (EIS)*, Portugal mantém-se no grupo dos “Inovadores Moderados”, com um Índice de Inovação de 102,2. O país apresenta uma evolução positiva desde 2018, posicionando-se no 20.º lugar entre 39 países (UE-27 e países vizinhos) e no 16.º lugar entre os 27 Estados-Membros da UE, atrás de Espanha (140,3) e à frente de Chipre (94,7).

O *EIS* 2025 revela tendências diferenciadas na evolução recente de Portugal. Regista-se um crescimento expressivo em indicadores digitais, como a computação em nuvem nas empresas (+160,2 pontos desde 2018), e em sustentabilidade, com evolução favorável da produtividade baseada em CO₂ (+108,4 pontos). Em sentido oposto, observa-se um declínio na introdução de inovações de produto por PME (-65,2 pontos) e nas despesas de inovação não relacionadas com I&D (-55,3 pontos), sugerindo menor dinamismo inovador em parte do tecido empresarial.

Portugal evidencia um perfil de inovação apoiado no investimento público, na internacionalização da investigação e na transição verde. No entanto, para se aproximar do grupo dos “Inovadores Fortes”, será necessário reforçar o financiamento privado, aumentar a intensidade de inovação no setor empresarial e potenciar a internacionalização de serviços de elevado valor acrescentado.

Análise Integrada

A progressão nacional tem sido sustentada por um desempenho favorável em áreas específicas do sistema de inovação. Portugal lidera a UE no apoio público direto e indireto à I&D empresarial, com um índice equivalente a 185,8% da média europeia, refletindo a relevância dos instrumentos públicos de incentivo à investigação e desenvolvimento. As vendas associadas a inovações introduzidas no mercado ou na empresa atingem 133% da média da UE, colocando Portugal na 4.ª posição neste indicador.

O país apresenta também resultados positivos no acesso à internet de alta velocidade (126,1% da média da UE), nas competências digitais e no crescimento de especialistas em TIC. O sistema português demonstra ainda capacidade de atração de estudantes estrangeiros de doutoramento e bons resultados nas copublicações público-privadas, sinalizando abertura internacional e colaboração entre ciência e empresas.

Apesar destes progressos, persistem fragilidades que limitam a passagem para o grupo dos “Inovadores Fortes”. O financiamento privado, em particular por via de capital de risco, permanece reduzido, condicionando a expansão de empresas inovadoras. A despesa em inovação por pessoa empregada e o investimento empresarial em I&D por trabalhador continuam abaixo da média da UE. As exportações de serviços intensivos em conhecimento representam apenas 42% da média da UE, evidenciando limitações na internacionalização de serviços de maior valor acrescentado. Também os indicadores de produtividade laboral e de recursos permanecem abaixo da média europeia, limitando a conversão da inovação em ganhos económicos mais amplos.

Para acelerar a convergência, importa reforçar o investimento privado em inovação, aumentar a disponibilidade de capital de risco, incentivar a I&D empresarial por trabalhador e promover a exportação de serviços intensivos em conhecimento. Será igualmente necessário assegurar que o investimento em inovação se traduz em ganhos mensuráveis de produtividade e eficiência.

Benchmarking

A comparação com os três países líderes do EIS 2025 evidencia que Portugal apresenta um sistema de inovação em consolidação, mas ainda distante dos ecossistemas europeus de maior desempenho.

A Suíça, líder do *ranking*, destaca-se pela elevada intensidade do investimento empresarial em I&D, pela forte produção científica, pela capacidade de atrair talento altamente qualificado e pela eficácia na transformação do conhecimento em valor económico. O país apresenta resultados particularmente elevados em indicadores relacionados com propriedade intelectual, inovação empresarial e comercialização de novos produtos e serviços. Em comparação, Portugal evidencia um sistema científico competitivo e um elevado apoio público à I&D, mas continua a revelar limitações no investimento privado, na intensidade da inovação empresarial e na valorização económica dos resultados da investigação.

A Suécia, segunda classificada, distingue-se por um ecossistema de inovação equilibrado, suportado por elevados níveis de investimento em I&D, forte disponibilidade de capital de risco, elevada digitalização e um ambiente empresarial propício à inovação. O país combina investigação científica de excelência com uma elevada capacidade de transformação da inovação em crescimento económico e internacionalização. Portugal apresenta uma evolução favorável nas competências digitais, na adoção de tecnologias e na colaboração entre universidades e empresas,

mas continua a registar níveis reduzidos de financiamento privado e de exportação de serviços intensivos em conhecimento.

A Dinamarca, em terceiro, evidencia um desempenho consistente em praticamente todas as dimensões do índice, destacando-se pela elevada qualificação da força de trabalho, aprendizagem ao longo da vida, colaboração entre o sistema científico e o setor empresarial e capacidade de converter investimento em inovação em ganhos de produtividade. Portugal apresenta resultados positivos na formação avançada, na atração de estudantes estrangeiros de doutoramento e nas copublicações entre instituições públicas e empresas, mas continua a revelar menor capacidade para transformar esses ativos em produtividade, inovação empresarial e competitividade internacional.

No conjunto, a comparação mostra evidências que os países líderes combinam elevados níveis de investimento privado em I&D, mercados de capital de risco desenvolvidos, forte proteção e exploração da propriedade intelectual e uma maior capacidade de converter conhecimento em produtos, serviços e exportações de elevado valor acrescentado. Portugal destaca-se pelo apoio público à I&D, pela internacionalização do sistema científico e pela evolução das competências digitais, mas a convergência para o grupo dos Inovadores Fortes dependerá sobretudo do reforço da inovação empresarial, da mobilização de investimento privado e da valorização económica do conhecimento produzido.

Pontos Fortes de Portugal:

- Apoio governamental direto e indireto à I&D empresarial (possui um valor relativo elevado face à UE neste indicador);
- Atratividade de estudantes estrangeiros de doutoramento, refletindo capacidade de internacionalização do sistema científico;
- Publicações em coautoria entre setor público e privado, evidenciando colaboração entre universidades e empresas;
- Bons resultados em indicadores digitais, incluindo acesso à *internet* de alta velocidade e adoção de computação em nuvem pelas empresas.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Despesa em inovação por pessoa empregada abaixo da média da UE (36,1%), exigindo reforço do investimento em I&D e em competências digitais e tecnológicas;
- Capital de risco reduzido, com apenas 36,2% da média da UE, justificando instrumentos de mobilização de investimento privado e coinvestimento com métricas claras de desempenho;

- Exportações de serviços intensivos em conhecimento limitadas, com 42,0% da média da UE e 22.º lugar na UE, exigindo maior conversão dos projetos de inovação em presença internacional;
- Necessidade de reforçar a transferência tecnológica e o licenciamento de patentes, para que a colaboração entre ciência e empresas produza maior impacto económico.



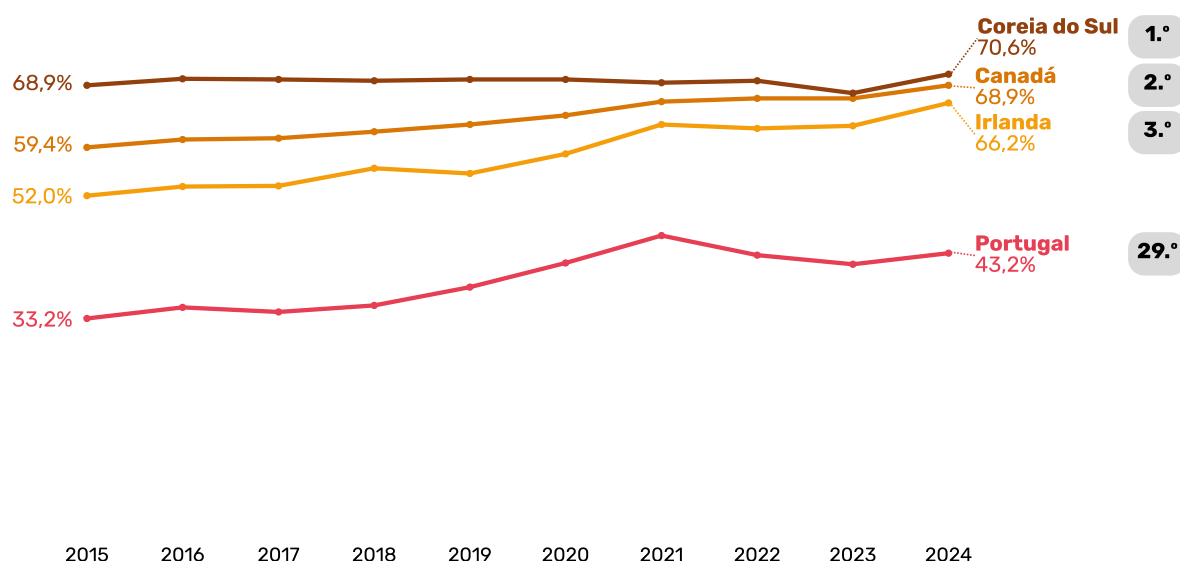
Capital Humano

Education at a Glance

O *Education at a Glance 2025 (EAG)*, publicado pela OCDE, é um relatório de referência para comparar sistemas de educação. Reúne indicadores internacionais comparáveis sobre educação, desde o pré-escolar até ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida. Inclui dados harmonizados sobre acesso, conclusão, recursos, competências, corpo docente, financiamento e resultados no mercado de trabalho, permitindo observar tendências no tempo e comparar países com rigor metodológico.

A metodologia seguida assenta em indicadores com definição harmonizada segundo a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED-2011), com séries temporais e utiliza exclusivamente dados oficiais disponibilizados pelos países. As principais fontes de informação são a OCDE, o Eurostat e a UNESCO, complementadas por inquéritos internacionais, como o *Programme for the International Assessment of Adult Competencies (PIAAC)*.

O *EAG* permite a Portugal enquadrar, com base comparável internacionalmente, os progressos e fragilidades, identificar prioridades – como a taxa de conclusão no ensino superior, a qualificação de adultos, o perfil etário e qualificações do corpo docente, e a empregabilidade e rendimentos por nível de ensino – e monitorizar o impacto das reformas com base em evidências. No âmbito da presente análise, e de forma a assegurar a comparabilidade internacional e a consistência com a dimensão do Capital Humano, será considerado o indicador Proporção de Jovens Adultos (25-34 anos) com Qualificação de Ensino Superior, por constituir uma medida comparável da qualificação da população jovem e do potencial de capital humano disponível para sustentar a produtividade, a inovação e a competitividade económica.

Figura 21 – Proporção de Jovens Adultos (25-34 anos) com Qualificação de Ensino Superior (2015-2024)

Fonte: OCDE – *Adults' educational attainment distribution, by age group and gender: Age 25-34; Educational attainment level: Tertiary* – Dados disponíveis em: [OECD Data Explorer](https://data.oecd.org/)

A trajetória da proporção de jovens adultos com qualificação de ensino superior evidencia uma evolução positiva no perfil de qualificações desta faixa etária. Em 2015, 33,2% dos jovens entre os 25 e os 34 anos detinham um diploma do ensino superior. Em 2024, esse valor subiu para 43,2%, representando um crescimento de 10 p.p. De acordo com o *EAG*, entre 2019 e 2024, a taxa em Portugal aumentou 5 p.p., superando o ritmo de crescimento da média da OCDE, que avançou 3 p.p. no mesmo período, de 45% para 48%. Apesar desta convergência, Portugal permanece abaixo da média da OCDE, ocupando o 29.º lugar na ordenação dos países considerados na presente análise. Enquanto países como a Coreia do Sul, Irlanda e Canadá já apresentavam, na década passada, mais de metade dos jovens com ensino superior, Portugal continua a recuperar de um atraso histórico nas taxas de escolarização.

Análise Integrada

No retrato estrutural, e para contextualizar a evolução observada entre os jovens adultos, importa considerar também o perfil de qualificações da população adulta. Portugal mantém uma proporção elevada de adultos entre os 25 e os 64 anos com escolaridade abaixo do ensino secundário, traço que o distingue da média da OCDE. Contudo, nas faixas etárias mais jovens, entre os 25 e os 34 anos, observa-se uma convergência gradual com a OCDE ao nível do ensino superior, com maior incidência entre as mulheres. O *EAG* assinala, assim, uma melhoria geracional clara, embora a base adulta ainda pouco qualificada continue a constituir um desafio estrutural.

A distribuição dos diplomados do ensino superior, entre os 25 e os 64 anos, por áreas de estudo evidencia diferenças relevantes entre países. O *EAG* destaca, em particular, a importância das

áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), que representam, em média, 26% dos adultos com ensino superior nos países da OCDE. Em Portugal, esta proporção situa-se em valor próximo da média, embora com uma composição distinta entre subáreas, apresentando maior peso relativo da engenharia e menor expressão das tecnologias da informação e comunicação e das ciências naturais, matemática e estatística.

As competências dos adultos em literacia variam de forma visível por nível de escolaridade. Os indivíduos com escolaridade inferior ao ensino secundário apresentam perfis de proficiência significativamente inferiores aos dos que concluíram o ensino secundário e, sobretudo, o ensino superior. Esta relação, igualmente observada ao nível da OCDE, é central para interpretar os diferenciais de emprego e rendimento. Países com pontuações médias mais elevadas em literacia, como o Japão, a Finlândia e os Países Baixos, surgem no topo das comparações, reforçando a importância de *upskilling/reskilling*.

Relativamente ao financiamento da educação, a distribuição de fundos em Portugal é canalizada sobretudo através da administração central em praticamente todos os níveis de ensino, com menor peso relativo das entidades locais e regionais, em particular no ensino básico. O ensino superior permanece também fortemente dependente de verbas centrais, complementadas por propinas.

Portugal figura entre os países da OCDE com corpo docente mais envelhecido, apresentando uma elevada proporção de professores nas faixas etárias acima dos 50 anos, tendência que se acentuou face ao cenário observado há uma década.

O relatório confirma, para Portugal, o padrão observado na OCDE, em que o aumento da escolaridade formal está associado a melhores resultados salariais e de emprego. Neste contexto, a conclusão do ensino secundário constitui um limiar particularmente relevante para reduzir o risco de desemprego entre os jovens adultos.

Benchmarking

Os países com menor proporção de adultos abaixo do ensino secundário e com níveis elevados de qualificação terciária entre os 25 e os 34 anos, como o Canadá e a Coreia do Sul, constituem referenciais relevantes de comparação. Em geral, o *EAG* evidencia que estes países apresentam níveis elevados de qualificação das gerações mais jovens e uma reduzida proporção de jovens que não concluiu o ensino secundário. O relatório mostra igualmente, no conjunto dos países analisados, uma associação consistente entre níveis de escolaridade mais elevados e melhores resultados em matéria de emprego, rendimento e competências.

Algumas lições dos países mais bem posicionados são identificadas no *EAG*. No Canadá, mais de um quarto dos adultos com ensino superior detém qualificações de ciclo curto como nível mais elevado, uma realidade menos comum na maioria dos países da OCDE. Este modelo evidencia a diversidade de percursos através dos quais pode ser alcançada uma qualificação de ensino superior.

A Irlanda constitui um referencial relevante pelo elevado nível de qualificação superior entre os jovens adultos, apresentando uma proporção de diplomados do ensino superior entre os 25 e os 34 anos claramente superior à de Portugal e à média da OCDE. Além disso, apresenta uma distribuição territorial mais equilibrada dos níveis de qualificação. Entre a população dos 25 aos 64 anos, a diferença na proporção de adultos com ensino superior entre a região com maior e menor valor é de apenas 6 p.p., evidenciando uma reduzida variação regional.

Na Coreia do Sul, apenas 1% dos jovens entre os 25 e os 34 anos não concluiu o ensino secundário, evidenciando um nível muito elevado de conclusão deste nível de ensino. O país apresenta igualmente a maior proporção de jovens adultos com ensino superior entre os países da OCDE, atingindo 71%.

O *EAG* destaca igualmente a importância das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), que representam, em média, 26% dos adultos com ensino superior nos países da OCDE, embora com diferenças relevantes entre países. Na Alemanha, por exemplo, esta proporção atinge 34%. O relatório assinala a crescente valorização destas competências no mercado de trabalho e a sua relevância para a inovação e o crescimento económico.

Relativamente ao custo dos professores por aluno, o relatório destaca que sistemas com salários docentes mais elevados, maior tempo de instrução dos alunos e turmas de menor dimensão tendem a apresentar custos por aluno superiores, sendo estes efeitos parcialmente compensados pelo tempo de ensino dos professores. Em sentido inverso, combinações de salários mais baixos, menor tempo de instrução e turmas de maior dimensão tendem a reduzir o custo unitário. No caso de Portugal, este enquadramento deve ser considerado em paralelo com o envelhecimento do corpo docente e com as necessidades de renovação e recrutamento assinaladas no relatório.

Em síntese, os países líderes evidenciam diferentes formas de alcançar níveis elevados de qualificação. O Canadá destaca-se pelo peso significativo dos percursos superiores de ciclo curto, a Irlanda pela reduzida variação territorial na qualificação da população adulta e a Coreia do Sul pelos níveis muito elevados de conclusão do ensino secundário e de qualificação superior entre os jovens. Portugal acompanha a tendência da OCDE de melhoria das qualificações das gerações mais jovens e a relação positiva entre escolaridade, emprego, rendimento e competências, mas mantém desafios associados à elevada proporção da população adulta com baixa escolaridade, aos baixos níveis de literacia de uma parte significativa dos adultos e ao envelhecimento do corpo docente.

Pontos Fortes de Portugal:

- Progresso nas gerações mais jovens, entre os 25 e os 34 anos, com aumento da percentagem de diplomados do ensino superior e redução do peso dos níveis abaixo do ensino secundário, em convergência com a média da OCDE;
- Relação positiva entre escolaridade e emprego, com a taxa de emprego a aumentar à medida que sobe o nível de qualificação;

- Prémios salariais do ensino superior face ao ensino secundário, observáveis ao longo das várias faixas etárias;
- Coerência entre qualificação e competências, traduzida em melhores níveis de literacia entre os diplomados, em linha com o padrão da OCDE.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Elevado peso de adultos entre os 25 e os 64 anos sem ensino secundário completo, associado a diferenças relevantes nos resultados de emprego, rendimento e competências.;
- Responder ao envelhecimento do corpo docente e às crescentes necessidades de recrutamento e substituição, num contexto em que mais de metade dos professores do ensino básico e secundário têm 50 ou mais anos e se intensificaram os sinais de escassez de docentes;
- Reforçar a presença das qualificações em determinadas áreas CTEM com menor expressão relativa, em particular nas tecnologias da informação e comunicação e nas ciências naturais, matemática e estatística, tendo em conta a crescente valorização destas competências no mercado de trabalho;
- Reduzir as desigualdades de resultados por nível de escolaridade, em particular as penalizações salariais e de emprego associadas à não conclusão do ensino secundário;
- Reforçar políticas de *upskilling/reskilling*, alinhando qualificações com as necessidades do mercado de trabalho e promovendo a qualificação da população adulta.

Programme for International Student Assessment (PISA)

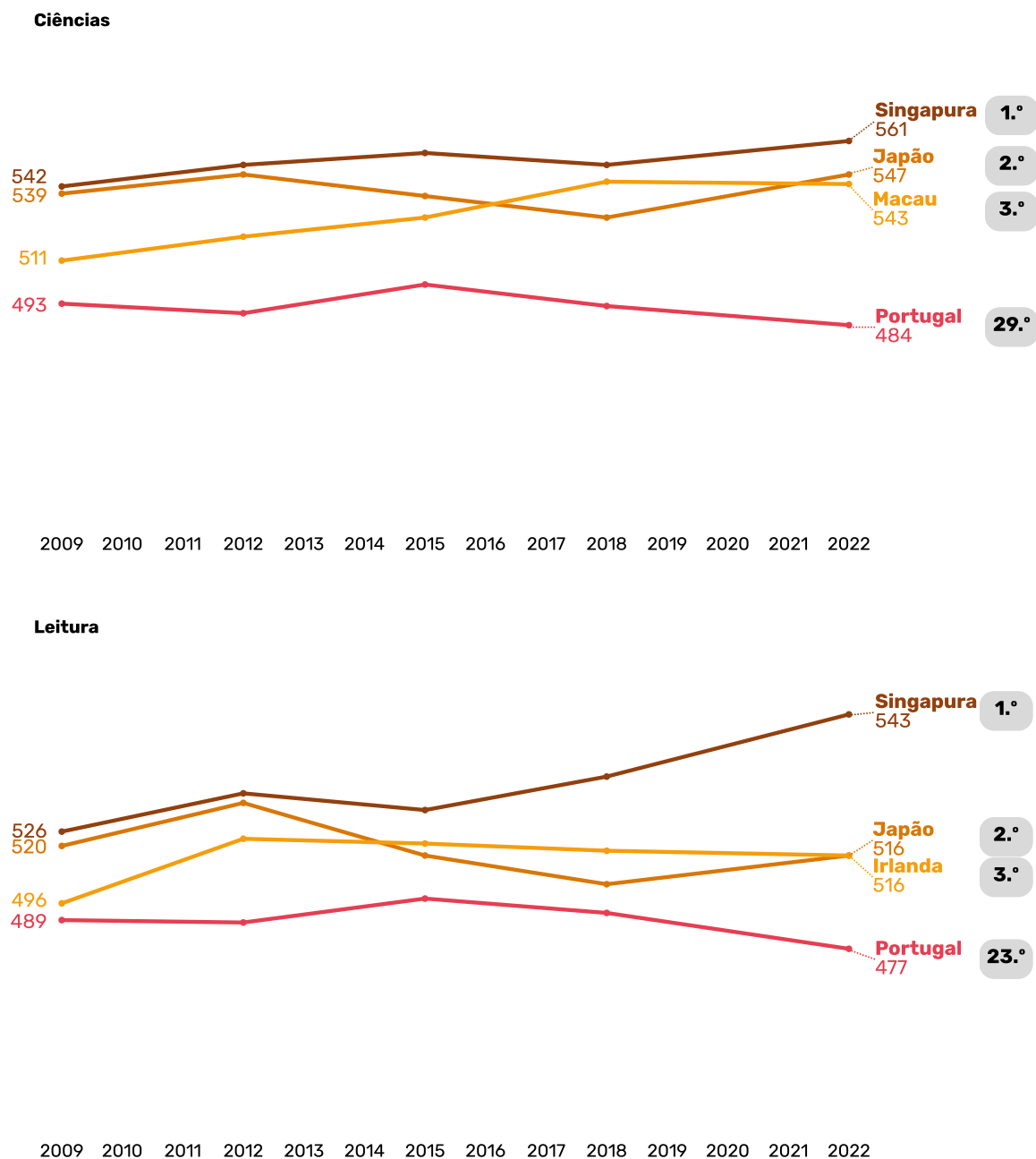
O *Programme for International Student Assessment (PISA)* é um estudo internacional promovido pela OCDE que avalia, de três em três anos, os conhecimentos e competências dos alunos de 15 anos. O programa mede a capacidade dos estudantes para aplicar os conhecimentos adquiridos em Matemática, Leitura e Ciências à resolução de problemas e a situações do quotidiano, constituindo uma das principais referências internacionais para a avaliação da qualidade, equidade e eficácia dos sistemas educativos.

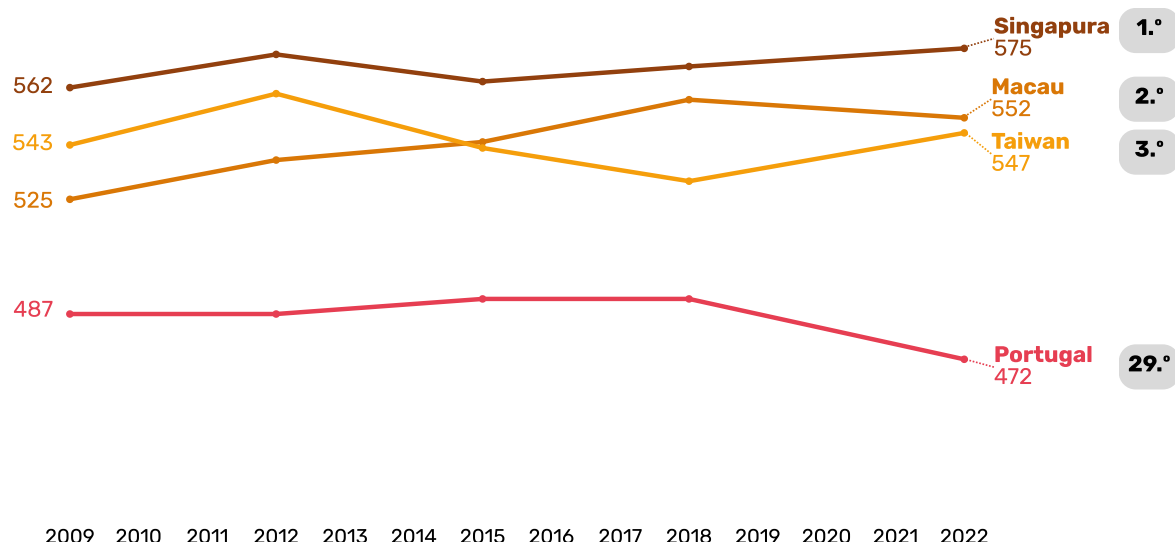
A metodologia do *PISA* assenta numa amostra representativa de alunos de 15 anos de cada país ou economia participante, utilizando provas standardizadas e questionários dirigidos a alunos, diretores de escola e, em alguns ciclos, a professores e encarregados de educação. Na edição de 2022, participaram 81 países e economias, permitindo a comparação internacional dos resultados académicos e de fatores contextuais relacionados com o ambiente escolar, o contexto socioeconómico, o bem-estar dos alunos e as oportunidades de aprendizagem.

Para Portugal, o *PISA* constitui um importante instrumento de monitorização do desempenho do sistema educativo e da evolução das competências dos jovens ao longo do tempo. No âmbito da presente análise, serão apresentados os resultados obtidos em Matemática, Leitura e Ciências¹⁹, identificando os progressos alcançados e os principais desafios.

¹⁹ No caso do gráfico de radar e da matriz de posicionamento/evolução presentes na Análise Integrada de Resultados foi calculado um indicador sintético, baseado nas médias da Evolução (DPT%) e da Posição Ponderada (PT%) nos três domínios.

Figura 22 – PISA por área (2009-2022)



Matemática

Fonte: OCDE PISA – Dados disponíveis em: [OECD PISA](https://www.oecd.org/pisa/)

Portugal foi frequentemente identificado nos relatórios *PISA* como um caso de convergência com a média dos países participantes, com melhorias consistentes nas diferentes dimensões até 2015/2018. Contudo, os resultados de 2022 assinalam uma inversão dessa tendência. Em Matemática, a tendência média entre 2012 e 2022 mostra um declínio de 14,6 pontos, sendo a queda entre 2018 e 2022 mais acentuada, com uma perda de 20,6 pontos. Em Leitura, observa-se uma evolução semelhante, com uma redução de 12,8 pontos entre 2012 e 2022 e uma queda de 20,6 pontos entre 2018 e 2022. Em Ciências, a quebra foi de 5 pontos entre 2012 e 2022 e de 7,3 pontos entre 2018 e 2022.

Esta evolução sugere que, embora a pandemia de COVID-19 tenha tido impacto nos resultados educativos a nível global, a tendência descendente de Portugal, em particular na Leitura e nas Ciências, poderá refletir fatores anteriores a 2018. O país passou de uma fase de crescimento sustentado para uma fase de estagnação e, mais recentemente, de declínio.

Análise Integrada

Em 2022, o desempenho de Portugal alinhou-se, em grande medida, com a média da OCDE, deixando de estar significativamente acima em alguns domínios, como sucedia em ciclos anteriores.

Em Matemática, Portugal obteve 472 pontos, igualando a média da OCDE. Cerca de 69% dos alunos portugueses atingiram pelo menos o Nível 2 de proficiência, considerado o nível básico, em linha com a média da OCDE. Apenas 7% dos alunos foram classificados como top performers – Níveis 5 ou 6 –, valor inferior ao observado nos países líderes.

Em Leitura, Portugal alcançou 477 pontos, ligeiramente acima da média da OCDE (476 pontos), embora a diferença seja pouco expressiva. Tal como em Matemática, registou-se uma queda relevante face a 2018.

Em Ciências, Portugal obteve 484 pontos, valor muito próximo da média da OCDE (485 pontos). A queda neste domínio foi menos acentuada do que em Matemática e Leitura, mas confirma a tendência de descida.

Benchmarking

Singapura ocupou a primeira posição do *PISA 2022* nos três domínios avaliados: Matemática (575 pontos), Leitura (543 pontos) e Ciências (561 pontos). A diferença entre Singapura e Portugal em Matemática é de 103 pontos, o que corresponde a mais de três anos de escolaridade. O relatório destaca Singapura como um dos sistemas com desempenho mais elevado e consistente, evidenciando a importância de currículos exigentes, qualidade do ensino e foco na aplicação do conhecimento.

No contexto europeu, a Irlanda destacou-se na Leitura (516 pontos) e a Estónia na Matemática (510 pontos), mantendo resultados acima da média da OCDE e níveis elevados de equidade. Estes exemplos demonstram que é possível preservar desempenhos elevados no contexto europeu, mesmo após a pandemia. A redução da proporção de alunos com baixo desempenho e o reforço do apoio individualizado constituem dimensões relevantes para recuperar a trajetória positiva.

O Japão manteve igualmente um desempenho elevado, com 536 pontos em Matemática, evidenciando resiliência do sistema educativo. O país apresenta bons resultados entre os alunos de desempenho mais baixo, o que contribui para assegurar uma base ampla de competências. Este é um domínio particularmente relevante para Portugal, tendo em conta o aumento da proporção de alunos abaixo do Nível 2.

Pontos Fortes de Portugal:

- O país apresenta uma das taxas mais baixas de insegurança alimentar entre os países da OCDE, com apenas 2,6% dos alunos a reportarem situações de fome, sugerindo a relevância da escola e das políticas sociais como rede de proteção;
- O sistema educativo português mantém níveis de equidade relativamente razoáveis, uma vez que o impacto do estatuto socioeconómico no desempenho dos alunos, embora existente, é menos acentuado do que noutros países da OCDE;
- Apesar da queda registada, Portugal mantém resultados próximos da média da OCDE nos três domínios avaliados, o que evidencia uma base educativa consistente.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Estancar a perda de desempenho observada entre 2018 e 2022, especialmente em Matemática e Leitura;
- Aumentar a proporção de alunos de desempenho elevado, uma vez que Portugal apresenta uma percentagem reduzida de alunos nos Níveis 5 e 6 face aos países líderes;
- Reforçar o apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem, tendo em conta o aumento da proporção de alunos abaixo do Nível 2.



Qualidade de Vida

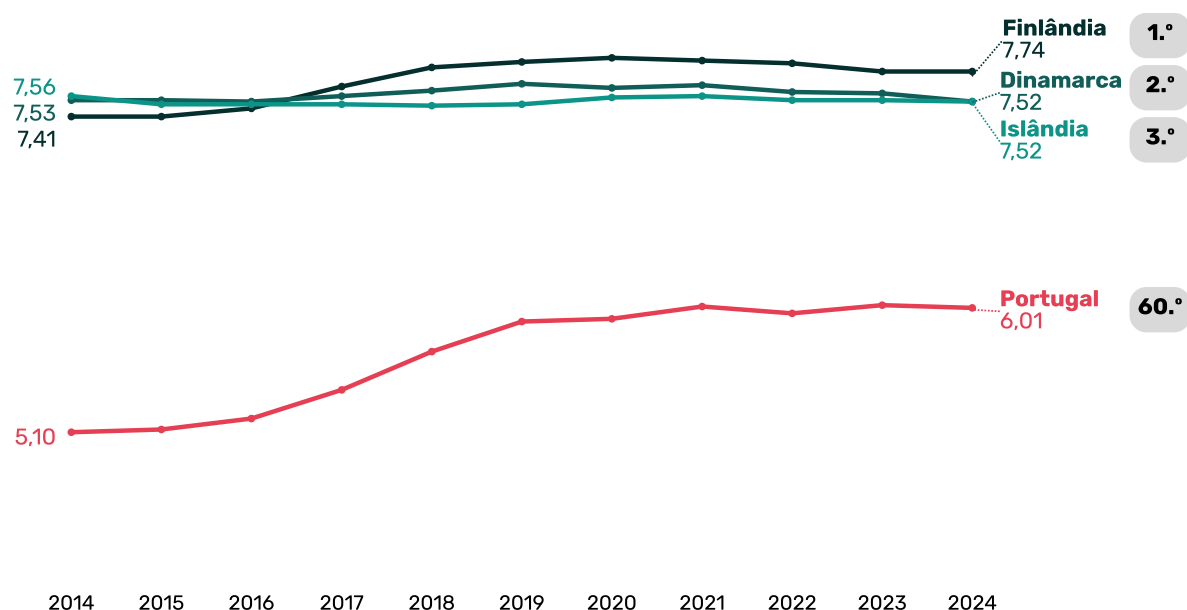
World Happiness Report

O *World Happiness Report 2025 (WHR)*, publicado pelo *Wellbeing Research Centre* da Universidade de Oxford, em parceria com a Gallup, a *UN Sustainable Development Solutions Network* e um comité editorial independente, permite medir o nível médio de felicidade (bem-estar subjetivo) da população em cada país, abrangendo atualmente 147 países.

Constitui uma das principais referências internacionais para a análise da qualidade de vida, sendo utilizado por governos, organizações internacionais e investigadores para comparar países, acompanhar a evolução do bem-estar ao longo do tempo e avaliar os efeitos de políticas públicas, crises e mudanças sociais.

A metodologia do *WHR* baseia-se nos inquéritos da *Gallup World Poll*, realizados junto de amostras representativas da população adulta de cada país. Os participantes avaliam a sua vida numa escala de 0 (pior vida possível) a 10 (melhor vida possível), designada por Escada de Cantril. O indicador utilizado neste estudo corresponde à média trianual dessas avaliações, designada Avaliação da Vida. O relatório analisa ainda a associação entre esta avaliação e seis fatores explicativos: PIB per capita em paridades de poder de compra, esperança de vida saudável, apoio social, liberdade para fazer escolhas de vida, generosidade e perceção da corrupção.

Para Portugal, o relatório evidencia que o país permanece abaixo dos países europeus com melhores níveis de felicidade, mas apresenta uma evolução positiva na última década, distinguindo-se por uma melhoria da avaliação da vida apesar dos sucessivos choques económicos, sociais e geopolíticos.

Figura 23 – World Happiness Ranking (2014-2024) ^{20 21}

Fonte: *World Happiness Report* – com base nos dados do *Gallup World Poll* referente ao índice composto *Life Evaluation* – Dados disponíveis em: [WHR Dashboard](#)

O relatório *WHR 2025* apresenta dados relativos a 2024, posicionando Portugal no 60.º lugar, com um índice de 6,01. Face a 2023, ano em que o valor foi de 6,03, verifica-se uma ligeira descida, traduzida numa perda de 5 posições no *ranking*. Entre 2015 e 2019, o índice registou uma trajetória crescente; desde então, observa-se uma tendência de maior estabilização, também verificada em alguns países de topo.

No contexto geral, embora Portugal ainda não figure entre os países com níveis mais elevados de felicidade, é um dos poucos países desenvolvidos em que a população, em média, se sente hoje mais satisfeita com a sua vida do que há cerca de uma década. Num período marcado por crise financeira, austeridade, pandemia e inflação, esta evolução sugere uma convergência gradual em bem-estar percecionado face ao núcleo europeu que continua a dominar o topo do *ranking*.

Análise Integrada

Portugal surge no *WHR 2025* como um país de bem-estar intermédio, tanto na avaliação global da felicidade como na análise do tema central desta edição, dedicado ao “cuidar e partilhar”. O país

²⁰ Os dados apresentados são relativos ao índice do *WHR*, o Avaliação da Vida, cuja fonte é o *Gallup World Poll*, e que serve para construir o *ranking* dos países. O valor do índice resulta de uma média dos últimos três anos, por forma a aumentar a robustez estatística e reduzir o impacto de variações anuais e é referente a um inquérito que pede aos inquiridos que avaliem a sua vida atual como um todo, utilizando a imagem de uma escada – Escada de Cantril –, em que a melhor vida possível é 10 e a pior é 0.

²¹ Em 2013 não existem dados para o valor agregado do índice.

situa-se abaixo do grupo europeu de topo, composto sobretudo por países nórdicos e algumas economias da Europa Central, mas permanece distante dos desempenhos globais mais baixos.

O relatório enquadra as diferenças de felicidade entre países a partir de seis fatores explicativos: PIB *per capita* em PPC, esperança de vida saudável, apoio social, liberdade para fazer escolhas de vida, generosidade e perceção da corrupção. Em conjunto, estes fatores explicam mais de três quartos da variação das avaliações médias de vida entre países ao longo do tempo.

No que respeita ao PIB *per capita* em PPC e à esperança de vida saudável, Portugal combina um rendimento intermédio no contexto europeu, o que ajuda a explicar a distância face aos países de topo, com uma esperança de vida elevada, comparável à de várias economias avançadas.

Relativamente ao apoio social e à liberdade para fazer escolhas de vida, Portugal beneficia de redes familiares densas e de apoio informal, características do seu capital social de proximidade. Ao mesmo tempo, os dados de benevolência apontam para uma participação mais limitada em formas organizadas de solidariedade, como doações regulares, voluntariado ou ajuda a desconhecidos.

Na generosidade e na perceção da corrupção, o relatório utiliza indicadores comuns a todos os países. No caso de Portugal, a classificação geral em generosidade é semelhante à posição no índice global de felicidade. Contudo, na decomposição das suas componentes – doação, voluntariado e ajuda a desconhecidos –, o país apresenta classificações baixas, inferiores ao 101.º lugar, compensadas parcialmente pela componente relativa à devolução de uma carteira, na qual Portugal surge bem posicionado após ajustamento ao nível de rendimento.

No que se refere à perceção da corrupção, Portugal encontra-se numa posição intermédia: não apresenta os níveis mais elevados de desconfiança institucional observados em alguns países da Europa de Leste, Médio Oriente ou África, mas também não atinge os níveis de confiança característicos dos países nórdicos ou de algumas economias da Europa Central.

Benchmarking

O topo do *ranking* de felicidade em 2025 continua a ser dominado pelos países nórdicos – Finlândia, Dinamarca e Islândia –, complementados por economias com elevada confiança social e sistemas de proteção robustos, como a Noruega, e por alguns casos de bom desempenho fora do contexto europeu, como a Costa Rica e o México.

A leitura dos dados destes países aponta para algumas características comuns: sistemas públicos abrangentes em áreas como saúde, educação e proteção social; níveis elevados de confiança nas instituições; baixa perceção da corrupção; e expectativas positivas quanto ao comportamento dos outros, incluindo em indicadores como “expectativas de devolução de carteiras”. A confiança nas instituições e entre desconhecidos surge, assim, como um elemento relevante para a segurança, previsibilidade e bem-estar subjetivo.

O *WHR* sugere que, acima de determinado nível de rendimento, o que distingue os países mais felizes não é apenas o rendimento médio, mas também a qualidade das relações sociais, o apoio disponível, a participação cívica e a liberdade sentida para fazer escolhas de vida.

Nos casos da Costa Rica e do México, o relatório evidencia a importância da afetividade positiva, dos laços sociais e do sentido de comunidade, mostrando que níveis elevados de felicidade podem coexistir com níveis de rendimento *per capita* mais moderados.

Para Portugal, a comparação com estes países sugere a importância de reforçar a confiança institucional, reduzir fatores de insegurança quotidiana, como habitação, rendimento e acesso a serviços de saúde, e promover formas mais organizadas de participação solidária e cívica.

Pontos Fortes de Portugal:

- Portugal tem registado uma trajetória positiva num contexto adverso, sendo um dos poucos países industrializados cuja felicidade média aumentou face a 2011;
- A esperança de vida elevada e a existência de sistemas públicos estruturantes constituem bases relevantes para a qualidade de vida;
- A combinação entre esperança de vida elevada e sistemas universais, sobretudo nas áreas da saúde e educação, cria condições favoráveis para avaliações positivas de vida, apesar das pressões existentes;
- As redes familiares e de vizinhança continuam a ser um ativo relevante do modelo social português, assegurando apoio prático, social e emocional;
- As expectativas relativamente positivas sobre determinados comportamentos institucionais indicam um nível de confiança não negligenciável, especialmente tendo em conta o nível médio de rendimento do país.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Apesar dos progressos registados, Portugal permanece distante do grupo de países com melhores resultados, ocupando o 60.º lugar no *ranking* global;
- As classificações baixas em doação, voluntariado e ajuda a desconhecidos sugerem margem para reforçar a participação cívica organizada;
- A confiança em desconhecidos e instituições permanece abaixo dos níveis observados nos países de topo, penalizando a perceção de previsibilidade e justiça do sistema;
- As dificuldades económicas persistentes e a insegurança habitacional podem estar a limitar uma evolução mais favorável da avaliação da vida, em particular entre jovens adultos e famílias com menores rendimentos.

Global Peace Index

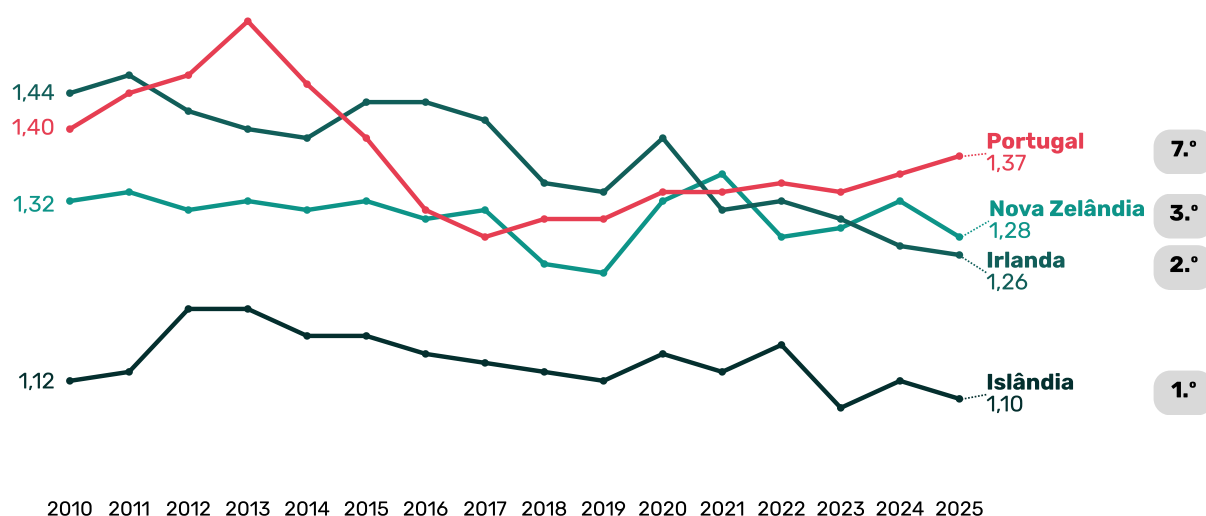
O *Global Peace Index 2025 (GPI)*, produzido pelo *Institute for Economics & Peace (IEP)*, na sua 19.ª edição, corresponde a um índice global que mede a paz ou a ausência de violência ou medo de violência, em cerca de 163 países, cobrindo 99,7% da população mundial.

O índice assenta em 23 indicadores qualitativos e quantitativos, organizados em três domínios: Segurança e Proteção Social, Conflitos em Curso (internos e internacionais) e Militarização.

A edição de 2025 evidencia uma nova deterioração da paz global, com a pontuação média dos países a agravar-se 0,36% face a 2024, correspondendo ao sexto ano consecutivo de deterioração.

A metodologia combina dados provenientes de fontes internacionais, incluindo bases de dados sobre conflitos, estatísticas de criminalidade, informação relativa à despesa militar e indicadores de risco político, complementados por avaliações qualitativas da Economist Intelligence Unit (EIU). Os 23 indicadores são normalizados numa escala de 1 (mais pacífico) a 5 (menos pacífico) e agregados numa pontuação global por país, resultante da ponderação de 60% para a paz interna e 40% para a paz externa.

Num contexto de aumento de conflitos e despesa militar, Portugal surge como um caso de elevada segurança interna, baixa militarização e integração numa das regiões mais pacíficas do mundo. No âmbito da presente análise, o índice permite acompanhar a evolução dos posicionamentos e identificar em que medida as alterações observadas decorrem de fatores relacionados com a segurança interna, os conflitos ou o nível de militarização.

Figura 24 – Global Peace Index (2010-2025)

Fonte: Institute for Economics & Peace – Dashboard do Vision of Humanity – Dados disponíveis em: [Global Peace Index 2025 web](#)

Em 2025, Portugal foi considerado o 7.º país mais pacífico do mundo, com uma pontuação global de 1,371, mantendo-se no grupo dos países com melhor desempenho neste índice. Face a 2024, Portugal subiu uma posição no *ranking*, apesar de uma ligeira deterioração da pontuação, que aumentou 0,022 pontos, sendo que valores mais elevados correspondem a menor nível de paz. Na região da Europa Ocidental e Central, que continua a ser a mais pacífica do mundo, Portugal ocupa o 5.º lugar, acima da média regional de 1,588.

Análise Integrada

O GPI 2025 descreve um contexto de deterioração contínua da paz global. A pontuação média do índice agravou-se 0,36% em 2025, correspondendo ao sexto ano consecutivo de deterioração. No último ano, o relatório assinala uma ligeira melhoria no domínio da Segurança e Proteção Social, enquanto os domínios dos Conflitos em Curso e da Militarização continuaram a deteriorar-se.

Neste enquadramento, Portugal surge como um dos países mais pacíficos do mundo, integrando o grupo dos dez países com melhor desempenho. No domínio dos Conflitos Internos e Internacionais em Curso, apresenta uma pontuação de 1,163; em Segurança e Proteção Social, de 1,625; e, em Militarização, de 1,194. Estes resultados colocam Portugal entre os países mais pacíficos e menos militarizados, num contexto em que a militarização média voltou a aumentar a nível global.

A ligeira deterioração da pontuação global de Portugal face ao ano anterior recomenda o acompanhamento da evolução dos indicadores, em particular no domínio da Segurança e Proteção Social, que apresenta o resultado menos favorável entre os três domínios. A posição de Portugal como país pouco militarizado deve também ser lida no contexto do aumento da despesa de defesa

em vários Estados, reforçando a importância de avaliar o equilíbrio entre investimento em defesa, segurança interna e outras áreas de desenvolvimento.

O relatório caracteriza Portugal como um país com baixos níveis de conflito interno e externo, baixos níveis de terrorismo e violência política e níveis de criminalidade relativamente moderados face ao conjunto de países analisados. À semelhança dos restantes países do *top 10*, Portugal combina bons resultados nos três domínios do índice.

Benchmarking

Os países que lideram o *GPI 2025*, Islândia, Irlanda e Nova Zelândia, ocupam, respetivamente, o 1.º, 2.º e 3.º lugares do *ranking* global, com pontuações de 1,095, 1,260 e 1,282. Estes países apresentam níveis elevados de paz nos três domínios avaliados: conflitos em curso, segurança e proteção social e militarização. Portugal exhibe igualmente um perfil de paz elevado, embora se situe ligeiramente abaixo destes três líderes no conjunto do índice.

A comparação por domínios permite identificar diferenças de perfil. Em Conflitos Internos e Internacionais em Curso, Islândia, Irlanda e Nova Zelândia apresentam alguns dos melhores desempenhos globais, refletindo níveis muito baixos de envolvimento em conflitos e de mortalidade associada. Portugal também se encontra entre os países com melhor desempenho neste domínio, embora com uma pontuação ligeiramente menos favorável.

Na Segurança e Proteção Social, a Islândia volta a liderar, enquanto Irlanda e Nova Zelândia se mantêm entre os países mais bem classificados. Portugal apresenta um desempenho positivo, embora menos favorável do que o dos três líderes, indicando margem de melhoria em dimensões como criminalidade, perceção de segurança ou estabilidade social.

É no domínio da Militarização que Portugal mais se destaca. A Islândia é o país menos militarizado do mundo e Portugal surge imediatamente a seguir, ocupando a 2.ª posição mundial neste domínio, à frente da Irlanda e da Nova Zelândia.

Em síntese, Portugal partilha com os países líderes um patamar elevado de paz, embora apresente resultados menos favoráveis nos domínios dos conflitos em curso e da segurança e proteção social e destaca-se na baixa militarização, onde fica apenas atrás da Islândia.

Pontos Fortes de Portugal:

- Integração no grupo dos países com níveis de paz mais elevados, num contexto de deterioração global;
- Bom desempenho nos três domínios do índice, refletindo baixos níveis de conflito, segurança interna elevada e reduzida militarização;

- Inserção na região considerada como sendo a mais pacífica do mundo, beneficiando dessa localização geográfica e destacando-se positivamente dentro da Europa Ocidental e Central;
- No domínio da Militarização ocupa a 2.^a posição a nível mundial, contribuindo positivamente para a avaliação global do país.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Ligeira deterioração da pontuação global face ao ano anterior, apesar da subida de uma posição no *ranking* o que parece indicar que, mesmo mantendo uma boa posição relativa, a evolução recente não é totalmente estável;
- Resultado menos favorável no domínio da Segurança e Proteção Social, indicando margem para melhoria face aos países líderes;
- Integração numa região que, embora continue a ser a mais pacífica, tem registado deterioração gradual da sua pontuação média ao longo dos últimos anos;
- Necessidade de acompanhar o equilíbrio entre baixa militarização, capacidade de defesa e contexto geopolítico internacional.

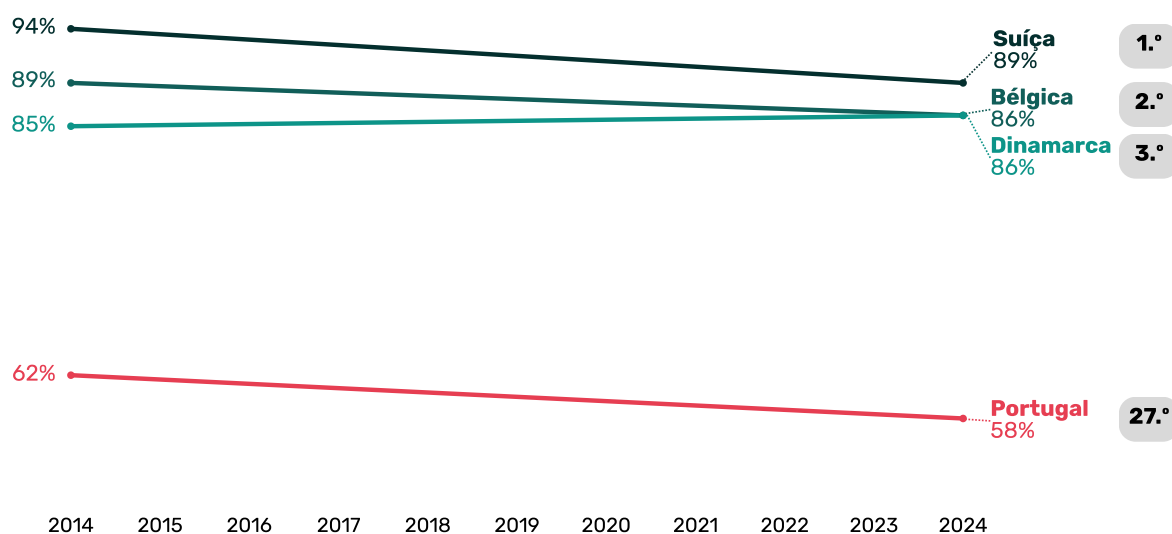
Health at a Glance

O relatório *Health at a Glance* 2025, publicado bianualmente pela OCDE, constitui uma das principais referências internacionais para a análise comparativa dos sistemas de saúde. A edição de 2025 assume particular relevância por apresentar uma avaliação consolidada do desempenho dos sistemas de saúde no período pós-pandemia da COVID-19.

Reúne indicadores harmonizados dos 38 países membros da OCDE, complementados, quando aplicável, por países parceiros, permitindo comparar o desempenho dos sistemas de saúde em domínios como o estado de saúde da população, o acesso aos cuidados, a qualidade dos serviços, os recursos disponíveis e o financiamento. A análise é enquadrada pelo *Renewed OECD Health System Performance Assessment Framework* (2024), que constitui a base conceptual para a avaliação do desempenho dos sistemas de saúde.

Para Portugal, o *Health at a Glance* constitui um instrumento de referência para avaliar o desempenho do sistema de saúde em comparação internacional. O relatório evidencia que o país combina bons resultados em indicadores como a esperança de vida e a mortalidade com níveis de despesa em saúde inferiores aos observados em muitas economias europeias mais desenvolvidas, permitindo identificar áreas de eficiência, bem como desafios relacionados com o acesso, os recursos humanos e a sustentabilidade do sistema.

Figura 25 – População satisfeita com a disponibilidade de serviços de saúde na área onde reside (2014 e 2024)



Fonte: Gallup World Poll (database). – Dados disponíveis em: [OECD Population coverage for healthcare](#)

Este indicador serve como um *proxy* à “cobertura efetiva” percecionada pelos cidadãos. Ao contrário da cobertura legal ou nominal, que em Portugal é universal, capta a experiência da população na relação com o sistema de saúde, refletindo barreiras como tempos de espera, custos diretos, distância geográfica, facilidade de navegação no sistema e qualidade da interação com os prestadores.

A análise deste indicador revela uma situação menos favorável para Portugal em matéria de satisfação com a disponibilidade de serviços de saúde. Em 2024, 58% da população portuguesa declarou estar satisfeita com a disponibilidade de cuidados de saúde de qualidade na sua área de residência, abaixo da média da OCDE, de 64%.

A evolução dos dados sugere que a recuperação económica e financeira do país não se traduziu numa melhoria proporcional da perceção de acesso e qualidade dos cuidados de saúde, ou que as expectativas da população evoluíram mais rapidamente do que a capacidade de resposta do sistema.

Análise Integrada

Para compreender a posição de Portugal para além da satisfação subjetiva, é relevante analisar outros indicadores do *Health at a Glance 2025*, nomeadamente estado de saúde, fatores de risco, acesso, qualidade, recursos e financiamento.

Portugal destaca-se positivamente na esperança de vida à nascença, com 82,5 anos em 2023, acima da média da OCDE, de 81,1 anos. Também na mortalidade evitável apresenta um desempenho

favorável, com 180 óbitos por 100 000 habitantes, abaixo da média da OCDE, de 222. Estes resultados indicam bom desempenho em indicadores de saúde e capacidade de resposta clínica quando os cidadãos acedem ao sistema.

Em contraste, a autoavaliação do estado de saúde é menos favorável. A percentagem da população com 15 ou mais anos que reporta a sua saúde como “má” ou “muito má” é de 12,1%, acima da média da OCDE, de 8,0%. Esta diferença sugere que a maior longevidade nem sempre se traduz numa perceção positiva da saúde vivida.

Nos fatores de risco, Portugal apresenta um consumo de álcool elevado, de 11,9 litros *per capita* na população com 15 ou mais anos, face a uma média da OCDE de 8,6 litros. A taxa de fumadores diários é de 14,2%, ligeiramente abaixo da média da OCDE (14,8%), e a obesidade autorreportada situa-se em 15,9%, abaixo da média da OCDE (19,0%), embora com tendência de crescimento.

No acesso aos cuidados, apenas 2,5% da população portuguesa reportou necessidades médicas não satisfeitas devido a custo, distância ou tempo de espera em 2023, valor inferior à média da OCDE (3,4%). Contudo, a despesa coberta por regimes públicos ou seguros obrigatórios representa apenas 61,5% da despesa total em saúde, abaixo da média da OCDE (75,1%). Isto significa que as famílias suportam uma proporção elevada dos custos de saúde através de pagamentos diretos ou seguros voluntários, o que pode contribuir para desigualdades e para menor satisfação com o sistema.

Na qualidade dos cuidados, Portugal apresenta uma taxa baixa de admissões hospitalares evitáveis por asma, DPOC, insuficiência cardíaca e diabetes: 236 admissões por 100 000 habitantes, face a uma média da OCDE de 473. Este resultado sugere um bom desempenho dos cuidados de saúde primários na gestão de doenças crónicas. Em contrapartida, o volume de antibióticos prescritos é de 18,0 doses diárias definidas por 1 000 habitantes, acima da média da OCDE (15,6), indicando margem de melhoria no uso racional de medicamentos.

Em matéria de financiamento, Portugal canaliza 10,2% do PIB para a saúde, acima da média da OCDE (9,3%). No entanto, em termos absolutos, a despesa per capita é de 5 212 *USD* PPC, abaixo da média da OCDE (5 967 *USD*), refletindo limitações associadas ao menor PIB per capita.

Relativamente aos recursos humanos, Portugal apresenta 5,8 médicos por 1 000 habitantes, acima da média da OCDE (3,9), embora a OCDE assinala que este valor inclui médicos licenciados e não apenas profissionais em exercício. Em contraste, o número de enfermeiros é de 7,6 por 1 000 habitantes, abaixo da média da OCDE (9,2), evidenciando um desequilíbrio na composição da força de trabalho em saúde.

Benchmarking

Para enquadrar o resultado de Portugal no indicador de satisfação com a disponibilidade de serviços de saúde (58%), importa comparar com os países melhor posicionados em 2024: Suíça (89%), Bélgica (86%) e Dinamarca (86%). Apesar de operarem com modelos de financiamento distintos, estes países apresentam níveis de satisfação superiores, associados a maior capacidade de resposta, proteção financeira e organização dos cuidados.

Na Suíça, o sistema assenta num seguro de saúde obrigatório com competição regulada entre seguradoras privadas (*managed competition*). O país apresenta uma elevada densidade de profissionais de enfermagem, com 18,8 enfermeiros por 1 000 habitantes, mais do dobro do valor português, o que contribui para maior capacidade de acompanhamento e resposta.

A Bélgica opera um sistema de seguro social de saúde, caracterizado por liberdade de escolha e mecanismos de proteção financeira. A despesa coberta por fundos públicos ou obrigatórios representa 73,6% da despesa total, acima dos 61,5% registados em Portugal, reduzindo a exposição direta das famílias a custos de saúde (*maximum billing*).

A Dinamarca constitui um modelo mais próximo do português, por assentar num Serviço Nacional de Saúde financiado por impostos (baseado no modelo Beveridgiano). A sua organização combina concentração dos cuidados agudos em unidades hospitalares altamente diferenciadas, maior integração dos cuidados crónicos e de reabilitação ao nível local e forte suporte digital.

Pontos Fortes de Portugal:

- Elevada esperança de vida (82,5 anos) e baixa mortalidade evitável, refletindo bons resultados em saúde face à média da OCDE;
- Taxa reduzida de admissões hospitalares evitáveis (236 por 100 000 habitantes), associada ao desempenho dos cuidados de saúde primários;
- Mortalidade pós-AVC abaixo da média da OCDE (7,1% vs. 7,7%), evidenciando capacidade de resposta em patologias tempo-dependentes, validando, nomeadamente, a organização da "Via Verde do AVC";
- Cobertura legal universal, garantindo o direito de acesso aos cuidados de saúde de todos os cidadãos.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Melhorar a satisfação da população com a disponibilidade de serviços de saúde, que se situa em 58%, abaixo da média da OCDE (64%), com a redução dos tempos de espera, melhoria das instalações, simplificação da burocracia e aposta na digitalização;
- Reforçar a proteção financeira das famílias, dado que a despesa pública ou obrigatória representa apenas 61,5% da despesa total em saúde;

- Corrigir o desequilíbrio da força de trabalho, em particular o baixo número de enfermeiros por habitante face à média da OCDE;
- Reforçar a prevenção, a reabilitação, a saúde mental e os cuidados continuados, reduzindo o desfasamento entre viver mais anos e viver com melhor saúde (*healthy ageing*).

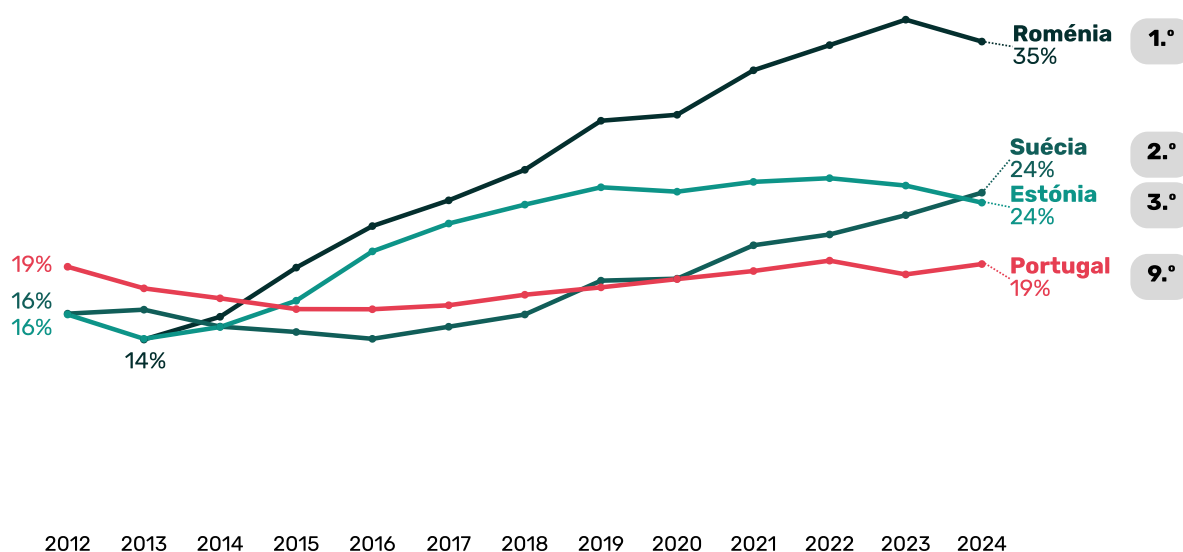
State of the Global Workplace

O *State of the Global Workplace 2025 (SGW)*, publicado pela *Gallup*, é um relatório internacional sobre o envolvimento dos trabalhadores, o bem-estar e a experiência no trabalho, baseado em inquéritos representativos realizados em mais de 140 países. O relatório analisa quatro dimensões principais: envolvimento dos trabalhadores (percentagem de trabalhadores envolvidos, não envolvidos e ativamente não envolvidos), avaliação da vida, emoções diárias (como *stress*, raiva, tristeza e solidão) e mercado de trabalho (incluindo intenção de mudar de emprego e perceções sobre o contexto laboral). Entre estes indicadores, o envolvimento dos trabalhadores constitui a principal medida do relatório, permitindo avaliar o grau de ligação psicológica dos trabalhadores ao seu trabalho, à equipa e à organização.

A edição de 2025 destaca a diminuição do envolvimento dos trabalhadores a nível global, num contexto marcado pela transformação do trabalho associada à Inteligência Artificial, identificando os gestores como o grupo onde a redução do envolvimento foi mais acentuada.

A metodologia do *SGW* assenta em inquéritos da *Gallup World Poll*, com amostras representativas de adultos em cada país. O envolvimento dos trabalhadores, por exemplo, é medido através de um inquérito sobre condições de trabalho, reconhecimento, desenvolvimento e propósito, que cada trabalhador classifica numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). As respostas são depois trabalhadas e classificadas numa escala de 0 a 100% em linha com cada dimensão avaliada. Os resultados são apresentados por país e por região, sendo as comparações internacionais efetuadas sobretudo entre países com contextos regionais semelhantes. No caso de Portugal, a análise é enquadrada no contexto europeu, sendo, no presente estudo, privilegiada a comparação com os países da União Europeia (UE27).

Enquanto instrumento de análise do capital humano, o relatório fornece informação relevante para a definição de políticas públicas e organizacionais nas áreas do trabalho, saúde, educação e desenvolvimento de competências. No âmbito da presente análise, será utilizado o indicador Envolvimento dos Trabalhadores, por constituir a principal medida do relatório e sintetizar o grau de compromisso e envolvimento dos trabalhadores com a sua atividade profissional e com a organização.

Figura 26 – State of the Global Workplace – Envolvimento dos trabalhadores (2012 - 2024)

Fonte: Gallup Database - State of the Global Workplace 2025 – Dados disponíveis em: [Global Indicator: Employee Engagement - Gallup](#)

No *SGW* 2025, com valores referentes a 2024, Portugal é analisado em oito dimensões: envolvimento dos trabalhadores (19%), avaliação da qualidade de vida (38%), *stress* diário (43%), raiva (8%), tristeza (23%), solidão (10%), clima de trabalho (60%) e intenção de procurar novo emprego (36%).

Lidas em conjunto, estas dimensões revelam um padrão contrastante. Portugal apresenta um nível de envolvimento acima da média europeia e uma perceção relativamente favorável das oportunidades no mercado de trabalho, mas combina estes sinais positivos com uma avaliação da vida inferior à média, níveis elevados de *stress* e tristeza e uma intenção de saída superior ao referencial regional. Este conjunto de resultados sugere um contexto em que existe envolvimento com o trabalho e confiança nas oportunidades externas, mas também uma experiência emocional exigente, que pode contribuir para uma proporção relevante de trabalhadores considerarem mudar de emprego.

No indicador “envolvimento dos trabalhadores”, Portugal regista 19% de trabalhadores envolvidos, ocupando a 9.ª posição entre os países da UE27²² (e 14.ª considerando o conjunto dos 38 países europeus analisados).

²² A análise comparativa do indicador “envolvimento dos trabalhadores” foi centrada nos países da UE27 por permitir uma comparação mais consistente com Portugal, por reunir países sujeitos a enquadramentos institucionais, laborais e regulatórios mais próximos. Embora o relatório incluía *rankings* europeus e globais mais amplos, os países líderes nesses universos – como Albânia e Kosovo no contexto europeu, ou Uzbequistão, Senegal e Mongólia a nível mundial – apresentam contextos económicos e sociais menos comparáveis, limitando a utilidade do *benchmarking* para efeitos de política pública e análise do mercado de trabalho português.

Análise Integrada

No panorama global, o envolvimento dos trabalhadores desceu para 21%, face a 23% no ano anterior, após a recuperação observada no período pós-pandemia. O relatório estima um impacto de 438 mil milhões de dólares em produtividade perdida. A principal causa identificada prende-se com a descida do envolvimento dos gestores, pressionados entre novas expectativas dos trabalhadores – como flexibilidade, propósito e desenvolvimento – e exigências das organizações. O relatório assinala ainda que metade dos trabalhadores a nível mundial está a procurar ou a acompanhar oportunidades de emprego.

A Europa apresenta o nível mais baixo de envolvimento dos trabalhadores (13%), mas combina esse resultado com uma avaliação da vida relativamente elevada (47%) e com os valores mais baixos de solidão (12%) e raiva (14%).

Em Portugal, o *SGW* aponta para um retrato marcado por contrastes. A taxa de envolvimento de 19% indica que cerca de um em cada cinco trabalhadores se encontra envolvido com o seu trabalho e com a organização. Este resultado convive, porém, com uma avaliação da vida menos favorável, uma vez que apenas 38% dos trabalhadores se consideram a prosperar na sua vida atual.

Os dados sugerem que Portugal apresenta uma força de trabalho relativamente envolvida no contexto europeu, mas exposta a um ambiente emocional exigente e a uma perceção favorável de alternativas profissionais, o que ajuda a explicar a intenção de saída registada.

Benchmarking

Numa análise mais focada no indicador de envolvimento dos trabalhadores, Portugal situa-se numa posição intermédia, acima da média europeia, mas ainda distante dos países com níveis mais elevados de trabalhadores envolvidos.

A nível global, o relatório identifica como líderes o Uzbequistão, com 45% de trabalhadores envolvidos, o Senegal, com 43%, e a Mongólia, com 41%, bem como várias economias da América Latina e Caraíbas, como Costa Rica, Panamá e El Salvador, todas com 36%. Estes valores contrastam com os 21% a nível mundial e os 13% da Europa, evidenciando que níveis elevados de envolvimento surgem em contextos económicos e institucionais muito diferentes.

No contexto da UE27, Portugal ocupa a 9.ª posição, com 19% de trabalhadores envolvidos. Os países líderes são a Roménia (35%), a Suécia (24%) e a Estónia (24%). Portugal encontra-se, assim, acima da média europeia, mas ainda distante dos melhores desempenhos dentro da União Europeia, em particular da Roménia, cujo nível de envolvimento é quase o dobro do português.

Embora o relatório não apresente explicações específicas por país, identifica de forma consistente que níveis elevados de envolvimento estão associados à qualidade da gestão de proximidade, clareza de expectativas, reconhecimento, sentido de propósito e oportunidades de

desenvolvimento profissional. Este enquadramento ajuda a interpretar os resultados dos países líderes sem assumir causalidades não demonstradas pelo relatório.

No caso da Roménia, o elevado nível de envolvimento coexistente com um contexto económico menos desenvolvido sugere que o indicador não depende exclusivamente do rendimento ou da sofisticação económica, podendo refletir fatores organizacionais, culturais e expectativas de progressão profissional.

A Suécia apresenta um perfil distinto, combinando 24% de trabalhadores envolvidos com níveis elevados de bem-estar subjetivo e confiança social. O resultado é coerente com um contexto laboral marcado por autonomia, equilíbrio entre vida profissional e pessoal e relações laborais cooperativas.

A Estónia, também com 24%, destaca-se no contexto europeu pela digitalização da economia e dos serviços públicos. Embora o relatório não desenvolva uma análise específica sobre o país, este contexto pode favorecer perceções de eficácia, autonomia e adaptação às transformações do mercado de trabalho.

Comparativamente, Portugal apresenta um perfil intermédio. O envolvimento dos trabalhadores (19%) é superior ao de economias como Alemanha (12%), França (8%), Espanha (9%) ou Itália (10%), mas surge acompanhado por níveis elevados de *stress* e tristeza diária. Esta combinação sugere que o desafio português não está apenas em reforçar a ligação ao trabalho, mas também em melhorar a qualidade da experiência laboral, a saúde mental e as condições de vida que influenciam a avaliação global da vida.

Pontos Fortes de Portugal:

- Nível de envolvimento acima da média europeia (19% vs. 13%), indicando uma proporção relevante de trabalhadores envolvidos;
- Perceção relativamente positiva do mercado de trabalho, traduzindo confiança nas alternativas profissionais;
- Baixa prevalência de raiva e solidão face à média europeia, sugerindo que os contextos de trabalho não são, de forma generalizada, marcados por hostilidade ou isolamento social.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Avaliação da vida abaixo da média europeia, sugerindo uma menor proporção de trabalhadores a prosperar no seu contexto de vida atual;
- Níveis elevados de *stress* e tristeza, com Portugal a situar-se no grupo de países europeus com maior carga emocional negativa, com implicações para a saúde mental e a sustentabilidade do desempenho;

- Intenção de saída elevada (36%), aumentando os desafios de rotatividade e de retenção de talento.

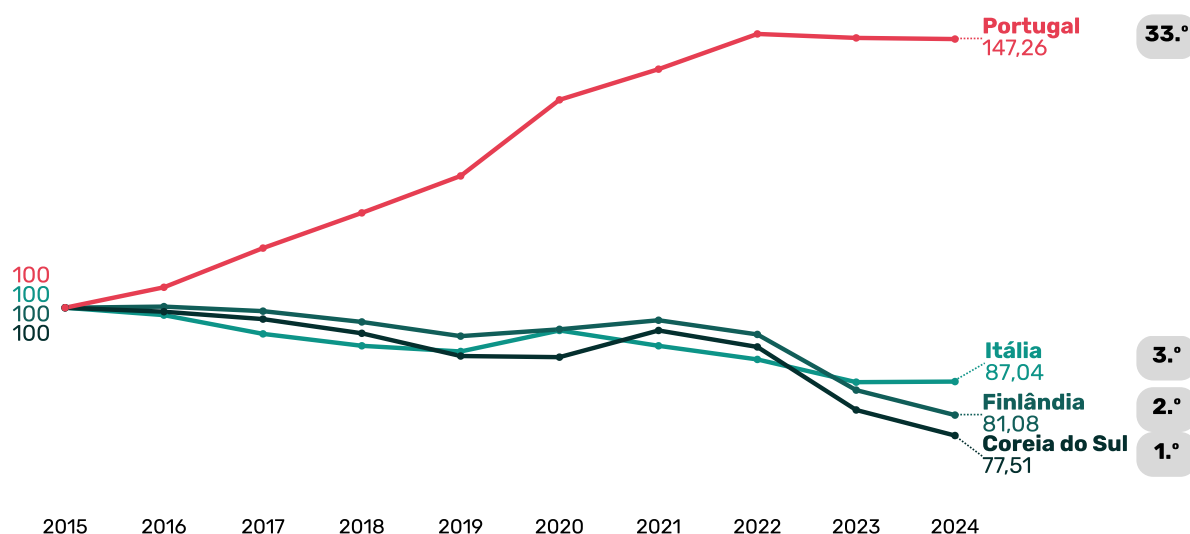
OECD Affordable Housing

A análise dos indicadores de preços da habitação (*Housing Prices*), compilados pela OCDE, assume particular relevância num contexto em que a acessibilidade à habitação constitui um dos principais desafios económicos e sociais das economias desenvolvidas. Para além da sua função enquanto bem essencial, a habitação influencia a mobilidade da população, o acesso ao emprego, a distribuição de riqueza, a estabilidade financeira e a qualidade de vida das famílias.

Entre os principais indicadores disponibilizados pela OCDE destacam-se o *house-price-to-income ratio* (relação entre o preço da habitação e o rendimento das famílias) e o *house-price-to-rent ratio* (relação entre o preço da habitação e o valor das rendas), amplamente utilizados para acompanhar a evolução da acessibilidade à habitação e identificar potenciais desequilíbrios nos mercados imobiliários.

No caso de Portugal, estes indicadores assumem especial relevância, refletindo a forte valorização do mercado habitacional registada na última década. A evolução dos preços da habitação tem sido influenciada por múltiplos fatores, entre os quais o crescimento da procura, a limitação da oferta de novas habitações, a evolução das condições de financiamento, o investimento estrangeiro e o dinamismo do setor do turismo, contribuindo para um agravamento das dificuldades de acesso à habitação, em particular para os agregados familiares mais jovens e de menores rendimentos.

No âmbito da presente análise será utilizado o indicador *house-price-to-income ratio*, por constituir uma das medidas internacionais mais utilizadas para avaliar a acessibilidade económica da habitação, permitindo comparar a evolução da relação entre os preços da habitação e o rendimento disponível das famílias entre os diferentes países da OCDE.

Figura 27 – House-Price-to-Income Ratio Index (2015-2024) ²³²⁴

Fonte: OCDE *Housing prices* – Dados disponíveis em: [OECD Data Explorer](https://data.oecd.org/)

O indicador *house-price-to-income ratio* constitui uma medida de acessibilidade (*affordability*), avaliando a relação entre a evolução dos preços da habitação e a evolução do rendimento das famílias. Quanto mais elevado o seu valor, maior é o desfasamento entre o crescimento dos preços da habitação e o crescimento dos rendimentos. A trajetória deste indicador em Portugal, entre 2015 e 2024, evidencia duas fases: um período de forte deterioração da acessibilidade, seguido de sinais de estabilização nos anos mais recentes. Em sentido inverso, alguns dos países da OCDE com melhor desempenho neste indicador, como a Coreia do Sul, a Finlândia e a Itália, registaram uma trajetória predominantemente descendente no mesmo período, refletindo uma melhoria da acessibilidade à compra de habitação.

Apesar de uma aparente estabilização, entre 2022 e 2024, Portugal consolidou-se como um dos países da OCDE onde a acessibilidade à habitação mais se deteriorou, mantendo o indicador em níveis historicamente elevados²⁵, apesar da subida das taxas de juro pelo Banco Central Europeu.

Estruturalmente, a evolução do indicador em Portugal sugere a existência de um mercado habitacional caracterizado por uma oferta pouco elástica, reduzida capacidade de resposta de nova construção e forte pressão da procura nos principais centros urbanos. Estes fatores contribuíram para um desfasamento persistente entre a evolução dos preços da habitação e o rendimento disponível das famílias.

²³ Considerando as características do índice, quanto menor o valor maior será a acessibilidade económica da habitação, pelo que, o *ranking* dos países é organizado tendo isso em consideração.

²⁴ Por se tratar de um índice com base 2015=100, os valores permitem comparar a evolução da acessibilidade dentro de cada país, mas não determinar diretamente em qual deles a habitação é, em termos absolutos, mais acessível.

²⁵ Em 2024, Portugal ocupou a 33.ª posição, correspondente ao valor mais elevado do indicador entre os 33 países da OCDE para os quais existiam dados disponíveis nesse ano.

Análise Integrada

A evolução observada em Portugal evidencia uma alteração significativa na dinâmica do mercado habitacional a partir da segunda metade da década de 2010. O crescimento da procura, a internacionalização do mercado residencial, o investimento estrangeiro, o dinamismo do turismo e um prolongado período de taxas de juro historicamente reduzidas contribuíram para uma valorização muito expressiva dos preços da habitação.

Contrariamente às expectativas iniciais de desaceleração durante a pandemia da COVID-19, o mercado habitacional português manteve uma trajetória de forte valorização. Em 2020, enquanto a atividade económica registava uma contração, os preços da habitação continuaram a aumentar, refletindo a persistência da procura e a limitada capacidade de resposta da oferta. O desenvolvimento do teletrabalho, a procura por habitações com novas características e as medidas públicas de apoio às famílias e à economia contribuíram igualmente para esta evolução.

Ao contrário do observado em diversos países europeus após a subida das taxas de juro em 2022, Portugal registou apenas uma estabilização parcial do indicador, permanecendo próximo do máximo histórico alcançado nesse ano.

Para uma leitura mais abrangente da evolução do mercado habitacional importa analisar, em conjunto, outros indicadores disponibilizados pela OCDE.

O índice de preços reais da habitação, que elimina o efeito da inflação geral e é o indicador mais fidedigno da valorização patrimonial líquida dos imóveis, passou de 100 em 2015 para 179,97 em 2024, evidenciando uma valorização real muito significativa. Enquanto vários países registaram correções reais dos preços nos últimos anos, Portugal manteve uma trajetória de crescimento.

Também o índice de preços nominais da habitação, que reflete o valor efetivamente pago nas transações, revela uma valorização expressiva, aumentando de 100 para 224,4 entre 2015 e 2024, o que significa que o preço médio das habitações mais do que duplicou no período analisado.

Por sua vez, o mercado de arrendamento apresentou uma evolução menos acentuada. O índice de rendas aumentou de 100 para 129,5 entre 2015 e 2024, evidenciando um crescimento consistente, mas inferior ao observado nos preços de venda da habitação.

Benchmarking

Em contraste com o cenário de Portugal, alguns países da OCDE mantêm níveis de acessibilidade relativamente mais equilibrados.

As comparações com a Coreia do Sul, a Finlândia e a Itália evidenciam trajetórias claramente distintas. Partindo todos de uma base de 100 em 2015, Portugal registou um aumento do *house-price-to-income ratio*, atingindo 147,3 em 2024. Isto significa que, face a 2015, os preços da habitação cresceram cerca de 47% mais do que os rendimentos das famílias, traduzindo uma deterioração significativa da acessibilidade à compra de habitação.

Em sentido inverso, a Coreia do Sul apresenta a descida mais acentuada do grupo, com o índice a recuar para 77,5 em 2024, cerca de 22,5% abaixo do nível de 2015. Embora tenha registado uma recuperação temporária em 2021, a redução intensificou-se a partir de 2022, indicando uma evolução mais favorável da relação entre preços e rendimentos. Parte desta evolução decorre de um contexto de taxas de juro mais elevadas, aumento dos encargos com a dívida das famílias e elevado endividamento. A melhoria do indicador resultou sobretudo da redução dos preços relativamente ao rendimento, e não necessariamente de um crescimento mais forte dos rendimentos.

A Finlândia manteve o indicador relativamente próximo da base até 2021, mas registou uma correção expressiva nos anos seguintes, descendo de 95,3 em 2022 para 81,1 em 2024, num contexto de subida das taxas de juro. A elevada proporção de empréstimos à habitação com taxa variável tornou as famílias finlandesas particularmente expostas às decisões de política monetária do BCE. A OCDE indica que os preços nominais da habitação diminuíram 11,2% face ao pico de meados de 2022, enquanto o investimento residencial caiu de forma acentuada. A redução da procura, a contração económica e a recuperação dos salários reais em 2023 contribuíram, em conjunto, para a diminuição do rácio entre preços e rendimento.

A Itália apresenta uma evolução mais gradual, explicada sobretudo pelo crescimento moderado dos preços da habitação. A OCDE assinala que o país registou aumentos reais reduzidos e, em vários períodos, quedas dos preços. O indicador manteve uma tendência predominantemente descendente ao longo do período, atingindo 87,0 em 2024, cerca de 13% abaixo do valor de 2015. Apesar de algumas oscilações, nomeadamente em 2020, a relação entre preços da habitação e rendimentos evoluiu de forma mais favorável do que em Portugal, sobretudo devido à combinação entre aumentos moderados dos preços e crescimento do rendimento real das famílias.

Em síntese, Portugal distingue-se por uma deterioração persistente e de grande magnitude, seguida de uma estabilização em níveis elevados desde 2022. Nos restantes países, o indicador apresenta uma trajetória descendente, particularmente acentuada na Coreia do Sul e na Finlândia, enquanto a Itália regista uma melhoria mais gradual. Esta evolução teve, contudo, origens distintas. Na Coreia do Sul, esteve associada à correção dos preços e ao elevado endividamento. No caso da Finlândia, à subida das taxas de juro e à contração do mercado. Em Itália, à valorização historicamente moderada da habitação.

Importa sublinhar que a descida nos valores deste índice traduz uma melhoria relativa da relação entre preços e rendimentos, mas não significa necessariamente que a habitação seja acessível para todos os grupos sociais ou em todas as regiões.

Pontos Fortes de Portugal:

- Elevada atratividade do mercado habitacional português junto de investidores nacionais e internacionais;

- Reabilitação e valorização do parque habitacional, impulsionadas pelo forte investimento realizado na última década, em particular nos principais centros urbanos;
- Valorização do património imobiliário das famílias, com efeitos positivos sobre a riqueza patrimonial e as garantias associadas ao crédito hipotecário.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Reforçar a oferta habitacional, em particular através da promoção de nova construção;
- Reduzir o rácio *house-price-to-income*, promovendo uma maior oferta de habitação acessível e aumentando a capacidade de resposta do setor da construção;
- Desenvolver um parque público e cooperativo de habitação para arrendamento e aquisição, contribuindo para melhorar a acessibilidade e atenuar a pressão sobre os preços do mercado.

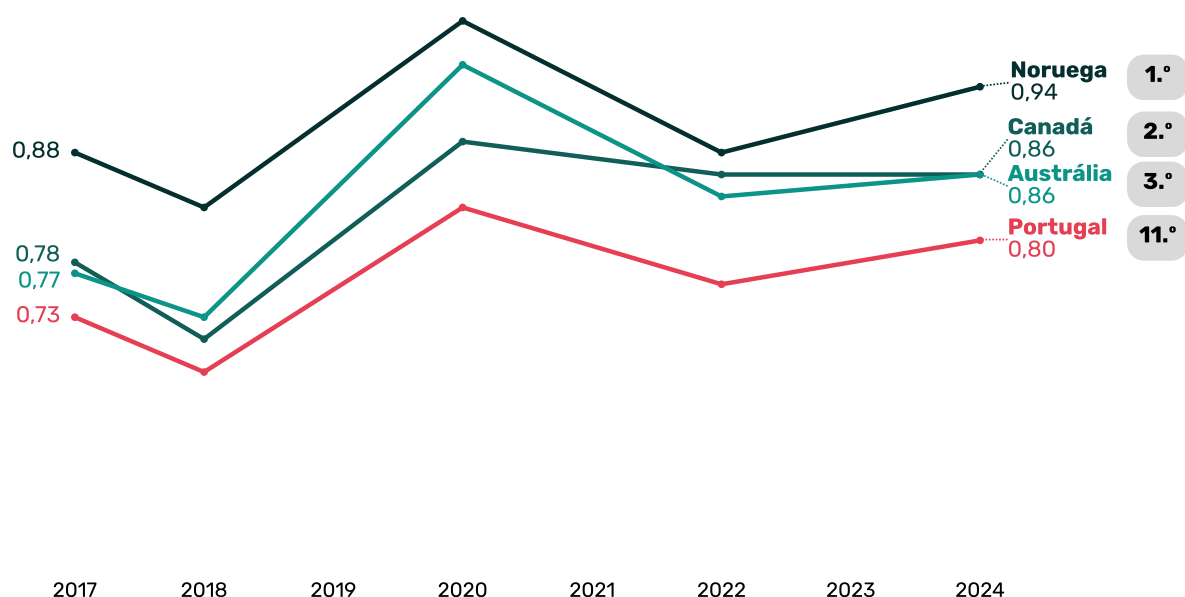
Commitment to Reducing Inequality

O *Commitment to Reducing Inequality* (CRI), desenvolvido pela *Development Finance International* (DFI) e pela *Oxfam*, avalia em que medida os governos adotam políticas públicas orientadas para a redução da desigualdade económica e social.

Ao contrário de indicadores tradicionais, como o coeficiente de Gini, que medem a desigualdade enquanto resultado, o CRI centra-se na ação governamental e nas políticas que podem contribuir para a sua redução. Uma premissa central do índice é que a desigualdade extrema não é inevitável, resultando também de escolhas políticas. Num contexto marcado por choques climáticos, pandémicos, inflacionistas e geopolíticos, o CRI funciona como um instrumento de monitorização das respostas públicas em matéria de coesão social. A edição de 2024 surge num cenário de forte agravamento da desigualdade global.

O índice avalia 164 países através de três pilares considerados fundamentais para reduzir desigualdades: Serviços Públicos – educação, saúde e proteção social –, Tributação Progressiva e Direitos Laborais e Salários. A metodologia foi auditada estatisticamente pelo *Joint Research Centre* (JRC) da Comissão Europeia.

Para Portugal, o CRI permite enquadrar, em perspetiva comparada, a robustez do modelo social e a eficácia das políticas públicas de redução da desigualdade. Enquanto economia europeia de dimensão intermédia, com níveis de desigualdade historicamente superiores aos de vários países da União Europeia, Portugal apresenta no CRI um indicador útil para avaliar a resiliência do Estado Social, a qualidade das políticas redistributivas e as fragilidades persistentes, em particular no domínio da eficiência e progressividade do sistema fiscal. O seu desempenho pode ainda ser lido como um contributo para avaliar a convergência com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Figura 28 – Commitment to Reducing Inequality Index (2017-2024)

Fonte: *The Commitment to Reducing Inequality (CRI) Index*²⁶ – Dados disponíveis em: [Inequality index](https://inequalityindex.org/)

Entre 2017 e 2024, Portugal apresenta uma trajetória de consolidação do seu modelo de proteção social e laboral, em contraciclo com a maioria dos países analisados. A comparação entre a edição de 2017 e a edição de 2024 revela uma evolução positiva do posicionamento relativo do país.

Na edição de 2017, Portugal ocupava a 19.ª posição no *ranking* global, entre 152 países, num período ainda marcado pelos efeitos do ajustamento financeiro. Este posicionamento colocava o país no quartil superior de desempenho, embora revelasse diferenças relevantes entre os vários instrumentos de política pública.

Em 2024, Portugal ocupa a 11.ª posição global, entre 164 países. Esta evolução ocorre num contexto internacional em que 9 em cada 10 países regrediram em pelo menos um dos pilares do índice, reduzindo, portanto, a coesão social e económica. Neste cenário, a subida de Portugal no *ranking* representa uma melhoria comparativa relevante, aproximando o país do *top 10* global, dominado por economias nórdicas e da Europa Central.

Análise Integrada

A posição de Portugal no 11.º lugar global do *CRI* 2024 assenta em resultados diferenciados nos três pilares do índice: Serviços Públicos, Progressividade Fiscal e Direitos Laborais e Salários.

²⁶ O *CRI* a partir de 2018 passou a ser produzido a cada dois anos (valores para 2019, 2021 e 2023 não existem). Os dados relativos a 2020 são normalizados, devido a serem os únicos disponíveis, o que significa que os valores do índice foram normalizados para que o país que ocupa a 1ª posição tenha um índice de 1,00, o valor máximo possível de atingir.

No pilar dos Serviços Públicos, que avalia a despesa, a cobertura dos serviços e o seu impacto distributivo, Portugal ocupa o 19.º lugar. Este resultado reflete um esforço público relevante em áreas como saúde, educação e proteção social. O país beneficia de níveis elevados de cobertura, nomeadamente na saúde e na educação secundária, e de uma cobertura de pensões significativa. O relatório destaca ainda que os serviços públicos em Portugal têm um efeito redistributivo relevante, contribuindo para reduzir a desigualdade.

Entre os três pilares, a Progressividade Fiscal é aquele em que Portugal apresenta o desempenho menos favorável, ocupando o 41.º lugar, abaixo da sua classificação geral. Apesar de o país apresentar taxas marginais elevadas no IRS e no IRC, o sistema fiscal continua a depender de forma significativa de impostos indiretos, em particular do IVA, que o relatório considera menos progressivos por poderem afetar proporcionalmente mais os agregados de menores rendimentos.

Portugal figura entre os países com taxas marginais superiores de IRS, com uma taxa de topo de 52%, comparável à Finlândia e superior à Suécia. Também a taxa nominal de IRC, de 31,5%, se situa acima da média global indicada no relatório. Contudo, o peso relativo da tributação sobre o consumo face à tributação sobre capital e riqueza limita a progressividade global do sistema.

O indicador de produtividade fiscal mede a eficácia da cobrança, comparando o que deveria ser cobrado de acordo com a lei com a receita efetivamente obtida. A classificação de Portugal sugere margem de melhoria na eficiência da cobrança, potencialmente associada a evasão fiscal, elisão fiscal e benefícios fiscais que reduzem a base tributável. O relatório assinala ainda que, a nível global, os ganhos de produtividade fiscal têm sido obtidos sobretudo através de maior cobrança de IVA.

No pilar dos Direitos Laborais e Salários, Portugal apresenta um desempenho favorável, ocupando o 25.º lugar. Num contexto global em que os direitos laborais regrediram em 41% dos países entre 2022 e 2024, Portugal manteve uma posição relativamente sólida. O relatório compara o salário mínimo com o PIB *per capita* para avaliar a sua generosidade relativa e assinala que Portugal manteve uma política de valorização do Salário Mínimo Nacional, ao contrário de muitos países onde este indicador estagnou ou diminuiu.

No domínio da igualdade no trabalho, Portugal pontua positivamente na existência de legislação sobre igualdade salarial, não discriminação e licenças parentais. Ainda assim, embora disponha de um sistema de licença parental desenvolvido, permanece abaixo dos países nórdicos, como a Suécia ou a Islândia, em termos de duração da licença e incentivos à partilha equilibrada entre progenitores.

Benchmarking

A análise dos líderes globais do *CRI* 2024 — Noruega, Canadá e Austrália — permite identificar diferentes combinações de políticas públicas associadas a melhores desempenhos na redução da desigualdade.

A Noruega ocupa o 1.º lugar global, destacando-se sobretudo no pilar fiscal, onde também ocupa a primeira posição, e no pilar laboral, onde surge em 2.º lugar. O seu desempenho não decorre apenas do nível de despesa pública, uma vez que no pilar dos Serviços Públicos ocupa o 17.º lugar, próximo de Portugal (19º). A principal diferença reside na elevada eficiência fiscal: a Noruega apresenta uma produtividade fiscal de 98,6%, uma das mais elevadas do índice, refletindo uma forte capacidade de cobrança e menor erosão da base tributária.

O Canadá, 2.º classificado, apresenta uma melhoria transversal nos três pilares, 6.º lugar em Serviços Públicos, 10.º em Fiscalidade e 18.º em Trabalho. O relatório associa esta evolução ao reforço da proteção social e da cobertura de saúde pública, incluindo novos compromissos nas áreas dos cuidados dentários e farmacêuticos.

A Austrália apresenta um perfil distinto, com forte desempenho na Fiscalidade (2.º lugar) e nos Serviços Públicos (18.º lugar), mas resultado menos favorável no pilar laboral (36.º lugar). O seu modelo destaca-se pela capacidade redistributiva do sistema fiscal e de transferências, compensando parcialmente um desempenho laboral menos forte

O *benchmarking* do *CRI 2024* mostra que os países líderes combinam diferentes modelos de redução da desigualdade. A Noruega destaca-se pela elevada eficiência fiscal e capacidade de cobrança, o Canadá pelo reforço dos serviços públicos e da proteção social, e a Austrália pela forte capacidade redistributiva do sistema fiscal e de transferências. Para Portugal, a comparação evidencia que o país apresenta uma base sólida em serviços públicos e direitos laborais, mas continua a ter margem de melhoria na eficiência e progressividade fiscal, que constitui o principal fator diferenciador face aos países mais bem posicionados.

Pontos Fortes de Portugal:

- Desempenho favorável no pilar dos Serviços Públicos, com o 19.º lugar global, refletindo cobertura alargada em saúde, educação e proteção social;
- Posição relativamente positiva no pilar dos Direitos Laborais e Salários, com o 25.º lugar, superando países como a Austrália, EUA e Reino Unido, apoiada pela valorização do salário mínimo e pela proteção dos direitos dos trabalhadores;
- Evolução positiva no *ranking* global, passando do 19.º lugar em 2017 para o 11.º lugar em 2024, num contexto internacional de regressão em vários países, sugerindo um consenso nacional sobre a importância de combater a desigualdade.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Reforçar a eficiência e progressividade fiscal, reduzindo a dependência relativa de impostos indiretos e melhorando a eficácia da cobrança;

- Melhorar a qualidade e eficácia da despesa pública, assegurando maior impacto redistributivo;
- Reduzir a segmentação do mercado de trabalho e reforçar políticas de trabalho digno;
- Aprofundar medidas de conciliação e igualdade de género, incluindo incentivos à partilha equilibrada das licenças parentais.



Outros

Human Development Report

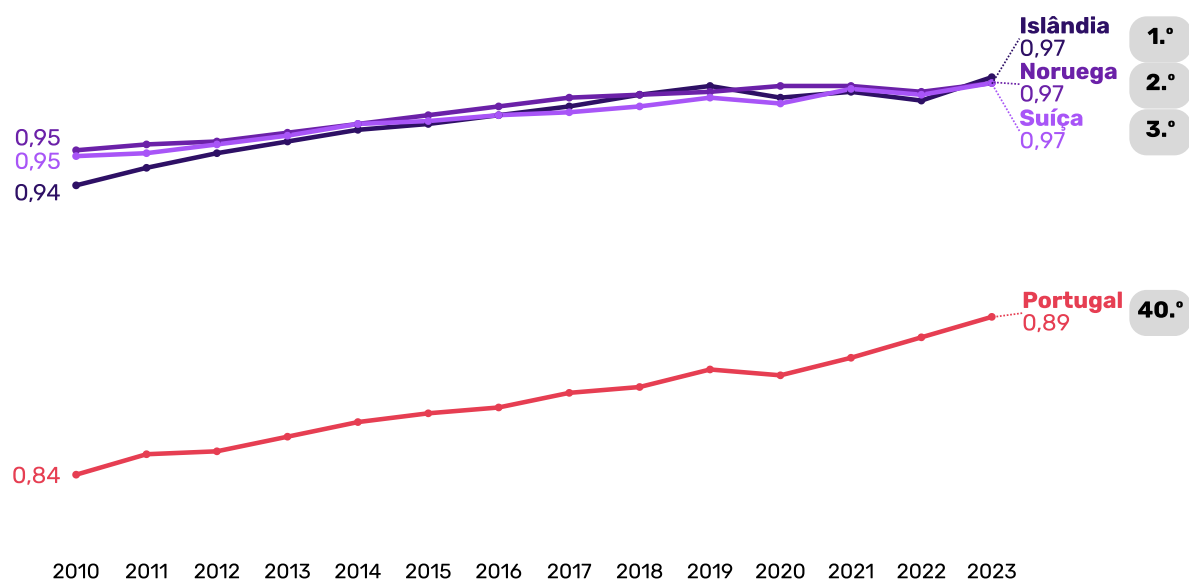
O *Human Development Report 2025* (HDR), publicado pelo *United Nations Development Programme* (UNDP), mede, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o nível médio de desenvolvimento humano alcançado em cada país, oferecendo uma leitura multidimensional do progresso. O índice assenta em três dimensões fundamentais: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; o acesso ao conhecimento, avaliado pelos anos médios de escolaridade da população adulta e pelos anos de escolaridade esperados para as crianças em idade escolar; e um padrão de vida digno, medido pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita em paridades de poder de compra.

O relatório abrange atualmente 193 países e constitui uma referência internacional por avaliar não apenas a produção económica, mas também as oportunidades reais das pessoas para viverem com saúde, aprenderem e participarem na sociedade.

A edição de 2025 surge num contexto marcado por duas tendências relevantes. Por um lado, observa-se uma estagnação do desenvolvimento humano a nível global, associada a crises acumuladas, incluindo conflitos geopolíticos, choques climáticos e efeitos persistentes da pandemia. Por outro lado, a rápida disseminação da Inteligência Artificial pode transformar dimensões centrais do desenvolvimento, como a produtividade, a educação e a saúde.

Neste contexto, o IDH permite avaliar a capacidade dos países para absorver choques e beneficiar de novas tecnologias. O relatório sublinha que o impacto da Inteligência Artificial no desenvolvimento humano não depende apenas da tecnologia, mas também das escolhas sociais e políticas que orientam a sua adoção.

No caso de Portugal, o relatório evidencia uma assimetria estrutural do desenvolvimento nacional: por um lado, um sistema de saúde e proteção social que contribui para uma esperança de vida elevada; por outro, um défice histórico de qualificações na população adulta. Num país envelhecido e com níveis diferenciados de literacia digital, a transição tecnológica e a Inteligência Artificial podem agravar desigualdades existentes se não forem acompanhadas por políticas de qualificação, inclusão digital e adaptação ao mercado de trabalho.

Figura 29 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2010-2023)

Fonte: ONU – Dados disponíveis em: [HDR data center](https://hdr.datacenter.org/)

A evolução de Portugal no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 2010 e 2023 abrange dois períodos de elevada instabilidade internacional, a crise da dívida soberana e a pandemia da COVID-19. Apesar destes contextos adversos, o país registou uma taxa média anual de crescimento do IDH de 0,48%, idêntica à observada na década anterior, evidenciando uma evolução sustentada do desenvolvimento humano.

Destaca-se, em particular, o comportamento durante a pandemia. Enquanto vários países, incluindo economias avançadas, registaram recuos no IDH em 2020 e 2021, associados ao aumento da mortalidade e às perturbações nos sistemas educativos, Portugal conseguiu manter uma trajetória de estabilidade e recuperação, alcançando em 2023 o valor mais elevado de sempre (0,890).

Para além da evolução do índice, importa considerar o posicionamento relativo do país. Entre 2015 e 2023, Portugal subiu duas posições no *ranking* mundial do IDH, evidenciando uma evolução comparativamente mais favorável do que a de vários países e uma capacidade de preservar os principais indicadores de desenvolvimento humano durante um período marcado por sucessivas crises.

Análise Integrada

Com um IDH de 0,890, Portugal ocupa a 40.ª posição no *ranking* mundial em 2023, empatado com a Lituânia. Este posicionamento coloca o país no grupo de “Muito Alto Desenvolvimento Humano”. No entanto, a desagregação do índice nas suas três componentes – Saúde, Educação e Padrão de Vida – revela um perfil assimétrico, marcado por bons resultados em saúde, evolução positiva nas

novas gerações em matéria de educação, mas fragilidades persistentes na escolaridade da população adulta e no nível de rendimento. Complementarmente, o relatório recorre ao Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHD), permitindo avaliar o impacto da distribuição dos resultados nestas três dimensões.

A dimensão da Saúde continua a ser a mais robusta do desenvolvimento humano em Portugal. Com uma esperança de vida à nascença de 82,4 anos, o país supera a média dos países de “Muito Alto Desenvolvimento Humano” (80,0 anos) e a média da OCDE (80,6 anos). Este resultado reflete o desempenho do sistema de saúde e de fatores sociais associados à longevidade. O relatório de 2025 dedica atenção à relação entre envelhecimento e tecnologia, sublinhando o potencial da Inteligência Artificial na saúde, nomeadamente nos cuidados geriátricos e na gestão de doenças crónicas. Para Portugal, com uma população envelhecida, a integração destas tecnologias poderá ser relevante para melhorar a qualidade dos anos de vida adicionais, em particular através de diagnóstico precoce, acompanhamento clínico e apoio domiciliário.

Na dimensão da Educação, Portugal apresenta 17,5 anos de escolaridade esperados, acima da média da OCDE (16,5 anos). Em contraste, a média de escolaridade da população adulta, com 25 anos ou mais, é de 9,7 anos, abaixo da média da OCDE (12,3 anos). Esta diferença revela uma melhoria significativa nas gerações mais jovens, mas também a persistência de um défice histórico de qualificações na população adulta.

Quanto ao Padrão de Vida, a componente económica é a que mais limita o posicionamento de Portugal. O RNB per capita de 41 064 USD coloca o país na 43.^a posição em nível de riqueza, três posições abaixo do *ranking* de IDH. Esta diferença sugere que Portugal apresenta alguma capacidade de converter rendimento em desenvolvimento humano, embora continue distante dos países com maior rendimento per capita.

Em relação à Desigualdade, o IDHD permite observar a forma como o desenvolvimento humano se distribui pela população. Portugal regista uma perda de 10,7% do valor do IDH devido à desigualdade, situando-se num patamar intermédio. Uma parte relevante desta perda está associada à desigualdade no rendimento: o coeficiente de Gini é de 34,6, os 10% mais ricos detêm 27,5% do rendimento nacional e os 40% mais pobres concentram 19,6%, indicando uma distribuição desigual dos ganhos económicos.

Benchmarking

A comparação com os três países que lideram o *ranking* do IDH em 2023, Islândia, Noruega e Suíça, oferece referências relevantes para a análise do posicionamento português.

A Islândia ocupa o topo do *ranking* mundial e apresenta uma perda de apenas 5,0% quando o IDH é ajustado à desigualdade, menos de metade da perda registada por Portugal (10,7%). Este resultado evidencia a importância da coesão social e da menor desigualdade na consolidação do desenvolvimento humano. Para Portugal, a comparação mostra que a redução da desigualdade de rendimento continua a ser uma dimensão relevante para melhorar o desempenho ajustado do IDH.

A Noruega apresenta um RNB per capita de 112 710 USD, quase três vezes superior ao português. Embora uma parte deste diferencial esteja associada à estrutura económica e aos recursos naturais do país, a Noruega destaca-se também pela escolaridade média da população adulta, de 13,1 anos, superior à de Portugal. A comparação evidencia a importância da qualificação da população adulta e da aprendizagem ao longo da vida para sustentar níveis elevados de desenvolvimento humano.

A Suíça partilha com Portugal níveis elevados de esperança de vida, mas distingue-se no rendimento e na escolaridade média. Embora apresente menos anos de escolaridade esperados (16,7) do que Portugal (17,5), regista uma média de escolaridade adulta muito superior (13,9 anos) e um RNB per capita de 81 949 USD, aproximadamente o dobro do português. Esta comparação sugere que a qualidade, a continuidade e a ligação da formação à estrutura económica são fatores relevantes para transformar capital humano em rendimento e desenvolvimento.

Pontos Fortes de Portugal:

- Elevado desempenho na saúde, com uma esperança de vida de 82,4 anos, superior à média da OCDE e de países que apresentam maiores níveis de rendimentos;
- Progresso educativo nas novas gerações, refletido nos 17,5 anos de escolaridade esperados, acima da média da OCDE;
- Capacidade de alcançar um *ranking* de IDH superior ao *ranking* de RNB *per capita*, sugerindo alguma eficiência na conversão de rendimento em desenvolvimento humano;
- Evolução positiva no *ranking* global entre 2015 e 2023, num período marcado por contextos internacionais desafiantes.

Áreas de Melhoria de Portugal:

- Défice no *stock* de capital humano, refletido numa média de 9,7 anos de escolaridade na população adulta que pode constituir um constrangimento relevante ao desenvolvimento;
- Rendimento *per capita* inferior ao dos países líderes, condicionando a capacidade de financiamento e investimento;
- Impacto da desigualdade (IDHD), em particular na dimensão do rendimento, evidencia uma distribuição assimétrica dos ganhos económicos, com potencial efeito na coesão social;

- Risco de exclusão digital geracional, associado ao envelhecimento da população e à rápida evolução da IA e das tecnologias digitais

4 Lista de Relatórios

European Commission: Directorate-General for Research and Innovation, **European Innovation Scoreboard 2025**, Publications Office of the European Union, 2025. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2777/3239776>

GALLUP (2025). **State of the Global Workplace** Understanding Employees, Informing Leaders 2025 Report. Gallup. Disponível em: <https://www.gallup.com/workplace/349484/state-of-the-global-workplace.aspx>

Helliwell, J. F., Layard, R., Sachs, J. D., De Neve, J.-E., Aknin, L. B., & Wang, S. (Eds.). (2025). **World Happiness Report 2025**. University of Oxford: Wellbeing Research Centre. Disponível em: <https://www.worldhappiness.report/>

Institute for Economics & Peace. (2025) **Global Peace Index 2025**: Identifying and Measuring the Factors that Drive Peace, Sydney, June 2025. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>

IMD (International Institute for Management Development) (2025). **IMD World Competitiveness Booklet 2025**. Switzerland. International Institute for Management Development. Disponível em: <https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/rankings/world-competitiveness-ranking/>

Kamande, A., Walker, J., Matthew, M., & Lawson, M. (2024). **The Commitment to Reducing Inequality Index 2024**. OXFAM. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-commitment-to-reducing-inequality-index-2024-621653/>

Laguna, J. D. (Ed.). (2024). **Ninth report on economic, social and territorial cohesion**. Publications Office of the European Union. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/information-sources/cohesion-report_en

Mengden, A. (2025) **International Tax Competitiveness Index 2025**. Tax Foundation. Disponível em: <https://taxfoundation.org/research/all/global/2025-international-tax-competitiveness-index/>

OECD (2023), **PISA 2022** Results (Volume I-V): The State of Learning and Equity in Education, PISA, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>

OECD (2025), **Education at a Glance 2025: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>

OECD (2025), **Health at a Glance 2025: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/8f9e3f98-en>

OECD (2025), **OECD Compendium of Productivity Indicators 2025**, OECD Publishing, Paris.

Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b024d9e1-en>

Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonovski, G. (2025). Financing Sustainable Development to 2030 and Mid-Century. **Sustainable Development Report 2025**. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. DOI: <https://doi.org/10.25546/111909>.

Transparency International. (2025) **Corruption Perceptions Index 2024**. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/publications>

UNDP (United Nations Development Programme). 2025. **Human Development Report 2025: A matter of choice: People and possibilities in the age of AI**. New York. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2025>

UNFPA (United Nations Population Fund). (2025) "The Real Fertility Crisis: The pursuit of reproductive agency in a changing world". **State of World Population 2025**. New York: UNFPA. Disponível em: <https://www.unfpa.org/swp2025>

